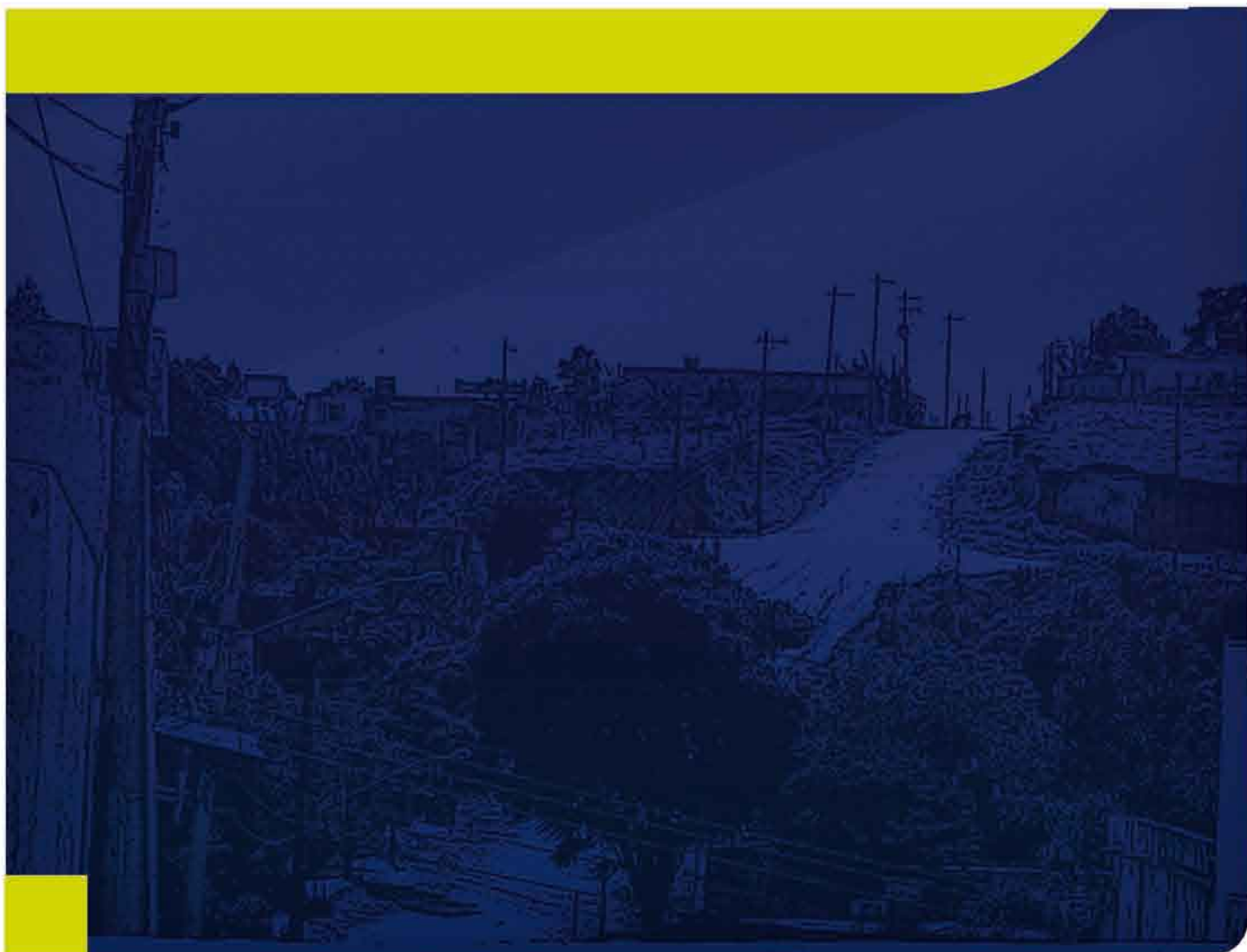


PROJETO MAPA DA PAZ

DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE
NO MUNICÍPIO DE **ITAQUAQUECETUBA**



I. Apresentação

1. Justificativa da Parceria - A Prevenção da Violência: Instituto Sou da Paz e Fundação Telefônica	4
2. Objetivos	5
3. Histórico do Furto de Cabos	6
4. Metodologia e Abordagens	8
5. Parceiros Envolvidos	12
6. Equipe Técnica do Projeto	12
7. Instituto Sou da Paz	12
8. Fundação Telefônica / Telefônica	13

II. Diagnóstico e seus Desmembramentos

1 – ANÁLISE PRIMÁRIA DE CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	15
2 – PERFIL DAS SECRETARIAS E INFRA-ESTRUTURA URBANA	
2.1 - Secretaria Municipal de Segurança Pública	24
2.2 - Secretaria de Estado da Segurança Pública	25
2.3 - Secretaria Municipal de Saúde	29
2.4 - Secretarias Municipal e Estadual de Educação	32
2.5 - Secretaria Municipal de Promoção Social	36
2.6 - Secretarias Municipais de Esportes e de Cultura	39
3 - ATUAÇÃO DA FORÇA POLICIAL E ANÁLISE DOS DADOS CRIMINAIS	
3.1. Atuação e organização das Polícias Civil e Militar e CONSEG	41
3.2. Dados Criminais em Itaquaquetuba	48
3.3. O mapa da criminalidade e da violência em Itaquaquetuba: distribuição espacial	53
4 - ANÁLISE TERRITORIAL E PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA EM ITAQUAQUECETUBA	
4.1 Análise Territorial	70
4.2 Principais Desafios para a Prevenção da Violência	87
5 - RECORTE ESPECÍFICO - A QUESTÃO DO FURTO DE CABOS E FERRO-VELHO NO MUNICÍPIO	95
6 - PROPOSTAS E APONTAMENTOS PARA INTERVENÇÕES LOCAIS	112
BIBLIOGRAFIA	115
LISTA DE CONTATOS	118

1. Justificativa da Parceria

A Prevenção da Violência: Instituto Sou da Paz e Fundação Telefônica

O marco conceitual que orienta a elaboração deste diagnóstico é o da prevenção do crime e da violência. Para lidar com as situações de violência e criminalidade é necessário desenvolver e fortalecer estratégias de repressão qualificadas e balizadas pelos direitos fundamentais, mas, sobretudo, desenvolver estratégias e ações que previnam o problema, ou seja, que o atinjam quando ainda tem proporções reduzidas, bem como à suas principais causas e fatores de risco.¹

O contexto da insegurança pública é complexo e composto por diferentes dimensões: a pouca eficiência, a falta de integração e de planejamento das agências de controle do crime e de justiça criminal (polícias, Poder Judiciário, Ministério Público e sistema prisional); o medo e a sensação de insegurança, que nem sempre correspondem aos riscos reais de ser vítima de um crime; o grau de desenvolvimento de redes e cadeias criminais e de violência; a dificuldade de envolver outras áreas do conhecimento e setores de atividades (saúde, educação, assistência social, infra-estrutura urbana, iniciativa privada, sociedade civil) para lidar com o problema; dificuldade de identificar quais são os principais problemas e fatores de risco para implementar estratégias eficientes, entre outros.

Para lidar com tal complexidade, é preciso desenvolver capacidade de planejar e implementar estratégias preventivas. Tais estratégias permitem ampliar o leque tradicional de respostas ao problema da violência e da criminalidade, deslocando o foco exclusivo das agências de controle do crime e de justiça criminal em uma perspectiva repressiva, vinculadas ao governo estadual, para outras esferas, dentre elas, o município e a comunidade, a partir do enfoque preventivo. O poder público municipal, por estar mais próximo da população e ser responsável por áreas como saúde, educação, infra-estrutura urbana e Guarda Municipal tem muito a contribuir no desenvolvimento de estratégias preventivas.

Além disso, a própria comunidade é um fator relevante para prevenir situações de violência e criminalidade, uma vez que estas se relacionam com contextos de vulnerabilidade e desordem, infra-estrutura urbana precária e baixa presença do Estado. É possível envolver a comunidade, e com isso fortalecer o controle social exercido sobre o espaço público empoderando pessoas e grupos locais para que cuidem das localidades em que vivem. Isso contribui para a criação e fortalecimento de uma rede local capaz de reduzir fatores de risco e situações de crime e violência.

Portanto, a partir da ideia de prevenção da violência, planejada e desenvolvida pelo governo municipal, pela comunidade e outros parceiros públicos e privados, a necessidade de um diagnóstico ganha força. Para viabilizar uma ação, um projeto ou uma política local de prevenção da violência, o primeiro passo é a realização de um diagnóstico da situação da violência e da criminalidade. É importante que o diagnóstico seja local, inter-setorial e consiga apontar detalhadamente situações críticas, com foco territorial e nas dinâmicas das situações de crime e violência identificadas.

¹ Fator de risco é a característica que aumenta a probabilidade de incidência e a gravidade dos danos causados por crimes e violências.

O Instituto Sou da Paz realiza diagnósticos de municípios, bairros e distritos, buscando contribuir para políticas públicas locais de prevenção da violência. Por meio do levantamento de informações quantitativas e qualitativas e da participação da comunidade e do poder público, constrói importantes instrumentos de planejamento.

A Fundação Telefônica em conjunto com a própria Telefônica, preocupada com a alta incidência de furtos de cabos em diversos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, procurou o Instituto Sou da Paz para que juntos pensassem em uma alternativa para o problema que fosse além das ações repressivas desenvolvidas há tanto tempo, com resultados abaixo das expectativas.

Aliando a metodologia de elaboração de diagnósticos locais do Instituto Sou da Paz e o desejo da Fundação Telefônica e Telefônica por uma nova abordagem em relação ao problema do furto de cabos, surgiu o Projeto Mapa da Paz.

O projeto consiste no diagnóstico da situação de violência e criminalidade, bem como dos principais aspectos sociais que podem ter alguma relação com a situação de violência do município de Itaquaquecetuba, na Região Metropolitana de São Paulo, direcionando também o foco para a questão do furto de cabos. O diagnóstico é um instrumento a partir do qual poderão ser realizadas intervenções concretas de prevenção da violência na cidade.

2. Objetivos

O objetivo geral do diagnóstico é contribuir para o desenvolvimento de intervenções privadas e públicas de prevenção do crime, em especial do furto de cabos, no município de Itaquaquecetuba que sejam eficientes e participativas. Para alcançá-lo o primeiro passo é a elaboração de um diagnóstico detalhado das situações de violência, criminalidade, de alguns aspectos sociais (fatores de risco) e governamentais mais relevantes, bem como das potencialidades locais (fatores de proteção).



Para complementar o diagnóstico, em direção ao desenvolvimento das intervenções de prevenção do crime, foram elaborados e apresentados os principais desafios que poderão ser trabalhados pela Fundação Telefônica, pela Prefeitura, e por outros órgãos e entidades governamentais ou não governamentais com interesse em atuar Itaquaquetuba.

3. Histórico do Furto de Cabos

Contextualização: Furtos de Cabos no Brasil

O furto de cabos telefônicos e elétricos no Brasil é uma realidade que vem sendo enfrentada há alguns anos pelas empresas do ramo e pela força policial que tem sido chamada a atuar frente ao problema.

Esse tipo de crime acontece em praticamente todos os estados brasileiros, não sendo porém, um problema exclusivo do Brasil. Acontece também em diferentes países, sendo que EUA, Canadá e Japão apresentam altos índices do mesmo.

Empresas de energia elétrica e telefonia utilizam o cobre como matéria-prima condutora de energia para o cabeamento de suas redes. Em alguns casos, o alumínio substitui o cobre devido ao seu baixo custo de mercado, porém, ainda assim, o cobre predomina nessas redes.

O cobre, matéria-prima que tem o Chile como maior produtor é considerado commodity pelo mercado, com média de preço em torno de U\$ 7.300 cada tonelada, segundo a Bolsa de Londres (London Metal Exchange, agosto de 2007). Já o alumínio custa aproximadamente U\$ 2.700 por tonelada, o que explica o menor interesse no furto deste metal.

O cobre é um metal 100% reciclável o que impede a identificação de sua origem, ou como se diz comumente, ele “não possui DNA”. Uma vez retirados os cabeamentos protetores e após passar por um processo de trituração, fica impossibilitada a identificação do fabricante do metal. A dificuldade de identificar sua origem prejudica os controles fiscais, policiais e logísticos.

Devido ao alto custo da matéria-prima há grande demanda no mercado clandestino pelo cobre, e os prejuízos em cada caso chegam a milhares de reais, considerando-se os gastos das operações de substituição, reparo e o prejuízo pelo material furtado.

Além dos furtos nas instalações telefônicas e elétricas, verificam-se furtos e roubos de carga de cobre e também de estoques do material nas indústrias. Segundo informações obtidas com o Sindicel - Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo - existem casos de ações que chegaram a levar de dentro de uma fábrica mais de 100 toneladas de cobre de uma só vez, e mencionam-se quantias similares para o roubo nos transportes de carga do metal.

A Questão na Zona Leste de São Paulo: Itaquaquetuba

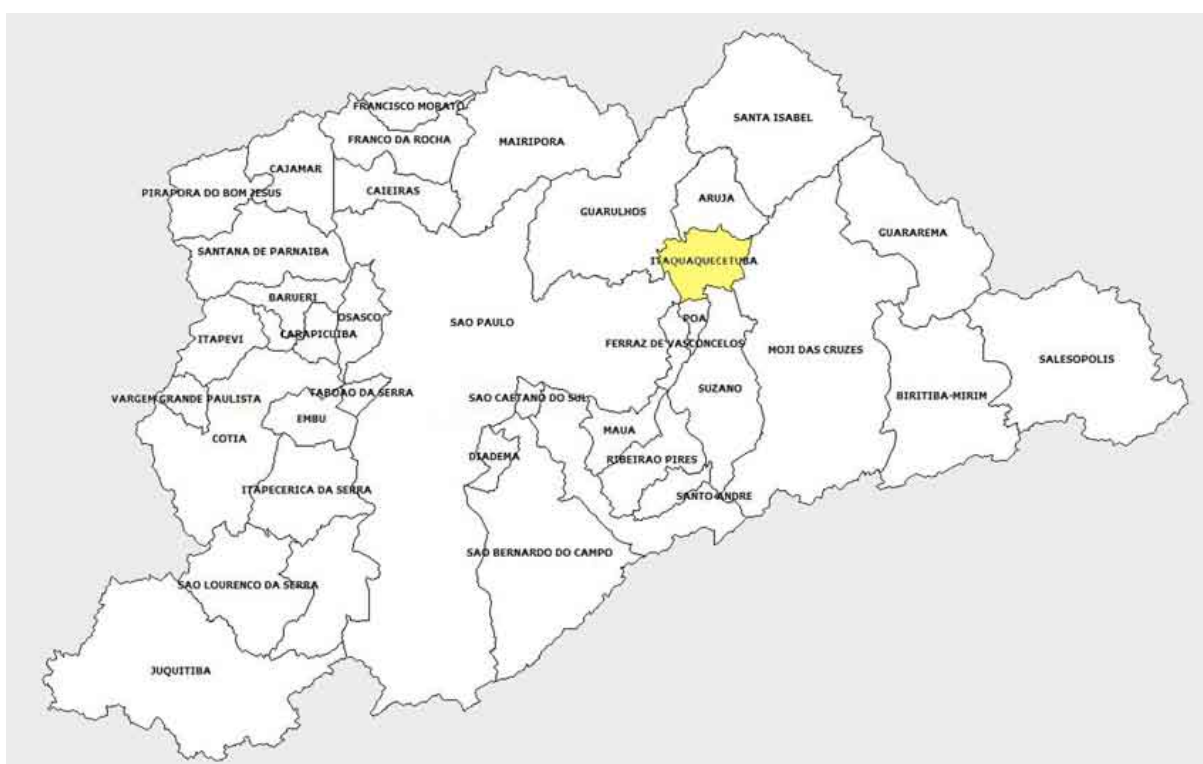
O tema central que motivou a elaboração do presente diagnóstico foi o furto de cabos telefônicos, cujo índice de ocorrências nos equipamentos da Telefônica é extremamente elevado.

Em estudo realizado pela própria Telefônica, constatou-se que a zona leste da região metropolitana de São Paulo concentra os maiores índices de furtos de cabo, sendo os municípios com maior concentração: Suzano, Mogi das Cruzes, Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquetuba.

O cobre representa cerca de 70% do valor dos cabos, e seu furto pode acarretar grandes danos não só aos fabricantes, mas principalmente à população. No momento em que se interrompe uma rede com a retirada de cabos, a comunicação telefônica ou a transmissão de eletricidade é temporariamente suspensa.

Pensando na possibilidade deste fato atingir uma escola, um hospital ou mesmo um serviço de emergência à população como o Corpo de Bombeiros, fica claro que a situação deixa de ser exclusivamente um problema criminal, passando a ser um problema de violência mais amplo e com sérios impactos sociais.

Figura 1. Região Metropolitana de São Paulo, 2000.



Fonte: Observatório das Metrôpoles/Instituto do Milênio-CNPq, 2007.

Comparativamente aos outros três municípios da zona leste citados anteriormente, Itaquaquetuba apresenta tendência crescente nos casos de furto de cabo desde 2004, tanto com relação às ocorrências quanto ao volume de cobre furtado. Neste período o município subiu no ranking de furtos de cabos da Telefônica no Estado de São Paulo, passando do 15º para o 3º posto.

Tabela 1. Ranking Estadual de Furtos de Cabo, de 2004 a 2007.

Ranking 2004	Ranking 2005	Ranking 2006	Ranking 2007	Município	Total de Cabo Furtado (Mts)	% do Total Telefônica
15º	9º	3º	3º	Itaquaquetuba	104.054	6,50%
4º	4º	5º	8º	Mogi das Cruzes	59.710	3,73%
29º	11º	16º	26º	Ferraz De Vasconcelos	11.304	0,71%

Fonte: Telefônica, 2007.

4. Metodologia e Abordagens

A intenção principal deste diagnóstico é identificar e analisar os problemas ligados à violência e criminalidade no município de Itaquaquetuba, bem como as potencialidades para revertê-los. Um dos focos deste trabalho é o furto de cabos, que, como visto, é um problema que afeta diversos estados brasileiros e toma grandes proporções em Itaquaquetuba. Mas o diagnóstico pretende analisar também outras questões relativas à violência e criminalidade, identificando os principais problemas e seus locais de concentração.

O presente diagnóstico foi realizado a partir de uma metodologia que combina a análise de informações quantitativas e qualitativas, com base em estratégias de cunho participativo e sensibilizador da população residente no município. Em um diagnóstico da situação da violência é muito importante trabalhar com dados qualitativos para garantir a veracidade do trabalho, pois muitas vezes as estatísticas disponíveis não dão conta da dimensão dos problemas devido à subnotificação de crimes, somada à desconfiança da população em relação à polícia, entre outros fatores. Além disso, é necessário trabalhar com a sensação de segurança da comunidade, que não se reflete em nenhum dado oficial, mas é revelada em conversas, entrevistas e grupos de escuta.

Considerando que o diagnóstico busca ser um instrumento para o desenvolvimento de ações, programas e políticas de prevenção da violência no âmbito local, sua metodologia contempla também uma ampla intersectorialidade. São envolvidas diversas áreas de atuação do poder público municipal, como saúde, educação, cultura, esporte, Guarda Municipal, além das áreas diretamente ligadas ao controle do crime, como as polícias. Todas essas esferas têm muito a contribuir, tanto do ponto de vista do fornecimento de informações relativas a diferentes contextos de violência - como a violência escolar, a violência doméstica e contextos urbanos inseguros e desordenados - quanto do potencial preventivo das suas atividades, quando canalizadas e direcionadas para situações específicas de violência.

Para viabilizar o início do trabalho no município de Itaquaquetuba foi realizada uma reunião de apresentação e de sensibilização para as diferentes secretarias municipais com a presença do prefeito, que ofereceu o apoio da Prefeitura para o desenvolvimento do trabalho. Esse comprometimento foi muito importante e contribuiu para o levantamento das informações, uma vez que boa parte dos dados do diagnóstico são produzidas pela própria Prefeitura.

A coleta teve início com o levantamento de informações quantitativas junto a fontes secundárias citadas adiante, assim como de informações referentes à estrutura pública e territorial encontrada no município. Foram realizadas também reuniões com as diversas Secretarias, além de visitas pelo território para reconhecimento dos principais equipamentos e programas públicos.

Em um segundo momento, paralelo à coleta de informações quantitativas, foi realizado um trabalho de escuta junto à população e o aprofundamento das informações até então coletadas. Para isso foi necessário selecionar algumas áreas e públicos prioritários para a realização do diagnóstico, tendo em vista o tempo para a realização do mesmo, o extenso território e a densa população de Itaquaquetuba.

Fontes de Informação e Instrumentos de Coleta

Os dados quantitativos foram, primordialmente, coletados a partir de fontes secundárias, a saber:

- Dados territoriais, demográficos e populacionais: Fundação SEADE, IBGE e EMPLASA;
- Dados sociais sobre condições de vida: Fundação SEADE;
- Dados criminais: Fundação SEADE, Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP – SP);
- Dados de infra-estrutura/equipamentos públicos: Secretarias Municipais de Segurança Pública, Saúde, Educação, Promoção Social, Esporte, Cultura, Planejamento, Habitação, Receita, Indústria e Comércio e Diretoria de Ensino Regional;
- Dados referentes ao furto de cabos: Telefônica.

Os dados qualitativos foram coletados através de entrevistas, participação em reuniões e realização de grupos de escuta, a saber:

- Reuniões do CONSEG (Conselho Comunitário de Segurança);
- Reuniões com representantes de entidades sociais que atuam no município;
- Reuniões com jovens, participantes do Programa Casa do Adolescente e alunos de escolas públicas;
- Reuniões com representantes ligados à área de cabos, furto de cabos e segurança (Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais - Sindicel, Telefônica, 3ª Delegacia de Polícia Especializada em Furtos de Fios e Roubos Especiais);
- Visitas a equipamentos públicos;
- Visitas a entidades sociais;
- Visita ao Comando-Geral da Guarda Civil Municipal;
- Visita às Delegacias de Polícia (02 unidades), Batalhão da Polícia Militar, Bases Comunitárias (02 unidades) e Companhias de Polícia (02 unidades);
- Entrevista com os Delegados Titulares de cada Delegacia de Polícia, assim como, com os representantes da Polícia Militar.

Para a coleta de dados quantitativos e qualitativos de fontes primárias, foram elaborados instrumentos de coleta, na forma de questionários, a saber:

- Entidades Sociais;
- Ambiente Escolar – versão Corpo Técnico;
- Ambiente Escolar – versão Alunos;
- Programas Sociais – Poder Público.

Recorte de Públicos e Justificativas

- Homens e mulheres participantes de projetos sociais, com o objetivo de compreender o contexto familiar, de empregabilidade e questões voltadas à violência nas perspectivas masculina e feminina.
- Jovens e adolescentes participantes da Casa do Adolescente, para compreender melhor os contextos familiar, escolar e municipal vivenciados por estes jovens, posto que as análises de dados demográficos destacaram a predominância da população adolescente e jovem em Itaquaquecetuba, aliada à ausência de equipamentos de lazer e cultura para este público.
- Alunos de escolas públicas de bairros afetados pelo furto de cabos, objetivando a análise do contexto geral de violência vivenciado dentro e fora do ambiente escolar, assim como do contexto familiar e perspectiva de vida.
- Corpo técnico de escolas públicas, para obter informações relativas ao ambiente escolar, o perfil do aluno, seu contexto familiar e a violência, segundo o olhar do educador.
- Jovens participantes do Programa da Polícia Militar Jovens Construindo a Cidadania (JCC), na tentativa de analisar a relação entre escola, polícia e juventude, além das questões de violência envolvidas nesta relação.
- Lideranças comunitárias, buscando entrar em contato com os grupos atuantes na região e entender a dinâmica local ligada a questões sociais e de segurança pública.

Estes grupos escolhidos para subsidiar o diagnóstico com informações referentes às suas realidades, vivências, percepções e opiniões, tornaram-se, em diferentes medidas, atores sensibilizados com os temas discutidos e em relação ao trabalho em desenvolvimento. Assim, foi possível ampliar a rede de contato e a abrangência territorial deste diagnóstico justamente a partir do envolvimento da população e do registro das impressões obtidas ao longo do processo.

Recortes Territoriais e Justificativas

1. Jardim Odete, Pium, Recanto Mônica e Parque Marengo

Estes bairros foram destacados por concentrarem altos índices de furto de cabos e por apresentarem características que podem contribuir para uma situação de violência, como falta de equipamentos públicos e difícil acessibilidade.

2. Parque Piratininga

Bairro periférico com características de vulnerabilidade social que possui algumas potencialidades, como uma Base Comunitária de Segurança e uma escola tida como referência de modelo democrático, possibilitando assim aprofundar a análise de um local que possui fatores que podem contribuir para a prevenção do crime e da violência (fatores de proteção).

3. Centro

Região com grande concentração de equipamentos públicos e com grande concentração de áreas de moradias irregulares e que, portanto, pode fornecer uma escuta importante sobre uma região que apresenta problemas e potencialidades.

Paralelamente à coleta de informações de campo, foram realizados estudos, pesquisas e entrevistas com pessoas com conhecimento na área de cabos, redes telefônicas, furtos e afins. Isso foi importante para fornecer subsídios sobre um tema que é um dos focos centrais deste diagnóstico.

Para cada tema abordado no diagnóstico foram utilizadas estratégias diferenciadas, como se verá abaixo. Afinal, a elaboração de um diagnóstico com este perfil e escopo não se limita exclusivamente ao levantamento das informações, pois visa também o desenvolvimento de uma estratégia de mobilização comunitária e do poder público, iniciando a construção de um ambiente fértil e facilitador para um processo futuro de parceria e articulação com uma possível intervenção social no local.

Estratégias das Diferentes Áreas Temáticas

▪ Segurança Pública

Realização de visitas e entrevistas com todas as unidades policiais de Itaquaquecetuba, participação em eventos organizados pela polícia local, reuniões do CONSEG, e aproximação com projetos sociais desenvolvidos pela Polícia Militar.

▪ Saúde

Realização de visitas e entrevistas a unidades específicas da área da saúde, tais como Unidades Básicas de Saúde, Centros de Saúde especializados, entre outros, bem como perguntas sobre saúde à população, presentes no diagnóstico como um todo.

▪ Educação

Em relação ao ambiente escolar, a obtenção de informações qualitativas foi resultado da realização de grupos de escuta e aplicação de questionários com jovens alunos das escolas públicas estaduais. Essa escolha foi baseada na faixa etária (a partir de 12 anos) que mais se adequa ao escopo do presente diagnóstico. Além disso, foram aplicados questionários com o corpo técnico das mesmas escolas e colhidas impressões da realidade local.

▪ Assistência Social

Os serviços, programas, projetos e benefícios realizados pelo poder público foram acompanhados através de visitas exploratórias, reuniões com representantes dos mesmos, entrevistas, aplicação de questionários e participação em grupos de encontros já existentes.

▪ Esporte e Cultura

Ambas as áreas foram mapeadas através de visitas aos equipamentos e entrevistas com os respectivos representantes.

5. Parceiros Envolvidos

A Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba apoiou a realização deste diagnóstico e suas Secretarias foram grandes parceiras no fornecimento das informações solicitadas.

A Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria da Segurança Pública (CAP-SSP/SP) viabilizou a coleta de dados e as Polícias Civil e Militar possibilitaram uma aproximação cuidadosa junto ao trabalho realizado. As escolas estaduais também receberam a equipe do projeto de portas abertas.

Não se pode deixar de mencionar as entidades de bairro e a população como um todo que nos receberam com muita cordialidade e participaram ativamente da construção desse projeto.

6. Equipe Técnica do Projeto

Coordenadora da Área de Gestão Local de Segurança Pública:
Carolina de Mattos Ricardo

Coordenadora do Projeto:
Dominique Lara Nacht

Coordenadora da Área de Sistematização, Informação e Referência:
Lígia Rechemberg

Assistente do Projeto:
Carolina Teixeira Nakagawa

7. Instituto Sou da Paz

O Instituto Sou da Paz nasceu da “Campanha Sou da Paz pelo Desarmamento” iniciada em 1997, hoje é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), comprometida com a redução da violência no Brasil. Fundado em 1999, o Sou da Paz tem como missão “contribuir para a efetivação no Brasil de políticas públicas de segurança e prevenção da violência que sejam eficazes e pautadas pelos valores da democracia, da justiça social e dos direitos humanos, por meio da mobilização da sociedade e do Estado e da implementação e difusão de práticas inovadoras nessa área”. Para atingir sua missão, o Instituto trabalha em quatro áreas distintas, porém complementares e integradas entre si:

Controle de Armas - Esta área tem como principal objetivo a redução do número de armas em circulação no Brasil. E por que é tão importante controlar as armas no país? A resposta é simples: vivemos numa sociedade na qual as relações pessoais são extremamente tensas e às vezes, até mesmo sem querer, acabamos por valorizar comportamentos violentos. Uma arma de fogo nesse cenário acaba sendo usada para resolução de conflitos “banais”, que poderiam ser resolvidos com diálogo e negociação. Além disso, existe a ilusão de que uma arma traz proteção para as pessoas. Isso não é verdade. Com uma arma na mão a pessoa está muito mais exposta a homicídios e acidentes dentro de casa. Em meio a uma série de pesquisas, uma lógica é capaz de resumir que os fatos falam por si: quanto menos armas há em circulação, menos homicídios são cometidos. Por acreditar que nosso maior patrimônio é a vida, que o Sou da Paz luta pelo desarmamento desde 1997.

Adolescência e Juventude - Outra importante área do Instituto Sou da Paz, desenvolve projetos com o público mais vulnerável à dinâmica da violência, que são adolescentes e jovens com idade entre 15 e 24 anos. Junto a eles, o Instituto desenvolve ações que estimulam a resolução pacífica de conflitos e a ocupação democrática de espaços públicos (tanto na comunidade, como no ambiente escolar). O Sou da Paz acredita que o caminho para um Brasil socialmente mais justo passa por formar jovens ativos, responsáveis e capazes de desenvolver cotidianamente habilidades como diálogo, negociação e associativismo.

Gestão Local da Segurança Pública – Historicamente, as questões relacionadas à segurança pública eram consideradas um problema restrito ao governo estadual, por ser ele o responsável pela polícia civil, militar e sistema penitenciário. Mas essa visão vem mudando e o Sou da Paz acredita que o governo municipal tem um papel fundamental no combate à violência, afinal, a Prefeitura é quem melhor conhece os problemas e conflitos da comunidade e é capaz de solucioná-los quando ainda têm proporções reduzidas. Muitas ações, principalmente as de prevenção à violência, são de competência do município: iluminação pública, limpeza de terrenos baldios, projetos sociais, de educação, esporte e cultura. É por isso que essa área do Instituto realiza diagnósticos em diversas cidades brasileiras, bem como desenvolve e assessora a implementação de planos municipais, além de treinar as guardas para uma atuação cidadã, cada vez mais ativa e próxima da comunidade.

Polícia – Todo trabalho eficiente de redução da violência, como pretende fazer o Instituto Sou da Paz, precisa combinar ações preventivas e repressivas. Por isso, o Sou da Paz trabalha para aprimorar a eficiência e aproximar a polícia da sociedade. Atualmente, o Instituto atua procurando identificar e valorizar o bom trabalho policial e aproximar o cidadão desses profissionais, estimulando uma relação regida pelo respeito e profissionalismo, visando uma polícia cada vez mais inteligente e eficiente. O Instituto trabalha, ainda, na capacitação de policiais e guardas municipais e participa intensamente do debate público sobre esse tema.

8. Fundação Telefônica / Telefônica

A Fundação Telefônica foi criada, no Brasil, em março de 1999, como o braço para a execução do investimento social do Grupo Telefônica. Sua missão está fundamentada sobre o ideal de ver garantidos e respeitados os direitos das crianças e adolescentes, e é realizada por ações diretamente ligadas à promoção e à defesa desses direitos e por iniciativas de qualificação da educação pública, preferencialmente por meio da aplicação das tecnologias da informação e comunicação.

Em seus nove anos de atividades, já foram dados passos importantes e muitos atores têm se somado neste trabalho de consolidar os caminhos por onde o presente deve passar para se tornar o futuro com o qual sonhamos

Atualmente, a Fundação Telefônica desenvolve os seguintes programas:

EducaRede: Programa que visa contribuir para a melhoria da qualidade da educação pública no país por meio da internet. É um portal de educação, aberto e gratuito, desenvolvido prioritariamente para alunos e professores do ensino fundamental e médio da rede pública e conta também com vários projetos de interação entre escolas e capacitação de professores.

Pró-Menino: Programa que atua na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em quatro frentes: combate ao trabalho infantil, apoio a jovens em conflito com a lei que são atendidos em meio aberto, construção de redes de atenção a crianças e adolescentes e um portal que atua na divulgação e fortalecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Voluntários Telefônica: O Programa Voluntários Telefônica apóia funcionários que estão engajados ou desejam envolver-se em ações voluntárias. Tem como principais objetivos o fortalecimento do espírito de grupo, a contribuição para o fortalecimento institucional das organizações apoiadas pelos funcionários, a capacitação nas questões relativas ao trabalho voluntário e o estímulo contínuo à participação em ações e campanhas de doação.

Fórum: Programa que visa estimular a pesquisa global avançada, criação, análise e difusão de conhecimento sobre TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) e seu impacto social. Abriga o núcleo Memória Telefônica, espaço de preservação e divulgação de um acervo histórico das telecomunicações no Brasil, composto por variados equipamentos de telefonia, documentos textuais, gráficos e iconográficos, além de cartões postais e telefônicos.

1. ANÁLISE PRIMÁRIA DE CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Introdução

O município de Itaquaquetuba foi criado na beira do rio Tietê em 1560. Por muitos anos permaneceu como aldeia e pouco cresceu, até a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil em 1925, quando começou a prosperar.

Desde sua fundação, Itaquaquetuba foi um distrito do Município de Mogi das Cruzes, até que em 1954 emancipou-se e iniciou um forte movimento de transição de distrito agrícola para município industrial.

Quanto ao aspecto econômico, Itaquaquetuba possui um parque industrial com empresas de médio e pequeno porte, que teve início na década de 1970. Por estar inserido no cinturão-verde, os produtos horti-granjeiros também compõem a economia da cidade.

Na década de 1980 observa-se o transbordamento populacional intenso e o surgimento de loteamentos clandestinos ou irregulares. Atualmente as regiões mais afastadas do centro da cidade, onde predominavam os sítios, chácaras e pequenas fazendas, deram lugar a conjuntos residenciais e vilas, a maioria com falta de infra-estrutura tais como escolas, postos de saúde, saneamento básico, energia e transporte.

Em relação ao acesso e inserção do município na malha de transporte metropolitana, Itaquaquetuba é servida tanto pela linha F da CPTM - estações Aracaré, Manoel Feio e Itaquaquetuba - como pelas Rodovias Dutra e Ayrton Senna, sendo esta última a divisão geográfica da cidade.

Caracterização do Território

Itaquaquetuba localiza-se na Região Metropolitana de São Paulo situada na Bacia do Alto Tietê que abrange 11 municípios do Estado de São Paulo, a saber: Mogi das Cruzes, Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Igaratá, Poá, Salesópolis, Santa Izabel e Suzano.

O município ocupa uma área de aproximadamente 83 Km² confrontando-se ao norte com Arujá e Guarulhos, ao sul com Poá e Ferraz de Vasconcelos, a leste com Suzano e Mogi das Cruzes, e a oeste com São Paulo, cuja distância em relação ao marco zero é de 33 km. É importante notar que Itaquaquetuba faz divisa com 7 municípios, o que é um ponto relevante, já que as áreas de fronteira entre cidades costumam concentrar maiores problemas de desordem urbana e violência, uma vez que a jurisdição administrativa e policial nesses pontos acaba sendo pouco clara, dificultando o controle e cuidado nesses locais. O fato de fazer fronteira com 7 municípios diferentes potencializa essa dificuldade.

Na década de 1960, com a construção da Rodovia Ayrton Senna, que liga São Paulo a Mogi das Cruzes, houve um grande estímulo para o desenvolvimento industrial da cidade. Nas décadas seguintes a própria Prefeitura proporcionou uma série de incentivos, doando áreas municipais, cedendo maquinário e concedendo a redução ou até isenção de impostos para indústrias que se instalassem no município.

Desde a década de 1980, o Brasil vem apresentando um decréscimo de áreas rurais, enquanto que as áreas denominadas urbanas chegaram a crescer a um ritmo de quase 3% ao ano, (IBGE, 1980). Seguindo a tendência nacional, e após o decreto de lei nº 700/79 - que determinou todas as terras da cidade como urbanas - Itaquaquecetuba hoje apresenta 100% de sua população urbana.

Na década de 1980 o município e suas indústrias não produziram um grau de autonomia suficiente, não se consolidando como pólo industrial. Nesta mesma década, Itaquaquecetuba sofreu um processo acelerado de grilagem de seu território, construindo uma paisagem urbana marcada pela presença de loteamentos irregulares ou clandestinos (DAVIS, 2006).

Demografia

Itaquaquecetuba possui uma população de aproximadamente 341 mil habitantes, com alta densidade populacional (4.107 Habitantes/km²), sendo que vivem na cidade aproximadamente 140 mil habitantes.

Tabela 2. Contingente populacional em 2005 (n.a.)

População Residente	340.881
População Urbana	340.881
População Feminina	171.307
População Masculina	169.574
Taxa Natalidade	15,62

Fonte: F.SEADE, 2007

Segundo dados de 2007 da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, as taxas de crescimento anual da população do município apresentaram alta no período de 1991/2000, alcançando média de 5,86% ao ano. Hoje, segundo dados do IBGE para 2000/2005, tais taxas decresceram até o índice de 4,50% e, conforme mostra a (Tabela 3), tais taxas estão próximas a alguns de seus municípios fronteiriços como Ferraz de Vasconcelos, Suzano e Arujá, sugerindo um perfil semelhante de crescimento e, portanto, de estrutura intra-urbana na região.

Tabela 3. Taxa Geométrica de Crescimento anual da População, por município, em 1991-2006.

(Em % a.a.)	Ano	Itaquaquecetuba	Ferraz de Vasconcelos	Mogi das Cruzes	Suzano	Arujá	Guarulhos	Poá
Taxa de Crescimento Populacional	2000/2006	4,5	3,76	1,84	3,42	4,37	2,74	1,87
	1991/2000	5,86	4,53	2,16	4,15	5,26	3,54	2,6

Fonte: F. SEADE, 2007.

Perfil da População e Indicadores Sócio-econômicos

A população na cidade é predominantemente jovem. Cerca de 60% da população total é composta por crianças, adolescentes e jovens com idade até 29 anos. Em contrapartida, notamos uma escassa população idosa (60 anos e mais), que representa 4,38% em relação à população total. O município é composto por 19,58% de crianças (de 0 a 9 anos), por 19,67% de adolescentes (de 10 a 19 anos) e por 21,17% de jovens (de 20 a 29 anos).

Os municípios do entorno da região de Itaquaquecetuba, conforme apresenta a Tabela 4, também apresentam predominância da população jovem, porém, Itaquaquecetuba diferencia-se dos demais, já que os outros apresentam porcentagens que variam de 53% a 58%.

Tabela 4. Dados comparativos referentes a faixas etárias da população de 0 a 29 anos em 2006

	Itaquaquecetuba	Ferraz de Vasconcelos	Mogi das Cruzes	Suzano	Arujá	Guarulhos	Poá
de 0 a 4 Anos	9,89	9,97	8,84	9,91	10,64	9,57	8,95
de 5 a 9 Anos	9,69	9,41	8,77	9,09	8,78	9,04	8,88
de 10 a 14 Anos	9,71	9,30	8,61	8,87	8,53	8,57	8,88
de 15 a 19 Anos	9,96	9,52	8,92	9,45	9,23	8,78	9,48
de 20 a 24 Anos	10,71	10,23	9,31	10,31	10,50	9,53	9,69
de 25 a 29 Anos	10,46	10,13	8,96	9,91	10,47	9,75	8,97
total população de 0 a 29 anos	60,42	58,55	53,41	57,54	58,14	55,24	54,84
população total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: F.SEADE, 2007

O município apresenta um panorama que demanda atenção especial a essa faixa etária da população. Por estar em fase de formação, o jovem necessita de programas específicos que considerem a questão da educação complementar, a capacitação profissional, geração de renda, o empreendedorismo, e o acesso a oportunidades de lazer e cultura.

A juventude brasileira está inserida em uma realidade na qual a desigualdade da distribuição de renda compromete o seu presente e futuro. Em pesquisa realizada em 1999 pelo IBGE para a Síntese dos Indicadores Sociais de 2002, 20% dos jovens de 15 a 17 anos (cerca de 2 milhões) viviam em famílias com renda de até meio salário mínimo (R\$120 – US\$ 40) per capita. A gravidez na adolescência atinge uma em cada quatro mulheres com menos de 19 anos. Entre os 7 milhões de jovens de 18 e 19 anos de idade, apenas 50,3% estudam e, entre os 16 milhões de jovens de 20 a 24 anos, a proporção cai para de 26,5%.

Entre adolescentes de 15 a 19 anos, 68% das mortes são provocadas por causas externas - acidentes de trânsito, homicídios e suicídios. Por fim, a pesquisa mostrou que a taxa de analfabetismo brasileira atinge 10,9% da população com mais de 10 anos, o que significa que 13 milhões de crianças, jovens e adultos não são alfabetizados, sem considerar aqueles que passaram por algum processo de escolarização, mas que não entendem o que estão lendo (analfabetismo funcional).

Se fizermos um paralelo destes dados com o município de Itaquaquecetuba, encontramos uma média de 6 anos de estudo para a população de 15 a 64 anos. Portanto, a maioria da população chega apenas até o primeiro ciclo do ensino fundamental.

Tabela 5. Dados comparativos referentes à educação em 2000.

Variáveis	Itaquaquecetuba	São Paulo
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos	6,14	8,37
População de 25 Anos e Mais com Menos de 8 Anos de Estudo (Em %)	71,92	46,62
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	9,19	4,89

Fonte: F.SEADE, 2007

O nível escolar da população representa muito para a compreensão do contexto da renda familiar e da renda média. Neste sentido, podemos atentar para a questão da informalidade do mercado de trabalho, pois apesar de muitos freqüentarem a escola, grande parte não chega a completar os estudos, o que dificulta a inserção desta população no mercado de trabalho formal.

Conforme os dados da Tabela 6, a porcentagem de vínculos empregatícios da população total é baixa (8,5%) e o crescimento desta taxa foi irrisório nos últimos 5 anos. Além disso, a taxa de desemprego atinge 27%, levando à um panorama que aponta a necessidade do município investir em programas de recolocação profissional.

Tabela 6. Vínculos Empregatícios.

	2005		2000	
	Itaquaquecetuba	São Paulo	Itaquaquecetuba	São Paulo
Total de Vínculos Empregatícios (em N.A.)	29.154	3.684.599	22.866	3.211.775
População Total (em N.A.)	340.881	10.744.060	271.649	10.426.384
Proporção de Vínculos Empregatícios da População Total (em %)	8,55	34,29	8,42	30,80

Fonte: Fundação Seade, 2007.

A capacitação profissional é uma alternativa a ser proporcionada à essa população que se encontra sem colocação no mercado de trabalho devido à falta de preparação educacional ou técnica. Abaixo, a (Tabela 7) demonstra que dentro do mercado formal de empregos a maioria da população com vínculos empregatícios no município de Itaquaquecetuba, trabalha nos setores de indústria (48,7%) e serviços (19%).

Tabela 7. – Proporção de Emprego Formal por Setor Produtivo, em 2005 para o município de Itaquaquecetuba.

Mercado de trabalho Formal	2005		
	N.A.	% (total População)	% (total de Vínculos)
Vínculos Empregatícios na Indústria	14.188	4,16	48,67
Vínculos Empregatícios no Comércio	5.575	1,64	19,12
Vínculos Empregatícios nos Serviços	9.135	2,68	31,33
Vínculos Empregatícios na Construção Civil	172	0,05	0,59
Total de Vínculos Empregatícios	29.154	8,55	100,00
Total da População	340.881	100,00	-

Fonte: Fundação Seade, 2007.

Portanto, apesar do setor industrial apresentar uma contribuição relativamente pequena no total da população economicamente ativa, mostra-se extremamente relevante em relação aos empregos formais na região.

A informalidade do trabalho recorrente na região impacta diretamente na renda mensal per capita. Conforme observamos na Tabela 8, uma grande parcela da população (76%) sustenta o domicílio com até 1 salário mínimo e apenas uma minoria (3,25%) possui renda familiar maior que 10 salários mínimos.

Tabela 8. Renda média da população em Itaquaquecetuba.

	Valores
Renda per Capita (Em salários mínimos)	1,28
Domicílios com Renda per Capita até 1/4 do Salário Mínimo (Em %)	12,0
Domicílios com Renda per Capita até 1/2 Salário Mínimo (Em %)	11,0
Domicílios com Renda per Capita de 1/2 a 1 Salário Mínimo (Em %)	76,9
Domicílios com Renda per Capita maior que 10 Salários Mínimos (Em %)	3,25
Rendimento Médio no Total de Vínculos Empregatícios (Em R\$ correntes)	744,81

Fonte: Fundação Seade, 2007.

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)

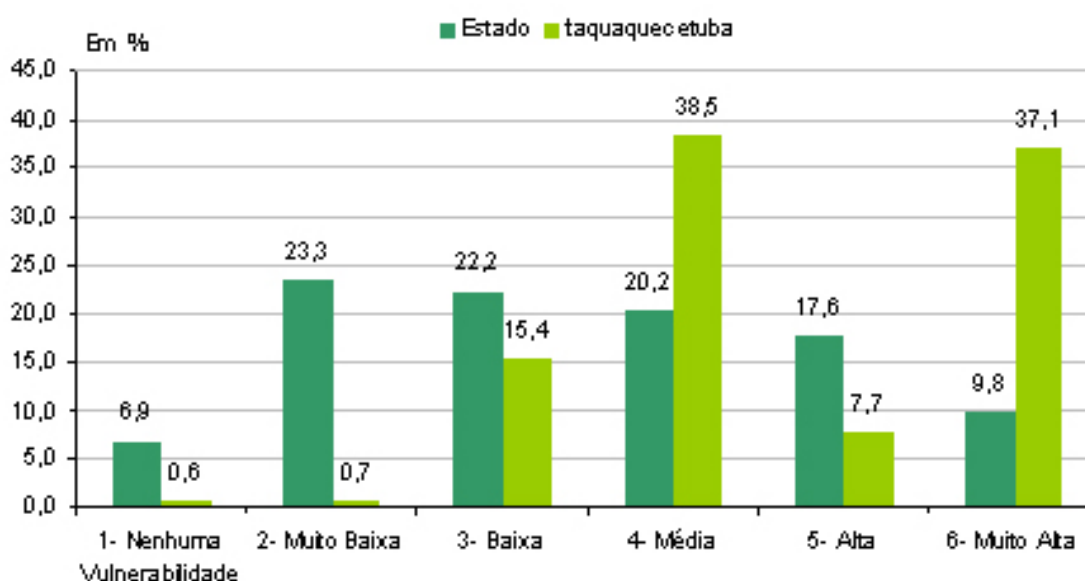
Distribuição da População Segundo Grupos do IPVS do Estado de São Paulo e Município de Itaquaquecetuba – Ano 2000

No ano 2000 o município de Itaquaquecetuba possuía 272.942 habitantes, e foi realizada uma análise das condições de vida de seus habitantes, que mostrou que 64,5% ganhavam no máximo três salários mínimos.

Os responsáveis pelos domicílios tinham em média, 5,2 anos de estudo, sendo que 27,5% deles completaram o ensino fundamental e 11,4% eram analfabetos. A idade média desses chefes de domicílios era de 41 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,9% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 20,6% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 11,8% do total da população.

As situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta estão resumidas nos seis grupos do IPVS (Gráfico 1), a partir de um gradiente das condições socioeconômicas e do perfil demográfico (Tabela 9). As características desses grupos, no município de Itaquaquecetuba, são apresentadas a seguir:

Gráfico 1. Características dos Grupos Apresentados no IPVS (em %)



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000; Fundação Seade, 2007.

Tabela 9. Indicadores que Compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS no Município de Itaquaquecetuba - 2000.

Indicadores	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						Total
	1- Nenhuma Vulnerabilidade	2 - Muito Baixa	3 - Baixa	4 - Média	5 - Alta	6 - Muito Alta	
População Total	1.710	1.875	42.137	105.036	20.971	101.213	272.942
Percentual da População	0,6	0,7	15,4	38,5	7,7	37,1	100,0
Domicílios Particulares	485	524	11.058	26.552	5.204	25.008	68.831
Tamanho Médio do Domicílio (em pessoas)	3,5	3,5	3,8	3,9	4,0	4,0	3,9
Responsáveis pelo Domicílio Alfabetizados (%)	98,8	94,1	93,3	90,7	85,6	84,7	88,6
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo (%)	80,4	45,4	37,8	28,9	25,1	20,5	27,5
Anos Médios de Estudo do Responsável pelo Domicílio	10,9	6,9	6,1	5,3	4,9	4,5	5,2
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio (em reais de julho de 2000)	2.994	769	629	471	400	348	466
Responsáveis com Renda de até 3 Salários Mínimos (%)	15,7	45,6	51,0	61,4	69,9	73,9	64,5
Responsáveis com Idade entre 10 e 29 Anos (%)	16,5	12,2	15,3	22,6	16,1	22,9	20,9
Idade Média do Responsável pelo Domicílio (em anos)	42	47,43	40	43	40	41	
Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%)	20,6	30,0	23,8	19,8	24,8	19,0	20,6
Crianças de 0 a 4 Anos no Total de Residentes (%)	8,7	7,5	9,4	12,1	10,4	12,9	11,8

Fonte: IBGE. Censo Demográfico Fundação SEADE

Nota: Foram excluídos os setores censitários sem informação devido ao sigilo estatístico.

Análise Territorial:

Para uma análise mais ampla da realidade local, faz-se necessária a associação de informações socioeconômicas com a localização territorial, e para isso, buscamos acessar os bairros do município que encontram-se nos territórios mencionados.

Podemos observar que a grande maioria da população do município está enquadrada nos grupos 3, 4 e 6 de vulnerabilidade social, atingindo 91% da população total. Assim, as poucas áreas que encontram-se com nenhuma vulnerabilidade - índice 1 - ficam no extremo norte do município, próximas à divisa com Arujá, e também a sudeste, próximas à área central na divisa com São Paulo.

Sendo assim, para objeto do estudo, daremos maior destaque para os índices 3 (vulnerabilidade baixa), 4 (vulnerabilidade média), 5 (vulnerabilidade alta) e 6 (vulnerabilidade muito alta). Cabe destacar que a única área que apresenta índice de vulnerabilidade 2 (vulnerabilidade muito baixa) é a área central do município, pois, apesar de apresentar altos índices de moradias irregulares, possui melhores condições de vida.

Na região leste do município, abaixo da Rodovia Ayrton Senna, encontram-se alguns bairros no índice 6 de vulnerabilidade social. São estes: Chácara Água das Pedras, Parque Recanto Mônica, Jardim Felix, Vila

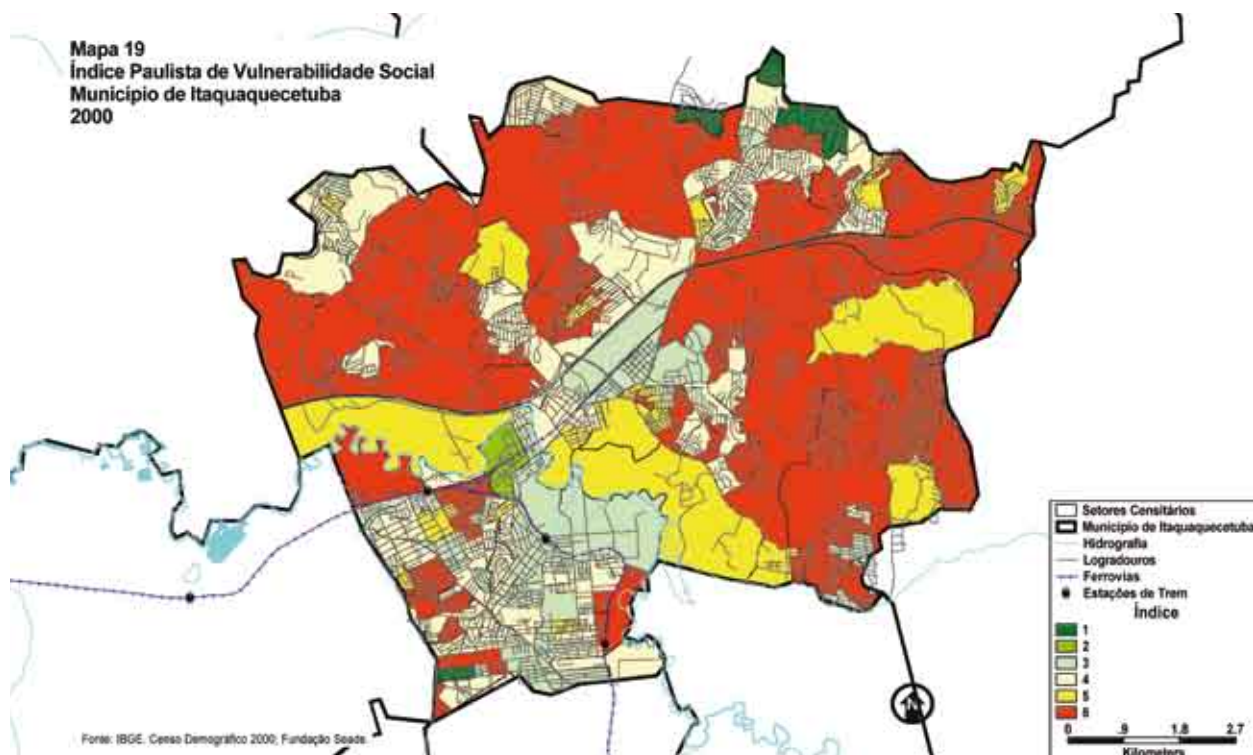
Augusta, Jardim Adriane e Parque Novo Horizonte. Essa região, com vulnerabilidade muito alta, está diretamente associada aos altos índices de furtos de cabos e foi definida como um dos recortes territoriais estudados no diagnóstico.

Já os bairros Jardim Odete, Estação Itaquaquecetuba e Cidade Miguel de Badra, estão classificados no índice 5 de vulnerabilidade, considerada alta, ainda que estejam relativamente próximos ao centro e aos serviços públicos de atendimento. O contato de campo com esses locais porém, mostrou a grande dificuldade ligada à questão da falta de regularização do território, o que dificulta as conquistas por melhorias para a região.

Ao norte da Rodovia encontram-se a maioria dos bairros de índice 4 de vulnerabilidade. Fazem parte desse território os bairros: Jardim Maragogipe, Parque São Pedro, Jardim Bela Vista, Jardim São Paulo, Residencial Palmas de Itaquá e Jardim Nova Itaquá. Estão nessa região também as Estradas do São Bento e de Santa Isabel.

Na intersecção entre a Rodovia Ayrton Senna e a Ferrovia da CPTM, observa-se os bairros Jardim São Judas Tadeu, Vila São Carlos e Quinta da Boa Vista, que apresentam baixa vulnerabilidade, representado pelo índice 3.

Figura 2. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – Município de Itaquaquecetuba – 2000



Fonte: Fundação Seade, 2000

Questões Relevantes

Cidade-dormitório

O município apresenta uma forte característica de cidade-dormitório. Estas surgem de conurbações (processo de urbanização e junção das áreas urbanas de duas ou mais cidades) onde houve transbordamento populacional, e que na grande maioria, são marcadas por um ambiente composto por forte presença de loteamentos clandestinos e moradias irregulares.

A característica de cidade-dormitório pode ser observada pelo alto contingente populacional que se desloca diariamente para fora do município a trabalho ou estudo, e uma das formas de análise desse fenômeno é a pesquisa origem-destino (OD), que avalia através do número de deslocamentos diários feitos por transporte público (movimento pendular), o contingente populacional que está se deslocando em direção ao município pólo.

A (Tabela 10) mostra o total de deslocamentos diários feitos em média do município de Itaquaquetuba à cidade de São Paulo, revelando que são utilizados outros municípios na provisão de serviços e circulação da economia local.

Tabela 10. Números de Deslocamentos Pendulares

Variáveis	Localidade	
	Itaquaquetuba	São Paulo
Local de Trabalho ou Estudo	No Município de Residência	120.963
	Outro Município ou País	44.713
Total	165.676	6.930.268
% da População Pendular	26,99	1,65

Fonte: ÂNTONICO, 2005.

Com as informações da Tabela 10, temos acesso aos números da cidade de São Paulo que apresenta uma proporção muito pequena de deslocamentos populacionais para estudo e trabalho (cerca de 1,7%). Já o município de Itaquaquetuba apresenta 26,99% da população total com destino principal à cidade de São Paulo.

O município quando comparado à Região Metropolitana de São Paulo, em relação aos deslocamentos pendulares realizados diariamente para fins de trabalho ou estudo, apresentam uma significância no volume de deslocamento populacional de mais de 50% em relação ao total realizado nessa região, junto com Caieiras, Mauá, Poá, Embu, Ferraz de Vasconcelos.

Se fizermos um paralelo com a questão do vínculo empregatício, já mencionado anteriormente, perceberemos que a população que vive e trabalha no município, inserida no setor formal, é de apenas 30 mil pessoas (8%). Já em relação aos deslocamentos, quase 166 mil pessoas fazem parte desse contingente que todos os dias dirige-se a outros municípios e conseqüentemente não participa do mercado de trabalho local.

Ocupações irregulares

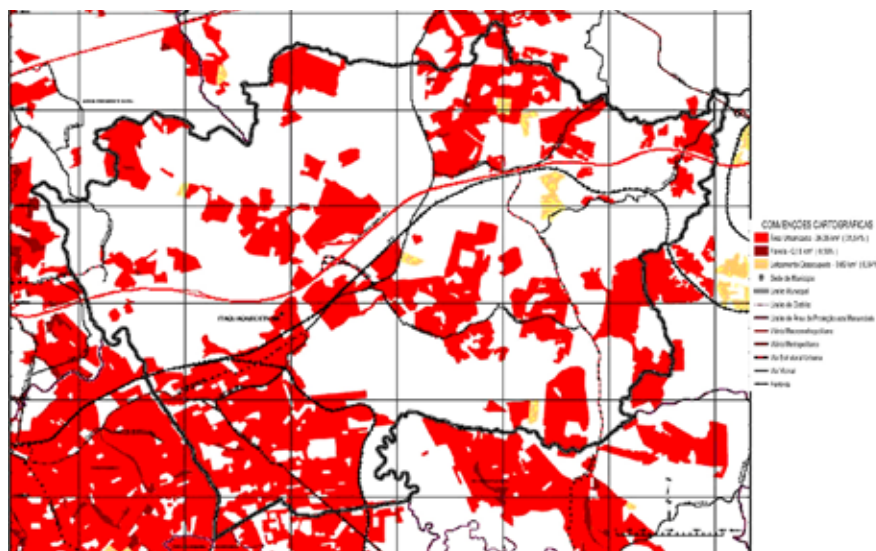
A questão do uso e ocupação do solo envolve três esferas: infra-estrutura urbana, a condição do terreno e a condição do domicílio. Isto torna relevantes as variáveis referentes ao tipo de ocupação, como a propriedade do terreno, a condição de subnormalidade do domicílio e o tipo de ocupação (se é apartamento, casa, etc).

Uma questão sócio-territorial recorrente na região é a das invasões de propriedades. O município apresenta em torno de 260 áreas invadidas, conforme levantamento feito pela Secretaria de Habitação, e nesse montante, algumas áreas têm urgência de remoção por localizarem-se em áreas de risco. Se encontram nesta situação os bairros Parque Piratininga e Jardim Marengo, atualmente no foco da Secretaria de Habitação como regiões prioritárias para intervenções.

Segundo dados da Emplasa, como podemos observar na Figura 3, uma porção do território de Itaquaquecetuba é ocupada por favelas, representando um total de 0,18% do seu território ou 0,15 km², porém, ainda assim, há indícios de que esse número seja mais alto, pois a grande maioria do território encontra-se em situação irregular.

Nesta questão, pode-se afirmar que em Itaquaquecetuba há duas situações: a irregularidade e a ilegalidade do terreno. A primeira refere-se ao fato da maioria da população não possuir a documentação que comprove sua condição de proprietária, e a segunda diz respeito às áreas invadidas. Dessa situação decorre a falta de contribuições com a tributação fiscal territorial, o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), o que prejudica a receita municipal.

Figura 3. Análise da Urbanização, Áreas de Favelas e Loteamentos Desocupados, 2006.



Fonte: EMLASA, Atlas do Uso e Ocupação do Solo do Município de Itaquaquecetuba, 2006.

A maioria das casas desses locais é "autoconstruída" e normalmente encontra-se em locais sem pavimentação e sem acabamento, o que apresenta alto risco aos moradores quanto à segurança das casas (por conta dos locais de construção) e quanto à ocorrência de doenças, uma vez que 28,36% dos domicílios não possuem infra-estrutura urbana adequada, incluindo o saneamento básico.

O problema habitacional no município perpassa as esferas sociais, ambientais e de segurança. São recorrentes casos de epidemia de doenças entre crianças e idosos, os quais têm utilizado água contaminada obtida em poços artesianos abertos e sem observação sanitária adequada.

Áreas de mananciais e de preservação ambiental também estão sendo ocupadas de maneira irregular e se faz necessária intervenção municipal de forma a promover o equilíbrio entre proteção ambiental e ocupação.

A Secretaria de Habitação instituiu o Programa Moradia Legal - Programa Habitacional da Cidade de Itaquaquecetuba, que oferece atendimento à população localizada em assentamentos precários através do fomento de novas oportunidades habitacionais para população de baixa renda. Serão considerados assentamentos precários aqueles que se encontrarem em situação irregular, considerados os aspectos de habitabilidade, regularização fundiária e respeito ao meio-ambiente, devendo ser atendidos prioritariamente aqueles que se encontram em áreas de risco.

Outra iniciativa da Secretaria Municipal de Habitação foi a criação da Câmara de Habitação de Interesse Social e Afins como órgão da mesma, que tem por finalidade gerar políticas de solução de conflitos na regularização de loteamentos e edificações além de reconhecimento de posse. A Câmara possui articulação com outras instâncias do município e é composta por representantes dos órgãos de Habitação, Assuntos Jurídicos,

Meio Ambiente, Planejamento, Câmara Municipal, Cartório de Registro de Imóveis, PM/SP - Corpo de Bombeiros e Companhia Bandeirantes de Energia Elétrica, entre outros.

Com relação à segurança pública, existe a necessidade de um olhar atento para esse cenário que aponta históricos comuns no Brasil, nos quais as ocupações irregulares dos espaços urbanos, na sua maioria, criam um ambiente de maior vulnerabilidade social. Em consequência da dificuldade de acesso, da carência de equipamentos públicos e da falta de infra-estrutura básica, tornam-se assim, terrenos férteis para a proliferação de problemas relacionados à desordem urbana, violência e criminalidade.

2. Perfil das secretarias e infra-estrutura urbana

2.1. Secretaria Municipal de Segurança Pública

A Secretaria Municipal de Segurança Pública foi criada em 2005 e tem sob seu comando os seguintes setores:

Vigilância
Patrimonial

Defesa Civil
Municipal

Guarda Civil
Municipal

A secretaria conta com cerca de 300 homens responsáveis pela segurança de prédios públicos como escolas, creches, postos de saúde, hospitais, entre outros.

A Defesa Civil Municipal dispõe de aproximadamente 20 profissionais divididos entre tarefas administrativas e serviço de campo. O departamento auxilia os trabalhos do posto do Corpo de Bombeiros da cidade por meio de ações preventivas, de socorro e assistência, em casos emergenciais (Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, 2007).

Guarda Civil Municipal

Sede da Guarda Civil Municipal

Localização: Avenida Ítalo Adami nº. 2023 - Morro Branco

Efetivo: 119 servidores concursados

Pela Constituição Federal, o papel da Guarda no contexto municipal está restrito ao policiamento dos bens, serviços e propriedades públicas. Na prática, porém as Guardas são acionadas cotidianamente para mediar e administrar conflitos no espaço público. Seja na escola, na praça, no trânsito, nos corredores comerciais e culturais, as Guardas são exigidas, e delas se espera um “encaminhamento”, uma “atuação”. É comum afirmar que a maior parte de suas demandas são de natureza preventiva e comunitária. (MATTOS E CARUSO, 2007)

Recém criada no município, a Guarda Civil Municipal de Itaquaquecetuba possui um efetivo de 119 servidores que além de suas funções de proteção, vigilância e atividades de policiamento, visa a aproximação com a comunidade.

Na rua desde junho de 2007, a Guarda, em período de adaptação e ainda desarmada, foca sua atuação nas ruas do centro da cidade, contribuindo, entre outras coisas para a travessia de pedestres, orientação da população e monitoramento a pé. A Guarda de Itaquaquecetuba dá suporte à fiscalização de camelôs nas ruas

e no auxílio às Polícias Civil e Militar em eventos realizados na cidade. Acredita porém que poderá exercer um trabalho mais efetivo a partir do momento que portar uma arma, e puder administrar problemas do cotidiano sem oferecer riscos ao próprio efetivo e nem à segurança da população. Vale lembrar que apenas a arma não garante uma atuação mais segura, é preciso uma profunda estrutura de formação e reciclagem da Guarda, além de controle e fiscalização sobre o uso correto deste instrumento.

Segundo informações recebidas por representantes da Guarda, sua presença constante no centro resultou na queda dos furtos e crimes realizados nessa região para praticamente zero.

Conforme a presença da Guarda vem sendo notada, é percebida a reação positiva da população que a vê como referência de segurança. Uma das maiores demandas atuais vem da população, que solicita através de ofícios a presença do efetivo para auxílio em festas e encontros de grande porte como cultos religiosos.

Uma recente realização da Guarda foi destinar duas de suas cinco viaturas para a Ronda Escolar e assim auxiliar na cobertura das escolas municipais de Itaquaquecetuba. O município possui 53 escolas municipais distribuídas por todo o seu território e com duas viaturas torna-se inviável um acompanhamento adequado, ainda que a PM contribua com outras três viaturas.

Os guardas designados para a segurança escolar devem passar por um processo especial de treinamento, que inclui o estudo da legislação pertinente, além de métodos de relacionamento com os jovens. As autoridades educacionais também devem colaborar ativamente na formação desses policiais, contribuindo para um bom relacionamento entre essas esferas e, principalmente, para aproximar a instância policial da população e do público juvenil.

Ainda na área ligada à comunidade, a Guarda Municipal de Itaquaquecetuba pretende implementar projetos voltados para a população como palestras ministradas nas escolas por ex-professores que hoje fazem parte do efetivo. Porém, estas ainda são ações embrionárias e não possuem muitas informações à respeito.

Os representantes da Guarda de Itaquaquecetuba se mostram otimistas e persistentes em percorrer esse trajeto inovador através da implementação de um efetivo que nem sempre é bem recebido por outros colegas da força policial. Segundo relatos, o trabalho que está sendo desenvolvido é respeitado e admirado, portanto, tudo indica que veio somar forças à Segurança Pública do município.

2.2. Secretaria de Estado da Segurança Pública

Uma característica marcante no trabalho da polícia no município de Itaquaquecetuba é a troca e o diálogo constante entre os diversos setores da Segurança Pública. Segundo relatos das Polícias Civil e Militar, ambas trabalham de forma integrada.

Polícia Civil

Unidade: Delegacia de Polícia Central

Localização: Avenida Emancipação, 97 - Centro.

Efetivo: 87 funcionários

Perfil: 05 Delegados de Polícia, 22 Escrivães de Polícia, 18 Investigadores de Polícia, 06 Agentes de Telecomunicação, 15 Carcereiros, 07 Agentes Policiais, 02 Auxiliares de Papiloscopia além de 12 funcionários administrativos, sendo 11 destes cedidos pelo município.

Horário de atendimento: 24hrs

Área de abrangência: geograficamente abrange a região central, divisa com Poá, São Paulo e Suzano, até a Rodovia dos Trabalhadores.

Unidade: Delegacia de Polícia do 1º Distrito Policial de Itaquaquecetuba - Jd. Caiuby

Localização: Estrada de Santa Isabel, 6000 - Jd. Caiuby.

Efetivo: 14 funcionários

Perfil: 2 Agentes policiais, 4 escrivães de polícia, 7 investigadores, 1 delegado.

Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira das 09hrs às 19hrs

Área de abrangência: geograficamente abrange a área do jardim Caiuby após a Rodovia dos Trabalhadores até as divisas com Arujá e Guarulhos.

Itaquaquecetuba não possui unidade do sistema penitenciário, apenas celas nos Distritos Policiais preparadas para receber presos recolhidos por Mandado de Prisão e Prisão em Flagrante, além da cela para prisões administrativas. Os presos por Mandado ou Flagrante são encaminhados para o Centro de Detenção Provisória de Suzano.

A Polícia Civil em Itaquaquecetuba possui um efetivo total de 120 pessoas, o que não é suficiente para atender com qualidade um município deste tamanho, com mais de 300 mil habitantes. As duas unidades estão localizadas cada uma de um lado da Rodovia Ayrton Senna.

Polícia Militar

Assim como a Polícia Civil, a distribuição geográfica da Polícia Militar se dá em torno da Rodovia Ayrton Senna, sendo cada Companhia da Polícia Militar responsável por um dos lados do município. Possui um efetivo total de 330 pessoas para atender a região.

Através de pesquisa de campo, foi possível observar a maior presença de policiais militares nas regiões centrais da cidade e batidas policiais nas principais avenidas e rodovias de acesso. Nas áreas mais distantes a presença policial é menos intensa, segundo relatos da população e percepção de campo.

Unidade: 35º Batalhão da Polícia Militar

Localização: R. Uberaba, 83 - VI Virgínia

Unidade: 1º Companhia

Localização: Rua Campinas, 185- Bairro Monte Belo

Efetivo: 138 policiais

Unidade: 2ª Companhia

Localização: Estrada de Sta Izabel, 6855 - Jd Industrial

Efetivo: 120 policiais

Unidade: Base Comunitária do Pq Piratininga

Localização: Estrada Água Chata, 189 - Pq Piratininga

Efetivo: 14 policiais

Unidade: Base Comunitária Jd. Caiuby

Localização: Estrada dos Índios, 1121 - Bairro do Caiuby

Efetivo: 4 policiais

Unidade: Posto Policial Militar

Localização: Praça Padre João Álvares - Centro

Efetivo: 3 policiais

A Base Comunitária de Segurança da Polícia Militar representa uma importante presença local, principalmente nos bairros mais distantes. Conforme escutas, a presença policial é desejada pela população como uma forma de coibir a ação de criminosos e situações de violência. Em pesquisa de campo pôde-se observar a tentativa de aproximação da polícia via este tipo de equipamento, na medida em que realiza levantamentos e cadastros dos moradores, assim como ofertas de oficinas de inclusão digital dentro do espaço policial.

A Base Comunitária do Parque Piratininga visa dar o primeiro apoio às comunidades locais orientando e encaminhando a população, além de se fazer presente nas resoluções de problemas comunitários, buscando trabalhar para a prevenção da criminalidade e violência.

Destaques: PROERD e JCC

O PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência) e o JCC (Jovens Construindo a Cidadania) são projetos da Polícia Militar. O PROERD atende alunos de 4ª e 6ª séries de escolas estaduais, municipais e particulares, com total de 15.000 alunos atendidos desde sua implantação em 2003 no município. Já o JCC atende a 06 escolas estaduais com total de 197 alunos adolescentes desde 2005.

O Programa PROERD leva o policial para a escola por 10 semanas para trabalhar, junto às crianças, questões relacionadas a cidadania, auto-estima, amizade e drogadição. O Programa tem cunho informativo e, neste sentido, busca trazer conhecimentos sobre novas questões ou abordá-las de forma diferenciada pelo policial.

Já o JCC atua com o público jovem e tem um formato voltado para o incentivo do protagonismo juvenil, formando uma comissão de jovens que passam a exercer o papel de multiplicadores, realizando reuniões semanais junto aos demais alunos da escola.

Ambos os Programas proporcionam a aproximação da polícia com a comunidade, e criam uma relação de confiança que permite aos policiais acessarem dados da realidade que muitas vezes não chegam à corporação. Também dá aos jovens a oportunidade de ter uma imagem diferenciada do trabalho exercido pela polícia.

Além disso, o contato com os jovens e com o ambiente escolar contribui para uma mudança positiva no exercício da profissão policial, pois segundo relatos obtidos no 35º Batalhão, os policiais que participam dos programas passam a ter postura e trato diferenciados com o cidadão.

Os mediadores dos grupos são policiais selecionados de forma espontânea e devem atender a um perfil específico compatível com o interesse em desenvolver trabalhos comunitários. Participam de um curso de 90 horas/aula aonde recebem instruções relacionadas à psicologia, didática, toxicologia, além de violência, segurança, resolução de conflitos e mediação. Essa formação é importante para a conquista da postura de interlocutor e educador que deve ser assumida pelo policial, despidendo-o da postura punitiva e conseqüentemente refletindo positivamente no desenvolvimento do trabalho policial.

Somada a outras iniciativas, essa busca pela proximidade com a população representa uma mudança de foco da polícia de forma geral, e por este motivo deve ser estimulada e valorizada, para que esta trabalhe de forma eficiente e democrática, combinando ações repressivas com as de prevenção.

Grupo de escuta

Foi realizado um grupo de escuta com os jovens do Programa Jovens Construindo a Cidadania (JCC) para conhecer com mais detalhes seu desenvolvimento no município. Na Escola Estadual Vereador Maurício Alvez Braz o trabalho acontece há um ano com 17 integrantes de 7ª e 8ª séries.

A pesquisa constatou que houve inicialmente resistência dos alunos da escola em relação ao programa, inclusive por parte do grupo formado para a ação. Com o tempo porém, os estudantes foram entendendo a proposta, e através do contato com o policial-instrutor, mudaram a visão e a postura em relação ao projeto e à própria polícia.

Cada jovem tem um papel no grupo, que vai desde tesoureiro à presidente. O aluno é incentivado a pensar nos problemas enfrentados pela escola e encontrar formas de combatê-los. A principal atuação é através do diálogo, ou seja, os alunos atuam como multiplicadores de valores e intenções que almejam para a escola.

A principal conquista do JCC, segundo os jovens, foi a conscientização dos alunos em relação ao banheiro da escola, que era utilizado para fumar cigarro e utilizar drogas, o que ainda segundo os estudantes, hoje não acontece mais. A ação de multiplicadores foi fundamental para mostrar para o restante da escola que muitos alunos estavam dispostos a buscar melhorias para o ambiente escolar e que através do diálogo isso era possível. Porém, o grupo diz que se colocou em risco, pois ficaram com o estigma de “supervisores dos alunos, querendo dar ordens nos outros jovens e na escola”, mas dizem ter superado este conflito através da conversa, conforme foram instruídos pelo policial.

A importância dada à técnica do diálogo como uma conquista do grupo faz-se relevante quando pensamos a questão da violência escolar, pois segundo Arendt (1961), existe uma relação direta entre a violência no ambiente escolar e a quebra do diálogo e da capacidade de negociação. Assim, a aquisição desta ferramenta representou resultados concretos de melhora do ambiente escolar, servindo de exemplo para a superação de algumas dificuldades enfrentadas pela instituição na relação entre alunos.

Os jovens indicaram que o convívio com o efetivo policial mostrou a importância dessa aproximação, pois hoje vêem a polícia de forma menos assustadora e sentem o ambiente mais seguro na escola devido ao policiamento, mais freqüente do que antes. Uma questão porém, chamou a atenção nos relatos dos jovens, relacionada à crença de que só se obtém resultados contra a violência de forma agressiva e punitiva. Os estudantes ainda acham que através do diálogo a polícia não consegue atingir resultados positivos. Isso vai contra o que é pregado no interior da escola e mostra que é preciso contribuir ainda mais para que esses jovens percebam a prática do diálogo como instrumento para a conquista do bem da comunidade. Também cabe destacar que sem o diálogo o policial volta a ser aquele profissional que causa somente a sensação de medo e não mais segurança.

2.3 - Secretaria Municipal de Saúde

A Secretaria de Saúde do município de Itaquaquecetuba enfrenta um grande desafio no atendimento eficaz à população local. As unidades de atendimento não dão conta da demanda segundo depoimentos da população, o que provoca esperas e falta de qualidade nas consultas.

Conforme mencionado antes, o município sofre de problemas ligados à habitação, sendo grande parte destas insalubre. A situação varia, e vai desde várias pessoas morando sob o mesmo teto em espaços pequenos, até a falta de ventilação, habitações localizadas em áreas de risco, sem abastecimento de água, saneamento básico inadequado, entre outros.

Dentre os dois hospitais existentes no município, o Hospital Municipal de Itaquaquecetuba não possui leitos, e atende apenas como pronto-socorro, restando somente um hospital para prestar serviços de internação. Devido a esse problema, constantemente são utilizados os serviços do Hospital Luzia Pinho Melo e da Santa Casa de Misericórdia, ambos de Mogi das Cruzes.

Nome	Localização	Unidades
Hospital Municipal de Itaquaquecetuba	Centro	1
Hospital Geral de Itaquaquecetuba (OSS Santa Marcelina)	Jd. Nova Itaquá	1
Unidades Básicas de Saúde - UBS	Morro Branco, Jd. América, Jd. Caiuby, Jd. Maragogipe, Jd. Odete, Jd. Paineira, Monte Belo, Pq. Piratininga, Pq. Recanto Mônica, Pq. Residencial Marengo.	11
Unidade de Saúde da Família - USF	Jd. Josely, Perobal, Pq. Piratininga, Jd. Nicea	4
Farmácia Popular	Centro e Monte Belo	2
Saúde Mental	Jd. Anita	1
Laboratórios	Centro - dentro do CSII	1
Centro de Saúde de Especialidades - CSII	Centro	1
SAE - Serviço de atendimento especializado	Centro	1
Saúde da mulher	Centro	1
Zoonose Chácara	Cuiaba	1
Média de atendimentos na Rede de Saúde		1.072.108

A Secretaria possui iniciativas recentes como o SAE (Serviço de Atendimento Especializado), inaugurado em 2006, cuja finalidade principal é atender e informar a população sobre doenças sexualmente transmissíveis. Este serviço é uma importante ferramenta na divulgação de informações e conscientização sobre o tema.

Outra iniciativa é o Centro de Saúde da Mulher, inaugurado em 2002, que contribui com ações de planejamento familiar e monitoramento da mortalidade infantil, pré-natal e citologia. Apesar de iniciativas como estas serem de extrema importância, as dificuldades continuam presentes, como a centralidade da localização desses serviços, que muitas vezes resulta na dificuldade do acesso da população de regiões periféricas.

Outra questão relevante é a maternidade precoce. Há avôs e avós com idades entre 35 e 40 anos e é relato recorrente no município a alta frequência de mães solteiras. Essas mães adolescentes idealizam “ser mãe”, e apesar de informadas, falta-lhes conscientização. A questão da baixa renda reflete numa cultura da

busca pela inserção social e prole numerosa, sendo que a causa mais aparente para isso é a falta da perspectiva de futuro. Conforme coloca um dos informantes “para estas pessoas o filho é o orgulho, é o fim de um ciclo de invisibilidade, é a apresentação perante a sociedade, não pensam nos direitos da criança que vai nascer”.

No contexto de gravidez na adolescência, buscamos avaliar a realidade encontrada no município com relação ao número de mães adolescentes e jovens, e conforme mostra a Tabela 11 os números vêm se mantendo na mesma média nos últimos anos, ou seja, cerca de 57% do total de nascimentos no município provém de mães com idade entre 13 e 25 anos.

Tabela 11. Estatística de nascimento Município de Itaquaquecetuba - Faixas Etárias da Mãe por números de nascidos por sexo, em 2006 e 2007 (em N.A. e %).

Faixa	2007		2006	
	%	%	%	%
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
13 à 18	15,87	15,36	17,61	17,89
19 à 25	41,33	43,07	44,10	44,64
26 à 35	35,42	31,21	30,10	29,95
36 e +	7,38	10,36	8,19	7,52
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Itaquaquecetuba, 2007.

Na Tabela 12, quando comparados os dados do município de Itaquaquecetuba aos de municípios vizinhos observa-se que a proporção de mães adolescentes com menos de 18 anos é a maior dentre o entorno. Há portanto uma particularidade neste município, que retrata a deficiência de programas de prevenção da gravidez e planejamento familiar por parte do poder público.

Tabela 12. Proporção de Mães Adolescentes Grávidas, em 2004 e 2005.

	Ano	Itaquaquecetuba	Ferraz de Vasconcelos	Mogi das Cruzes	Suzano	Arujá	Guarulhos	Poá
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (Em %)	2004	9,08	8,49	8,45	8,41	7,57	7,37	6,1
	2005	9,54	7,95	7,96	7,67	7,56	7,63	7,01

Fonte: Fundação Seade, 2007.

O município apresenta um cenário de alta vulnerabilidade social, e se constata que grande parte das crianças nascidas de mães jovens são frutos, na sua maioria, de lares com estrutura familiar prejudicada: baixa renda familiar, membros da família desempregados e com baixo nível escolar. O conjunto dessas variáveis traz um panorama de risco no qual a probabilidade da situação de vulnerabilidade se manter é consideravelmente alto.

Principais Projetos:

- Caravana da Saúde: projeto que associa diversas secretarias em ações que levam aos bairros serviços de atendimento gratuito à população;
- Centro de Saúde da Mulher: centro de atendimento e orientação à mulher.

Destaque: Programa de Saúde da Família - PSF

O Programa Saúde da Família é uma estratégia do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em Unidades Básicas de Saúde. Estas equipes são exclusivamente responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias em uma área geográfica delimitada.

Existem quatro Unidades Básicas de Saúde da Família no município e a aproximação de campo se deu na unidade Parque Piratininga. Esta unidade trabalha segundo dois moldes de atuação: o sistema de atendimento básica de saúde (UBS) e Programa de Saúde Família. (PSF) O atendimento básico de saúde possui uma equipe que atende a população da região como um todo; já o sistema de atendimento de Saúde da Família, atende exclusivamente a população do bairro Piratininga. Ambos atuam no mesmo espaço, ou seja, uma equipe responde à UBS e a outra aos moldes do PSF. Em alguns momentos, conflitos são gerados devido às exigências de regras relacionadas ao método do PSF, que impossibilita que moradores de outros bairros sejam atendidos pela equipe de Saúde da Família. Além disso essa unidade em particular passou por dificuldades relacionadas à falta de pessoal e rotatividade de médicos e o que acabou prejudicando a assistência à população.

Cada Unidade de Saúde da Família atende até 12 mil pessoas da região, e possui até três equipes responsáveis por 4 mil pessoas cada. A equipe é composta por um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem, um médico e até seis agentes comunitários. Estes últimos são obrigatoriamente moradores do bairro, treinados para prestar o atendimento aos moradores.

A principal intenção é manter os agentes informados em relação à saúde integral e qualidade de vida, para que possam multiplicar e orientar a população no dia-a-dia. Os agentes atuam por 40 horas semanais e recebem menos de um salário mínimo, gerando grande desgaste e alta rotatividade na função, o que prejudica a qualidade dos serviços, que devem priorizar o vínculo entre o agente e o usuário.

As equipes desenvolvem ações de promoção, prevenção, recuperação e manutenção da saúde nas comunidades. A aproximação dos agentes com a comunidade pode ser estratégica também do ponto de vista da prevenção da violência, já que possibilita identificar situações de violência que muitas vezes ocorrem no âmbito privado. Porém os agentes não possuem treinamento específico para a identificação de indícios de abuso, e principalmente para lidar com situações de violência. Portanto, segundo relatos, são raros os casos descobertos relacionados à essa questão.

Ainda segundo informações de campo, a busca ativa e as suspeitas em relação à violência doméstica deveriam ser feitas pela área de vigilância epidemiológica. O município, porém, possui uma equipe com cinco profissionais para assistir quatorze postos, que por sua vez, devido à falta de recursos humanos focam sua atuação na vacinação da população.

O atendimento do Programa de Saúde da Família é uma iniciativa de proteção da saúde e prevenção da doença que se baseia na valorização dos aspectos que influenciam a saúde humana. Se dá com a orientação e informação em relação às condições de vida e precauções diárias. O atendimento humanizado pode contribuir imensamente para a melhora da saúde da população, porém para que isso aconteça é preciso investir em salários, condições de trabalho e capacitação, para que o programa torne-se uma ação conjunta de esferas governamentais, de assistência à saúde e prevenção da violência.

2.4. Secretarias Municipal e Estadual de Educação

Secretaria Municipal de Educação

No Brasil os governos municipais são responsáveis por atender às necessidades do ensino fundamental, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

No Estado de São Paulo a municipalização da educação deu-se por meio do Programa de Ação Parceria Educacional Estado-Município, que possibilitou através de convênios a transferência das escolas estaduais para os municípios.

Em Itaquaquecetuba a municipalização teve início em 1996, com a transferência de seis escolas estaduais de ensino fundamental. De acordo com informações da Secretaria Municipal de Educação a municipalização está efetivada, embora existam escolas estaduais nas quais funcionam as primeiras quatro séries do ensino fundamental. Essa Secretaria é responsável por doze Creches Municipais, cinco Creches Comunitárias e 53 escolas que atendem um total de 29.425 alunos, e estes por sua vez recebem 4 horas de aula diárias. Possui parcerias com as Secretarias de Saúde, Cultura e Esporte de forma pontual, através de palestras e trocas de experiências, e também com as Secretarias de Transportes e Meio Ambiente através de projetos disseminados nas escolas.

Principais Projetos:

- Releitura das Obras de Arte: alunos têm contato com obras de arte de referência e trabalham novas perspectivas junto a essas artes;
- Poesia na Escola: desenvolvimento e estímulo ao contato com esse tipo de literatura;
- Jornal em Sala de Aula: rotativo e atualmente está em 3 escolas do município proporcionando o contato dos alunos com esse meio de comunicação;
- Dia do Idoso: visitas, apresentações e aproximação dos alunos junto ao público idoso, trabalhando questões como cidadania e respeito ao próximo;
- Caravanas do Conhecimento: durante as férias são realizadas excursões para visitas a outras cidades que proporcionam contato com ambientes diferenciados e aproximação do meio ambiente.

Relação de Creches Comunitárias, Creches Municipais e Escolas Municipais

No	Unidade	Endereço
1	CEI MONTEIRO LOBATO	Rua Augusto José de Oliveira, 90 Vl. Gepina
2	CRECHE CLÉLIA MONEA CHAPINA	Rua Geremoabo, 30 - Jd. Caiuby
3	CRECHE COMUNITÁRIA EDSON MARTINS PEREIRA	Rua dos Estudantes, 500 - Jardim Itaquá
4	CRECHE COMUNITÁRIA KAREL CORNELIS BRANDWIJK	Rua Serra dos Cristais, 19 - Parque Residencial Village
5	CRECHE COMUNITÁRIA ALZENIR RAMOS S.OLIVEIRA	Av. Luiz Pereira Barreto, 116 - Pq. Marengo Alto
6	CRECHE COMUNIT. PASTOR MÁRIO MARIA DUARTE	Rua Carlos Drumond de Andrade, 330 - Pq. Piratininga

7	CRECHE DURVALINA TEIXEIRA ROSA	Rua da Creche, 55 Bairro da Estação
8	CRECHE MAMA DORA	Rua Itapevi, 19 Manoel Feio
9	CRECHE MARIA PIRES PARRA	Rua Grão Pará, 100 Quinta da Boa Vista
10	CRECHE N. SRA. D'AJUDA	Rua Acácia, 106 Jd. Odete
11	CRECHE PAULO ALEXANDRE MOSCA CINTRA	Rua Santa Catarina, 382 Morro Branco
12	CRECHE ROSALINA FLORA DE CAMARGO	Rua Mairinque, 245 Vl. Monte Belo
13	CRECHE SANTA CATARINA	Rua Santa Catarina, 181 Morro Branco
14	EM ADENOR BONIFÁCIO DA SILVA	Estr. Ver. Valter da S. Costa, 100 Vl. Maria Augusta
15	EM ADENOR BONIFÁCIO DA SILVA (I)	Rua Tiradentes, 126 Vila Maria Augusta
16	EM BAIRRO CIDADE NOVA LOUZADA	Rua Águas Formosas, 307 Bº Cidade Nova Louzada
17	EM BAIRRO DO PINHEIRINHO	Av. Turmalinas, 879 Jd. Nícea
18	EM BENEDITO BARBOSA DOS SANTOS	Rua Horizontina, 41 Jd. Campo Limpo
19	EM BENEDITO VIEIRA DA MOTA	Rua M.M.D.C., 92 - Centro
20	EM CHÁCARA DOS ITALIANOS	Av. IV Centenário, 2.102 Bairro do Aracaré
21	EM CÍCERO DE SÁ RAMALHO	Rua Baurú, 200 - Jardim do Carmo
22	EM CLARINDA DA CONCEIÇÃO	Av. Ferreira de Menezes, 280 Pq. Residencial Marengo
23	EM DO CAIC - PROFº PAULO NUNES	Rua Santa Catarina, 382 Bairro Morro Branco
24	EM DONA ANTONIA CICONE	Estr. do Rio Abaixo, 3.840 - km 8 Bairro do Rio Abaixo
25	EM DR. CHARLES HENRI TYLER TOWNSEND	Estr. dos Garcia, 15 Jardim Americano
26	EM DR. JOSÉ DE FREITAS MENDONÇA	Rua Henrique Giovanni Xavier, 300 - Pq. Rs. Scaffidi
27	EM ENGº CHIOZO KITAKAWA	Rua Pedro de Toledo, 115 Jardim Caiuby
28	EM FREF. GENTIL DE MORAES PASSOS	Av. Brasil, 1.008 Bairro da Pedreira
29	EM ÍTALO ADAMI	Rua Santa Catarina, 300 - Bairro do Morro Branco
30	EM JARDIM CALIFÓRNIA	Rua Los Angeles(Antiga Rua Dez), 131 Jd. Califórnia
31	EM JARDIM GONÇALVES	Rua Joaquim F. G. da Silva, 146 Jd. Gonçalves
32	EM JARDIM ITAQUÁ	Rua dos Radialistas, 185 Bairro Jd. Itaquá
33	EM JARDIM LUCIANA	Rua Alvorada, 360 Jd. Luciana
34	EM JARDIM MARAGOGIPE II	Rua nova Veneza, 442 - Jardim Maragogipe
35	EM JARDIM NOVA ITAQUÁ	Rua Rio Tietê, 299 Jd. Nova Itaquá
36	EM JARDIM PAINEIRA	Rua Serra de Paranapiacaba, 376 Jd. Paineira
37	EM JOÃO GERALDO DOS SANTOS	Rua São Roque, 431 Vila Japão
38	EM JOAQUIM PERPÉTUO	Rua dos Motoristas, 196 - Jardim Itaquá
39	EM JORNALISTA ROBERTO MARINHO	Rua Padre Azevedo, 51 Jardim Carolina
40	EM JOSÉ MARINHO FERREIRA *	Rua Vital Brasil, 130 - Vila Maria Augusta
41	EM NICOLINO FAUSTINO DE SOUZA	Rua Tapuia, 114 Vila São Carlos
42	EM ORLANDO BENTO DA SILVA	Rua Tília, 105 Jardim Adriana II
43	EM PARQUE PIRATININGA	Rua Evaristo da Veiga, 170 Pq. Piratininga
44	EM PARQUE PIRATININGA I	Rua Augusto dos Anjos, 190 - Pq. Piratininga
45	EM PEQUENO CORAÇÃO	Rua Fernão Magalhães, 95 Bairro Pequeno Coração
46	EM PQ. N. SRA. DAS GRAÇAS	Estr. de São Bento, 8.529 Jd. Josely
47	EM PREF. BENEDITO BARBOSA DE MORAES	Rua Tocantins, 313 Vila São Carlos
48	EM PROFª MARIA CRISTINA DINIZ DE ALMEIDA	Rua Arujá, 75 Vila Monte Belo
49	EM PROFª MARIA EMÍLIADE M. NASCIMENTO	Rua 2, nº 1 Jd. Odete II

50	EM PROF ^a MARIA EULÁLIA NOBRE BORGES	Rua Taubaté, 39 Vila Monte Belo
51	EM PROF ^a OLÍVIA AP DA S. C. GUGLIELMO	Estr. da Água Chata, 665 Pq. Piratininga
52	EM PROF ^a ROSELI AP. MENDES	Rua Platina, 155 Recanto Mônica
53	EM PROF ^a TELMA ARRIVETTI DO PRADO	Rua Alfredo Marcondes, 93 Jardim Caiuby
54	EM PROF ^o ALCEU MAGALHÃES COUTINHO	Av. Gonçalves Dias, 350 Pq. Res. Marengo
55	EM PROF ^o AURELINO LEAL	Rua Distrito Federal, 232 Vila Ercília
56	EM PROF ^o RUI A. PESTANA HENRIQUES	Rua 4, nº 217 Jardim Odete
57	EM SANTINO HAYASHI AMANO	Rua da Granja, 420 Jardim Santa Rita
58	EM SHOZAYEMON SETOKUCHI	Rua Nice, 63 Est. Guatambú - Bairro Jd Pinheirinho
59	EM VER. ANTONIO RODRIGUES GALLEGO	Rua Porto Alegre, 145 - Jardim Anita
60	EM VER. AUGUSTO DOS SANTOS	Rua Cabrália Paulista, s/nº Bairro da Estação
61	EM VER. JOÃO MARQUES	Rua Olavo Bilac, 121 - Jd. Altos de Itaquá
62	EM VER. LEOLINO DOS SANTOS	Rua Garibaldi, 50 - Jardim Odete
63	EM VICENTE LEPORACE	Rua Distrito Federal, 205 Vila Ercília
64	EM VICE-PREF. ALFREDO G. F. DA SILVA	Rua Diogo Antonio Feijó, 75 - Jardim Itapuã
65	EM VICE-PREF. JURACI MARCHIONI	Rua Amazonas, 610 - Jardim Amazonas
66	EM VILA ZEFERINA	Rua Caxambú, 158 - Vl. Zesuina
67	EM VIRGÍLIO MARINHO	Rua Paulistânia, 105 - Jardim Maragogipe

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Itaquaquecetuba.

Destaque: Programa Creche Comunitária

O Programa Creche Comunitária é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação, que visa estabelecer parcerias com entidades locais para a implementação acelerada de creches nos diversos bairros do município.

Atualmente existem quatro unidades nos bairros: Parque Piratininga, Nova Itaquá, Parque Marengo e Village, que atendem 50 crianças de 0 a 5 anos. Outras três unidades serão inauguradas. A Prefeitura cede o recurso financeiro para a reforma e aluguel do espaço, remuneração dos monitores e dirigentes das unidades, além de cinco refeições diárias para as crianças atendidas. A administração da creche é feita pela entidade conveniada, que possui uma equipe formada por dirigente, professor, cozinheira, auxiliar de desenvolvimento infantil e auxiliar de serviços gerais.

Alguns dos critérios utilizados para o estabelecimento do convênio entre Prefeitura e creche são a regulamentação jurídica da entidade e o desenvolvimento de trabalhos junto à comunidade.

O Programa se apresenta como uma alternativa mais rápida e menos burocrática do que a implantação de uma creche municipal de atendimento ao público dessa faixa etária. Isso é relevante porque o município não possui este tipo de unidades de atendimento na grande maioria dos seus bairros, além de ter receita limitada. É também uma forma de trabalho conjunto entre administração pública e sociedade civil, representando oportunidades de parcerias importantes, uma vez que os dois atores podem trocar experiências e informações valiosas. Porém não pode ser deixada de lado a qualidade do atendimento realizado por essas creches, que devem ter funcionários formados e capacitados para a assistência e o desenvolvimento das crianças.

Secretaria Estadual – Diretoria de Ensino Regional

A Diretoria de Ensino Regional (DER) de Itaquaquecetuba, é o braço responsável pelo ensino fundamental II (de 5ª a 8ª série) e médio (do 1º ao 3º ano) da Secretaria Estadual de Educação no município. Há um total de 43 escolas que juntas atendem 60 mil alunos.

De uma forma geral, os projetos realizados por este órgão são padronizados e decorrem de uma diretriz da própria Secretaria do Estado. Cada escola, no entanto tem certa autonomia para adaptar o projeto conforme sua realidade, desde que mantidos os conteúdos básicos. Por sua vez, a Diretoria Regional além de capacitar e supervisionar o corpo técnico e o trabalho das escolas também tem autonomia para criar projetos próprios e repassá-los.

Segundo relato de representante interno, a DRE trabalha em parceria com outras Secretarias e iniciativas existentes no município. Um exemplo é a participação no Conselho Municipal de Segurança Familiar, que contribui para o apoio aos professores e corpo técnico na resolução de conflitos familiares na escola. Além disso, a DRE tem dado apoio à UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas), facilitando sua entrada nas escolas para o estímulo à formação de grêmios estudantis.

Principais Projetos:

- Programa Prevenção Também se Ensina: trabalha questões relacionadas a saúde sexual e reprodutiva e o uso abusivo de substâncias psicoativas. De cunho interdisciplinar, provê orientação técnica aos professores. No desenvolvimento do projeto, Itaquaquecetuba foi o 1º município no país a distribuir preservativos nas escolas, no ano de 2003;
- Projeto Cuidar do que é de Todos: projeto de discussão com alunos sobre preservação do espaço público e ambiente de aprendizado, que surgiu a partir das reformas propostas para os banheiros das escolas estaduais. Ao final, os banheiros não foram reformados mas o projeto foi encaminhado;
- Projeto Diretoria de Ensino Reward: projeto da Diretoria de Ensino que visa capacitar professores em língua inglesa e música, para que estes multipliquem o conhecimento aos alunos através de aulas do idioma que usem os recursos musicais. Formaram-se corais de alunos e professores que cantam em inglês.

Relação de Escolas Estaduais

No	Escolas	Endereço
1	EE AMÁLIA MARIA DOS SANTOS	Rua Casimiro de Abreu, 130 Vila Maria Augusta
2	EE AMERICA, JD.	Estr. do Perobal, 3500 Jd. América
3	EE ARIZONA, JD.	Rua Sebastião J. Almeida, 234
4	EE CARMEN NETO SANTOS, PROFA	Estr. do Perobal, 1010 Bairro Rio Abaixo
5	EE CAROLINA, JD.	Rua Padre Bento, 300 - Jd Cayubi
6	EE CICERO A. DE SA RAMALHO, PROF	Rua Ferraz Vasconcelos, 1000 Jd do Casmo
7	EE CONJUNTO RESIDENCIAL VILLAGE	Estr dos Indios, 2300 Conj Res Village
8	EE DOMINGOS MILANO	Rua Manaca, 114 Jd Odete
9	EE DULCE MARIA SAMPAIO, PROFA	Av. Gonçalves Dias, 961 Parque Marengo
10	EE DURVAL EVARISTO DOS SANTOS, VER.	Rua Tapuia, 114 Vila São Carlos

11	EE EDINA ALVERES BARBOSA, PROFA	Rua São Roque, 381 V. Japão
12	EE ERCILIA ALGARVE, VL.	Rua Rio Grande do Sul, 465
13	EE ERVIN HORVATH, DR	Rua Americana, 157 Cid. Nova Louzada
14	EE ESTÂNCIA PARAISO	Estr. Pinheirinho, 3268 Agua das Pedras
15	EE EUGENIO VICTÓRIO DELIBERATO	Rua Vera Cruz, 201 Jd Gonçalves
16	EE FILOMENA HENARES MILANO	Rua José Carols Ferreira, 178 Jd São Paulo
17	EE HOMERO FERNANDO. MILANO	Av. João Barbosa de Moraes, 157 Centro
18	EE ITAQUÁ, JD.	Rua dos Motoristas, 274 Jd Itaquá
19	EE JOAQUIM GONÇALVES F. DA SILVA	Rua Projetada, 100 Jd Nice
20	EE JOAQUIM PERPETUO	Rua dos Motoristas, 270 Jd Itaquá
21	EE JOSE BARBOSA. ARAUJO, VER	Rua Lutecia, 87 Jd Fiorelo
22	EE JOSE GAMA MIRANDA	Rua Salto Grande, 250 Jd Caiuby
23	EE JOSE OLYMPIO PEREIRA FILHO	Av IV Centenerio, 1711 Morro Branco
24	EE KAKUMOSUKE HASEGAWA	Rua Serra Formosa, 200 Jd Americano
25	EE MARAGOGIPE, JD.	Rua Ronda Alta, 34 – Pq Viviane
26	EE MARCELO TADEU O.C.C. M., PR.	Rua Juruiaia, 40 Parque Macedo
27	EE MARIO MARTINS PEREIRA	Rua Mombuca, 177 Recanto Mônica
28	EE MAURICIO ALVES BRAZ, PROF.	Rua Pixinguinha, 426 Jd Maragogipe
29	EE NEMESIO CÂNDIDO GOMES	Rua Ourinhos, 475 Monte Belo
30	EE ODETE III, JD.	Rua Galvão, 206 - Jd. Odete
31	EE ODILA LEITE. SANTOS, PROFA.	Rua Jundiáí, 84 Monte Belo
32	EE PEQUENO CORAÇÃO II	Rua Fernão de Magalhães, 83 P Coração
33	EE PIRATININGA 1, PQ.	Rua Jorge Amado, 56 - Pq Piratininga
34	EE PIRATININGA 2 , PQ.	Rua Trinta e Um, 110 - Pq Piratininga
35	EE PIRATININGA 3, PQ.	Rua Trinta e Um, 98 - Pq Piratininga
36	EE RECANTO MÔNICA II	Estr. do Merenda, 2000 Pq Recanto Mônica
37	EE ROQUE BARBOSA DE MIRANDA	Estr. do Ribeiro, 250 Jd Josely
38	EE ROSARIA ISOLINA MORES, DNA.	Rua Rio Pinheiros, 25 Nova Itaquá
39	EE VALTER DA SILVA COSTA, VER.	Rua Maringa, 280 Rancho Grande
40	EE VERA LÚCIA LEITE DA COSTA, PROFA.	Rua Foz do Iguaçu, 559-Jd. São Paulo
41	EE VIVIANE, PQ.	Rua Ronda Alta, 34 - Pq. Viviane
42	EE ZILDA BRACONI AMADOR, PROFA	Rua Batataís, 38-Vila Bartira
43	EE AMÁLIA MARIA DOS SANTOS	Rua Casemiro de Abreu, 130 Vila Maria Augusta

Fonte: Diretoria Regional de Ensino de Itaquaquecetuba

2.5 - Secretaria Municipal de Promoção Social

Representantes dessa Secretaria apresentaram informações sobre o trabalho que vem sendo realizado no município, com o objetivo de resgatar a rede de serviços que cabe à Assistência Social. Buscou-se assim compreender o caminho trilhado para atender os direitos e necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade social - através da implantação de políticas públicas, serviços e benefícios conjuntos oferecidos pelas três instâncias de gestão governamental: Federal, Estadual e Municipal. Abaixo, segue a relação de equipamentos públicos ofertada no município:

Nome	Localização	Unidade	Atendimentos
CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).	Jd. Caiuby, Jd. Gonçalves, Pq. Recanto Mônica, Jd. Ipê e Jd. Odete	5	5.000 famílias
Casa do Adolescente	Centro	1	800/ mês
Fundação Casa	Jd. América e Jd Adriane	2	56 e 40 internos
Conselho Tutelar	Centro	1	1754 / ano

Uma das principais iniciativas é o convênio realizado com a Associação Dona Durvalina Teixeira Rosa, que desde 2005 é a única ONG parceira da Secretaria Municipal de Promoção Social e da Secretaria de Educação, como executora e mantenedora de programas e projetos sociais no município através de incentivos dos governos federal, estadual e municipal. A quase totalidade de programas e projetos citados abaixo são de responsabilidade da Associação.

Políticas Públicas Municipais: Equipamentos e Programas

Criança e Adolescente	Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) Programas: Sentinela e PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil Liberdade Assistida (L.A), Prestadores de Serviços Comunitários (PSC) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) Programa Agente Jovem
Defesa dos direitos	Conselho Tutelar Projeto Crescendo Cidadão
Preventivo:	Casa do Adolescente Programa Ação Jovem Casas de Brinquedo
Qualificação Profissional	Casa Aberta para Infância e Juventude Liceu de Artes e Ofícios Projovem Inclusão Produtiva
Inclusão Digital	Sabido Programa ACESSA São Paulo
Família	ACAF, AEKI e Associação Bezerra de Menezes Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Programa Renda Cidadã Programa de Assistência Integral a Família – PAIF Programa BB Educar/ Brasil Alfabetizado Projeto Confeccionando o Amanhã Feira de Artesanato Solidário – FAS Programa Bolsa Família
Atendimento à Mulher	Projeto de Atenção Integral à Saúde – PAIS Creches Comunitárias Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM
Combate à Fome/ Insegurança Alimentar Idoso	Cozinha de Urgência Comunitária – CUCS Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA Conselho Municipal do Idoso - CMI Incentivo financeiro para a proteção social especial Projeto Ser Feliz no Parque Projeto Ser Feliz na Comunidade.
Portador de Deficiência	Benefício de Prestação Continuada – BPC Incentivo financeiro para a proteção social especial Serviço de Atendimento ao Portador – SAP Conselho Municipal do Portador de Deficiência - CMPD Centro de Inclusão Social – CIS

Destaque: Programa de Atendimento Integral à Família - PAIF

O Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF) é o principal programa de Proteção Social Básica do Sistema único de Assistência Social (SUAS). Desenvolve ações e serviços básicos continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social. Seus serviços são oferecidos com exclusividade nas unidades do CRAS (Centro de Referência e Assistência Social).

No município, os Centros merecem destaque e o primeiro CRAS foi inaugurado em 2006. Hoje a cidade conta com 5 CRAS: unidades do Jardim Odete, Jardim Caiuby, Jardim Gonçalves, Parque Recanto Mônica e jardim Ipê. O Objetivo principal dos Centros é o atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, servindo como espaços de integração para o trabalho, geração de renda e inclusão social.

A equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, se articula com a rede de proteção social local na tentativa de garantir direitos básicos de cidadania e considerar as dinâmicas internas de cada bairro, face à natureza de sua concentração populacional e suas diferenças sócio-demográficas.

Além dos atendimentos nas sedes dos CRAS o PAIF contempla a proteção pró-ativa, que deve ser feita por meio de visitas às famílias em situação de maior risco ou vulnerabilidade. Para que isso aconteça, as equipes do CRAS se dividem na realização dessas visitas. Na prática é uma dinâmica complicada, pois as equipes dos centros são enxutas. Além disso, é necessário abranger a totalidade regional da unidade, que conta com transporte cedido pela Secretaria – no caso de Itaquaquecetuba, apenas um automóvel para todas as cinco unidades do município.

Para exemplificar o trabalho desenvolvido nos CRAS, na unidade do Jardim Gonçalves acontece a inclusão produtiva de mulheres com grupos organizados de costura, que fornecem serviços para as escolas do entorno. Os grupos vêm crescendo, e isso exigiu a ampliação do espaço do CRAS. Outro exemplo é a iniciativa de inclusão produtiva e envolvimento familiar de homens através da oficina de panificação no CRAS Jardim Odete. Em escuta, apurou-se que em três meses de oficina alguns participantes já estavam produzindo produtos alimentícios para venda, revelando a efetividade da iniciativa.

A análise dos Programas mostra que a intenção de envolver os membros da família de forma integral é atingida, pois as iniciativas são direcionadas para mães, pais e jovens.

Vale destacar a relevância da atuação do CRAS devido à enorme carência social em que se encontra o município. O atendimento de base é realizado nas cinco regiões nas quais se localizam esses equipamentos, possibilitando a proximidade entre população e serviços públicos de forma abrangente, contemplando desde cursos de qualificação profissional até palestras informativas com especialistas de saúde, educação, psicologia, entre outros.

Ressalta-se, porém, o espaço reduzido onde são realizadas as atividades dos CRAS, tendo em vista as poucas opções ofertadas à população no que diz respeito à assistência à família. O fato de cada unidade atender em média 20 bairros de sua redondeza, correspondendo a cerca de 1000 atendimentos por mês, torna necessária a ampliação dessa iniciativa do serviço.

Ainda assim, mesmo com um número alto de atendimentos em relação à infra-estrutura, a falta de divulgação desses serviços nos bairros é aparente e a informação é distribuída somente na Secretaria de Promoção Social e no boca-a-boca.

Além disso, o que se percebe em relação à Secretaria de Promoção Social é que embora existam programas voltados para adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, não há nenhum trabalho voltado ao jovem que não esteja em situação de risco, ou seja, o jovem ativo e pronto para receber os estímulos culturais e sociais. Portanto, é preciso ampliar as iniciativas ao adolescente e jovem em situação de risco e criar programas para aqueles que não estão nessa situação, mas que precisam de estímulo para seu desenvolvimento individual, social e produtivo.

2.6 - Secretarias Municipais de Esportes e de Cultura

O município carece de incentivos nas áreas de esporte e cultura que estão pouco presentes no cotidiano da população. Conforme já foi citado em outras análises, o jovem do município não possui alternativas de desenvolvimento sócio-cultural e as Secretarias de Esportes e Cultura têm muito potencial para contribuir nesse aspecto.

Estas Secretarias estão iniciando o trabalho de reestruturação mas é possível notar que atualmente o município está carente de ações e espaços. Devido à atuação embrionária das Secretarias não justificou-se uma análise mais detalhada.

A localização dos equipamentos públicos influencia diretamente seu uso pela população, e em sua maioria, os aparatos de cultura e esporte estão localizados na região central de Itaquaquecetuba, o que dificulta e diminui o interesse e a possibilidade de utilização dos serviços oferecidos. Somente o Centro Cultural (teatro) e o Estádio Municipal estão situados em locais mais periféricos (Vila Gepina e Morro Branco, respectivamente).

Equipamentos Urbanos de Cultura e Lazer, em 2003

	Número
Teatros	1
Bibliotecas Municipais	1
Centros Culturais /Casas de Cultura	1
Museus	1
Número de Ginásios Esportivos	1
Número de Estádios Municipal	1
Número de Centros Esportivos	1

Fonte: F. SEADE, 2007.

Secretaria de Cultura

Implementada na gestão atual, a Secretaria de Cultura estava antes ligada à Secretaria de Educação. Hoje é o órgão responsável por cursos e festividades do município, e sua proposta é oferecer e ampliar a cultura e o patrimônio cultural da cidade.

Segundo o Secretário, este é um momento de consolidação da atuação da Secretaria, que vem buscando possibilidades de expansão por meio da aprovação de leis municipais de incentivo à cultura. A Secretaria também está resgatando costumes antigos que foram esquecidos na região, como o desfile cívico e o carnaval de rua, oferecendo formação musical para a banda da cidade e capacitação para entidades carnavalescas.

As parcerias com outras secretarias ocorrem de forma pontual e até o momento não há recursos humanos suficientes para estabelecer projetos desenvolvidos dentro de espaços já existentes como escolas e sedes de projetos sociais.

Principais Programas:

- Ponto de Cultura na Praça: encontro semanal com apresentações diversas em praça central;
- Casa de Cultura: no espaço onde está sediada a Secretaria de Cultura são oferecidos cursos gratuitos de desenho, pintura, ballet, capoeira, baby class, coral adulto, coral infanto-juvenil, teatro e banda marcial (música e coreografia). Esses cursos atendem em média 1.350 alunos por mês e comprovam o grande interesse da população que não encontra no município outra forma de incentivo ao lazer. As crianças e jovens atendidos pelo programa são em sua maioria dos seguintes bairros: Recanto Mônica, Jd. Adriane, Terra Prometida, Jd. Piratininga, Cachoeira, Paineira, Manoel Feio, Jd. Itaquá e Rancho Grande, entre outros, relativamente próximos ao espaço. Se comparada a frequência de alunos dos bairros periféricos ao público morador do centro e regiões próximas, fica evidente mais uma vez a falta de acessibilidade das regiões mais distantes e mais vulneráveis à iniciativas como essa.

Secretaria de Esportes

A Secretaria de Esportes desenvolve alguns projetos pontuais em parceria com os governos federal e estadual, e segundo o Secretário, esse segmento municipal dispõe de verba reduzida, o que dificulta o aprimoramento de ações na área. Trabalha pontualmente em parceria com outras Secretarias como a de Educação e Promoção Social - que auxiliam na condução e transporte das crianças - e de Saúde, através do acompanhamento de uma Unidade de Tratamento Intensivo nos jogos.

Principais Programas:

- Copa Novos Talentos: 70 times de futebol das escolas da região com jovens e adolescentes de 10 a 21 anos;
- Projeto 2º Tempo: parceria com o governo federal, atende 2000 crianças em 10 núcleos e tem como objetivo integrar e socializar crianças e adolescentes de 7 a 17 anos com atividades lúdicas e esportivas;
- Projeto Bola pra Frente: integração e socialização de 800 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, criado através de uma parceria entre a ONG Escolinha de Basquete Karina e a Prefeitura, que auxilia com o espaço e o uniforme cedido às crianças. Trabalha atividades lúdicas e esportivas como: futebol de salão e de campo, handebol, basquete, volei, dança, xadrez, ginástica e atletismo;

- Atividades Esportivas nos Bairros: uma das iniciativas da Secretaria é proporcionar à população eventos pontuais de lazer e esporte, que atendam a comunidade no seu próprio bairro e possibilitem o desenvolvimento de esportes coletivos. São realizados em média 120 eventos anuais. Além disso, são desenvolvidas e apoiadas ações periódicas como campeonatos, competições e torneios.

3. Atuação da Força Policial e Análise dos Dados Criminais

3.1. Atuação e organização das Polícias Civil e Militar e CONSEG

Polícia Civil

Para a obtenção de informações específicas de cada unidade e região foram realizadas conversas e/ou aplicados questionários para a força policial.

Delegacia de Polícia Central de Itaquaquecetuba

O prédio atual da Delegacia de Polícia Central de Itaquaquecetuba foi inaugurado em 1973, tendo sido reformado e ampliado em 1998. Hoje possui um espaço considerado adequado para o desenvolvimento de suas funções e atendimento à população.

Em entrevista com o Delegado de Polícia Titular foi relatado que esta delegacia conta com 81 funcionários, e foi apontada a carência de efetivo, pois faltam profissionais principalmente nas funções de investigador, escrivão e delegado. Apesar disso, a unidade recebe contribuições do município, o que diminui sensivelmente as necessidades e dificuldades para a realização de suas atividades.

O Delegado acredita que o município tem um papel importante no que diz respeito à segurança pública, e deve contribuir com asfalto, iluminação e a criação de escolas e creches. Além disso, considera que a criação da Guarda Civil Municipal (GCM) contribui no auxílio à segurança de forma geral, ressaltando o eficiente diálogo que possui com a Guarda.

No que se refere ao trabalho realizado pela Polícia Civil e Militar, o Delegado afirma que “a polícia é uma só” e diz existir um trabalho integrado de prevenção e repressão entre as duas forças. Aponta que o Conselho de Segurança (CONSEG) tem grande importância para o município na aproximação entre polícia e comunidade, pois é a população que conhece e vive de perto o problema de segurança e pode contribuir de forma preventiva com informações e denúncias.

Em relação aos trabalhos sociais desenvolvidos pela Polícia Civil, há uma creche com 50 crianças que é mantida pela instituição.

Os dados fornecidos pela polícia são referentes às ocorrências registradas na área de abrangência da Delegacia, que por sua vez não foram subdivididas por localidade ou bairro. Segundo as Tabelas 13 e 14, percebe-se que houve queda na maioria das ocorrências registradas entre 2006 e 2007, com exceção de furto e roubo de veículo, que apresentou ligeiro aumento em alguns meses.

Ainda de acordo com as Tabelas 13 e 14 podemos observar comparando o primeiro trimestre de 2006 com o primeiro trimestre de 2007 que o furto sofreu aumento de cerca de 7%. No segundo trimestre, comparando os dois anos, apresentou queda de 6,57%. Assim, de forma geral, comparando 2006 e 2007 o número de furtos atendidos pela Delegacia Central manteve-se estável no primeiro semestre. Com relação ao furto de veículos houve queda de 20% no total de ocorrências atendidas no primeiro semestre. O roubo apresentou relativa constância na queda, chegando a cerca de 32% ao longo do primeiro semestre. Já o roubo de veículo apresentou aumento de cerca de 40% no mesmo período (1º semestre, 2006 e 2007). Os homicídios apresentaram queda de 33% entre 2006 e 2007, também comparando o primeiro semestre de cada ano.

Os homicídios no município ocorrem principalmente no período noturno e em bairros afastados da região central. Quanto aos demais crimes, a maioria dos casos ocorrem no centro e em bairros próximos a este, segundo relato oficial.

A polícia considera como inseguros locais situados na periferia da cidade, pela distância da região central e conseqüentemente das bases policiais do município. Ainda que as Bases Comunitárias de Segurança da PM estejam alocadas em regiões periféricas, estas unidades não são suficientes.

Tabela 13. Comparativo Mensal de Principais Ocorrências em 2006

Delito	Mês																
	Jan	Fev	Mar	Tot	Abr	Mai	Jun	Tot	Jul	Ago	Set	Tot	Out	Nov	Dez	ToT	TOTAL
Furto	85	107	127	319	120	116	114	350	107	111	134	352	135	117	134	386	1407
Furto de Veículo	23	31	41	95	31	22	26	79	26	23	31	80	22	8	18	48	302
Roubo	69	68	85	222	76	88	78	242	88	84	94	266	83	42	64	189	919
Roubo de Veículo	13	15	24	52	31	22	27	80	25	21	22	68	37	36	21	94	294
Homicídio	10	4	9	23	7	5	4	16	7	8	1	16	8	5	2	15	70

Fonte: Delegacia de Polícia Central de Itaquaquecetuba

Tabela 14. Comparativo Mensal de Principais Ocorrências em 2007

Delito	Mês											Total Parcial
	Jan	Fev	Mar	Tot	Abr	Mai	Jun	Tot	Jul	Ago	Total Parcial	
Furto	134	96	112	342	89	128	110	327	105	135	669	
Furto de Veículo	24	22	26	72	29	26	11	66	23	14	138	
Roubo	50	60	39	149	46	54	65	165	74	70	314	
Roubo de Veículo	34	41	35	110	27	23	25	75	19	29	185	
Homicídio	2	7	3	12	3	7	4	14	5	3	26	

Fonte: Delegacia de Polícia Central de Itaquaquecetuba

1º Distrito Policial de Itaquaquecetuba

O 1ª Distrito Policial de Itaquaquecetuba (DP) foi inaugurado em 2001 para somar forças com a ação da Polícia Civil do Distrito Central. Possui um efetivo enxuto, principalmente no escrivinato e os funcionários se dividem em várias funções, o que sobrecarrega as atividades e dificulta o desenvolvimento do trabalho.

De acordo com os dados oficiais, assim como vem acontecendo no município, de modo geral os números relacionados aos homicídios registram queda na região coberta pela unidade. Mais uma vez, o trabalho conjunto das Polícias Militar e Civil foi apontado como motivo principal.

A 1ª DP possui horário de funcionamento diferente da DP Central, que funciona em sistema de plantão. A diferença numérica entre as ocorrências registradas por ambas reflete o impacto do horário de funcionamento.

Tabela 15. Comparativo Mensal de Principais Ocorrências em 2007.

Ocorrências criminais	2006				Total	2007		Total
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.		1º Trim.	2º Trim.	
Homicídios dolosos	98	14	13	44	7	6	13	
Roubo de veículos	15	10	8	9	42	9	23	32
Roubo - outros	34	36	21	27	118	26	49	75
Furto de Veículos	13	2	12	13	40	16	10	26
Furto - outros	68	70	80	50	268	44	58	102
Total	139	126	135	112	512	102	146	248

Fonte: 1º Distrito Policial do Município de Itaquaquecetuba, 2007.

A precariedade das condições de infra-estrutura do município como um todo e, principalmente das regiões periféricas foi um fator apontado como uma dificuldade enfrentada pela força policial. Questões como falta de asfaltamento, iluminação pública, além de áreas verdes descuidadas no perímetro urbano interferem no monitoramento policial em determinados locais.

O grande número de municípios fronteiriços, conforme já foi dito, também é apontado como mais um fator que interfere na gestão da Segurança Pública, acarretando outra gama de problemas, tanto sociais como criminais. Segundo relato da força policial de Itaquaquecetuba, são recorrentes os casos de pessoas que cometem crimes nas cidades vizinhas e refugiam-se lá.

Polícia Militar

O 35º Batalhão da Polícia Militar Metropolitana de Itaquaquecetuba foi criado em 14 de outubro de 2002, e cobriu também durante alguns anos duas outras cidades da região, Arujá e Santa Izabel.

Até 2002 a Polícia Militar estava sob jurisdição do Batalhão sediado em Mogi das Cruzes, que era responsável pelo policiamento realizado no município. Em casos emergenciais a PM contava com viaturas encaminhadas por Poá, referência policial mais próxima. Até o ano de 2002 o efetivo em Itaquaquecetuba era de 100 policiais militares.

A partir de 2005 o Batalhão passou a responder somente pelo município o que já representa um grande desafio tendo em vista o crescimento desordenado da cidade nas últimas décadas e a vulnerabilidade social decorrente do mesmo.

Em 2005 e 2006 foram inauguradas 2 Companhias e 2 Bases Comunitárias de Segurança, além do Corpo de Bombeiros que também auxilia a PM em atendimentos sociais.

Figura 4. Divisão Territorial das Companhias da Polícia Militar do Município de Itaquaquecetuba



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Município de Itaquaquecetuba, 2007.

As Companhias da Polícia Militar

A 1ª e 2ª Companhias do município além de realizarem o trabalho de policiamento militar, contribuem para a segurança escolar da região através de rondas que cobrem as escolas municipais e estaduais de Itaquaquecetuba.

Há 43 escolas estaduais e 53 escolas municipais para um efetivo de três viaturas da 1ª e 2ª Cias, ambas destinadas a esse trabalho. O número reduzido de viaturas é considerado insuficiente para uma atuação de qualidade. Vale lembrar que a Guarda Municipal disponibilizou parte de seu efetivo para essa função, e com isso a frequência policial na região das escolas aumentou, porém, ainda de forma insuficiente.

Iniciativa diferenciada

A 1ª Cia possui efetivo de 139 policiais e atende o município segundo o limite geográfico estabelecido pela Rodovia Ayrton Senna. Possui um trabalho voltado ao apoio à sociedade e hoje atua nos bairros Jardim Odete, Jardim Cláudia e Vila Virgínia em ações desenvolvidas em parceria com os moradores.

Existia uma falta de compreensão e até certo preconceito de alguns policiais da corporação em relação ao trabalho comunitário desenvolvido por membros da Companhia. Por isso foi criado o Programa Minha Família de Bem com a Vida, que trabalha com 64 jovens - parentes e amigos dos policiais - ministrando palestras sobre temas diversos e promovendo atividades que subsidiem os participantes com informações relativas ao trabalho desenvolvido pela Polícia Militar. A iniciativa tem obtido resultados positivos inclusive dentro da corporação, pois os policiais que antes não tinham compreensão do trabalho comunitário hoje percebem o reflexo do trabalho nas suas famílias.

As Bases Comunitárias de Segurança

O município possui duas Bases Comunitárias da Polícia Militar, ambas localizadas no mesmo lado da Rodovia Ayrton Senna, nos bairros Parque Piratininga e Jardim Caiuby.

O papel primordial das Bases é realizar o policiamento de forma preventiva, aproximando-se da comunidade e auxiliando os moradores.

Base Comunitária de Segurança do Parque Piratininga

Sediada há dois anos nesse local, a Base possui 14 policiais em ação. Faz divisa com Guarulhos e Arujá, e atende uma população local de 22 mil pessoas. A maioria dos atendimentos da Base diz respeito a ocorrências de desinteligência², perda de documentos e problemas ligados ao inquilinato.

Principais projetos:

Projeto de Policiamento Comunitário – Contempla projetos sociais realizados pelas Bases Comunitárias de Segurança com o objetivo de aproximar a população da força policial militar. Alguns desses projetos são:

- Cadastro da população do bairro, realizado pelos próprios policiais, que visam a aproximação da população com o efetivo. Os policiais relatam a mudança positiva na visão da comunidade em relação à polícia desde o início do Projeto;

2 Termo utilizado pela força policial para designar situações de desentendimento, falta de acordo, de compreensão.

- Quartel Amigo Legal: teve início em abril de 2006 e proporcionou cursos gratuitos de noções em microinformática para três turmas de 12 a 40 anos, além de palestras informativas para a população. Teve duração de dois meses e foi ministrado por voluntários na Base Comunitária de Segurança do Parque Piratininga;
- Renda Cidadã: em parceria com a Secretaria de Promoção Social, o espaço da Base é utilizado para as atividades do programa social, cujo objetivo é atender famílias em situação de pobreza, identificadas pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, concedendo recurso financeiro temporário, integrado com ações socio-educativas e de geração de renda.

Base Comunitária de Segurança Jardim Caiuby

Atualmente o efetivo desta Base está defasado, deixando as atividades relacionadas aos projetos comunitários para segundo plano. Assim que seu efetivo for restabelecido os policiais pretendem atuar com ênfase nas atividades comunitárias.

Ocorrências atendidas pela Polícia Militar

Segundo informações obtidas com a PM do município, do total de ocorrências registradas no primeiro semestre de 2007 (2.229), 55% (1.226) estavam ligadas a atendimentos sociais, como mal súbitos, desinteligência, parturientes entre outros.

Uma explicação dada por representantes da PM é a característica socioeconômica do município associada à inexistência do poder público como referência para a população, que sem alternativas, recorre à polícia em qualquer situação.

Diferente de Mogi das Cruzes e Suzano, municípios com maior desenvolvimento econômico e poder aquisitivo população, Itaquaquecetuba apresenta um número menor de crimes contra o patrimônio.

Conforme dados fornecidos pelo 35º BPM, comparando as ocorrências criminais atendidas pela PM entre 2006 e 2007 no período de janeiro a setembro, o que se observa são quedas em quase todos os principais delitos. Assim, o homicídio doloso apresentou queda de 38,2%, o furto de 5,84%, roubo de 17,05% e o furto de veículos de 22,19%. Apenas o roubo de veículos apresentou aumento de cerca de 11% durante o mesmo período.

A queda nas ocorrências criminais nos últimos anos em Itaquaquecetuba é decorrência da associação de diversos fatores ligados diretamente à Segurança Pública como a ampliação do efetivo da Polícia Civil, a criação de sedes da Polícia Militar no município, o aparelhamento dos serviços policiais, ou seja, da maior presença da polícia no território municipal. A recente criação da Secretaria Municipal de Segurança e da Guarda Civil Municipal, assim como a implementação de algumas ações voltadas ao desenvolvimento local, também podem ter algum impacto na queda desses índices.

Com um efetivo de 388 policiais e 50 viaturas em serviço, Itaquaquetuba apresenta uma média de 1 policial militar para cada 1.043 habitantes, segundo fontes da PM. A título de comparação, na cidade de São Paulo esta relação é de 1 policial para cada 300 habitantes. Segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), não existe um número ideal de policiais por habitantes que seja aplicável em todas as regiões do Brasil ou do mundo. Cada região - dependendo dos recursos físicos existentes para a polícia, da qualificação dos policiais, características do ambiente urbano ou rural e características da população residente - terá uma necessidade diferenciada no número de policiais por habitante.

A SENASP sugere inclusive que uma polícia com menor efetivo, porém mais qualificada e mais preparada em termos de recursos físicos pode ser mais bem avaliada que uma polícia com efetivo grande, desqualificado e sem recursos físicos apropriados para suas ações. De toda forma, fica clara a importância de se investir em número e qualificação do efetivo em Itaquaquetuba.

Durante muitos anos a cidade conviveu com escasso número de policiais que realizavam um trabalho pouco eficiente e distante da população, o que fez com que o município ficasse marcado pela impunidade e insegurança. Segundo pesquisa publicada por Tulio Kahn, em 1990 o município de Itaquaquetuba teve a menor porcentagem de gastos dos municípios de São Paulo em Segurança Pública, chegando a 0,0001% na proporção das despesas totais, o equivalente a R\$31,00 (KAHN, 2005).

No entanto, a instalação do 35º Batalhão da PM começou a mudar esse quadro. Para que esse estigma acabe por completo é necessário um trabalho integrado entre as polícias, com respaldo das Secretarias de Segurança Estadual e Municipal. Além disso, é preciso que se firmem parcerias com a comunidade e outros órgãos do poder público municipal, buscando incorporar uma concepção de segurança que combine repressão qualificada com prevenção.

A fala da força policial mostra a integração entre seus trabalhos e agora é necessário que a polícia seja vista como uma aliada da população na busca por alternativas que respeitem as leis e os direitos humanos, e não somente como um poder repressor no combate ao crime, que age de forma truculenta e reativa. A prevenção tem papel relevante nos problemas prioritários, com o planejamento e execução das ações de forma direcionada, sendo importante também o monitoramento e avaliação.

É fundamental que a polícia se aproxime da população nesse processo. Sem este envolvimento torna-se difícil ter acesso a dados e informações fundamentais, comprometendo o trabalho policial, que não consegue definir objetivos e estratégias que estejam de acordo com os problemas existentes e com as expectativas da comunidade.

Algumas das formas de aproximação entre a polícia e a comunidade são: a criação de projetos sociais desenvolvidos nas Bases Comunitárias de Segurança e programas que trazem o policial para dentro do ambiente escolar, conseqüentemente o aproximando do universo juvenil, lembrando que este público, de maneira geral, tem uma relação conflituosa com a polícia.

Também é possível criar conselhos, fóruns e audiências públicas para identificar prioridades, motivar, organizar e mobilizar as comunidades a atuar em prol da segurança do bairro, região ou município.

CONSEG

Os CONSEGs são canais privilegiados pelos quais a Secretaria da Segurança Pública, a Prefeitura e outros órgãos podem ouvir as reivindicações da comunidade. Entre os objetivos estão discutir, analisar, planejar e acompanhar as soluções para os problemas referentes à segurança em suas respectivas circunscrições, desenvolver campanhas educativas e de prevenção à violência, além de aproximar e estimular a cooperação entre as lideranças locais e o poder público, especialmente as forças policiais.

A diretoria de um CONSEG é composta por membros natos e membros eleitos, sendo os membros natos o delegado da DP que abrange a área do CONSEG e o comandante da Companhia da PM da mesma área. Os membros eleitos são no mínimo seis, constituídos em chapa, na qual deve haver representantes do Poder Público e de entidades associativas (clubes, órgãos de imprensa, instituições religiosas, associações da indústria, comércio ou serviços) que atuem ou residam na área do respectivo CONSEG.

Como não contam com financiamento regular, os CONSEGs utilizam recursos obtidos junto à população das suas respectivas áreas, por isso, seu funcionamento depende tanto do envolvimento da população quanto do trabalho do presidente e da diretoria. Assim, o prestígio e o carisma do presidente, além do empenho dos outros membros, certamente aumenta as chances de um CONSEG obter soluções para os problemas da sua área, potencializando sua capacidade de realização.

Um CONSEG pode captar recursos para fornecer materiais ou equipamentos para as Polícias Cíveis e Militares, para recuperação ou manutenção de viaturas, para a reforma ou até mesmo construção de imóvel destinado ao uso policial. Outros tipos de demanda, relacionadas com questões de infra-estrutura urbana, como iluminação, limpeza, corte de mato, capeamento e recapeamento de ruas, entre outras de responsabilidade direta da Prefeitura, podem ser discutidas no CONSEG e resolvidas por esse canal. Tais questões são de fundamental importância para a prevenção da violência e estão ligadas diretamente à atuação da Prefeitura nessa área.

Itaquaquecetuba possui somente um CONSEG que é responsável pelas demandas de todo o município. Está representado pelo delegado titular da DP Central e pelo Capitão da 1ª Companhia da PM. A Guarda Civil Municipal, por ser nova no município, ainda não participa, porém será convidada a ter um de seus representantes nas reuniões. A presidente, no cargo desde 2004, está sem equipe de membros eleitos, pois todos se afastaram por motivos pessoais.

De forma geral, a população participa pouco do CONSEG, e os presentes somam em média 10 a 15 participantes da comunidade, sendo na sua maioria, advindos de uma mesma região (Recanto Mônica e Jd. Ode-te). Isso limita os tipos de informações que chegam ao poder público. As Secretarias Municipais não participam das reuniões, que também não contam com nenhum tipo de apoio e cobertura da mídia local.

Segundo a presidente, as reuniões já chegaram a ter mais de 40 pessoas, porém um dos motivos alegados para a diminuição da procura seria o medo da população em participar desse tipo de encontro, pois o espaço é visto como um lugar de delatores das infrações cometidas à polícia.

As solicitações da população na sua maioria envolvem pedidos de ronda em determinados locais, questões de iluminação, e, no geral, ainda segundo relato da presidente, solicitações relacionadas às questões cotidianas.

Um dos projetos divulgados no CONSEG é a campanha de prevenção ao abuso e à exploração sexual, feita pelo Conselho Tutelar. Essa questão está sendo bastante abordada pelas autoridades e pela própria população, que demonstra-se alarmada com a frequência de tais ocorrências e por isso vem chamando a atenção do poder público. A presidente do CONSEG é também conselheira do Conselho Tutelar, e isso tem aproximado os dois trabalhos.

A questão da drogadição e o uso abusivo do álcool foram apontados pela presidente como um desafio a ser minimizado no município, uma vez que se percebe um grande número de conflitos gerados em decorrência do uso de tais substâncias em excesso. Além disso, geralmente grupos de adolescentes e jovens são os mais afetados pelo problema, o que os torna alvo freqüente de denúncias no Conselho Tutelar. Observa-se que no município não existe clínica ou serviços públicos para atendimento de usuários de drogas.

Apesar das dificuldades, os encontros do CONSEG contam com membros participativos envolvidos e persistentes. É necessário porém que sejam mobilizadas outras ações para dar força ao Conselho, pois da maneira que vem caminhando, pouco tem contribuído de forma efetiva para a segurança do município.

3.2. Dados Criminais em Itaquaquetuba

Os dados divulgados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública mostram que nos últimos anos as taxas de alguns crimes diminuíram, especialmente no Estado de São Paulo. Em Itaquaquetuba, o homicídio doloso - um dos crimes mais graves contra a vida - apresentava em 1999 taxa de 70,6 por 100 mil habitantes e em 2006 caiu para 31,66 por 100 mil habitantes, o que representa queda de mais de 55% (Tabela 16). A taxa de roubo também apresentou queda de aproximadamente 58,86% no mesmo período.

Em relação aos furtos e roubos de veículos também houve queda de cerca de 44% no período entre 1999 a 2006. Os furtos, no entanto, apresentaram aumento significativo entre os anos de 2002 e 2003: 23,54%.

Neste cenário, o centro é o local onde acontecem a maioria dos furtos e roubos. Nas regiões periféricas, as mais distantes do aparato público, há maior incidência nos casos de homicídios. Nas análises territoriais das ocorrências (ver Mapa 7) pode-se ver o aumento de homicídios dolosos nas áreas periféricas, especialmente a nordeste e sudeste, o que corrobora as informações fornecidas pela polícia local de que os homicídios são distribuídos pelo município, pois apesar de haver certa concentração desse crime no centro, a incidência se dá em todo o território. Porém, no que diz respeito às outras ocorrências, a área central apresenta a maior concentração de crimes contra o patrimônio (ver Mapas 4A, 4B, 5A e 5B).

Tabela 16. Taxa de Delitos por 100 mil Habitantes, Município de Itaquaquetuba, 1999-2006

Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Homicídio Doloso	70,6	75,98	73,29	65,02	53	38,37	33,44	31,66
Furto	455,78	400,54	467,12	549,19	678,46	594,93	504,86	473,53
Roubo	716,06	479,84	411,71	389,47	430,46	331,54	298,05	294,58
Furto e Roubo de Veículo	346,39	375,1	326,14	237,75	266,95	248,96	220,31	191,67

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2007.

Sobre a dinâmica criminal no município, segundo análise da Polícia Militar local, o principal problema encontrado são os crimes contra a vida, logo o principal objetivo da PM é a redução dos índices de homicídios. Para tanto, são utilizadas estratégias de execução de operações conjuntas entre as forças policiais da região, mantendo-as por mais tempo no local onde ocorrem os crimes e realizando investigações em parceria para a elucidação dos mesmos.

Ainda com foco na atual meta do trabalho das Polícias Civil e Militar no município, cabe analisar os crimes contra a vida. O número absoluto de homicídios dolosos observados na Tabela 17, apresentou aumento de 185% no ano de 2005 comparado a 2004, e no entanto, observa-se uma queda na ordem de 69,96% de 2005 para 2006 nas mesmas ocorrências no município. Difere-se deste tipo de ocorrências, a tentativa de homicídio, que apresenta queda constante a partir de 2004.

Tabela 17. Ocorrências de Crimes Contra a Vida em Itaquaquetuba, para 2003-2007*, (em N.A.).

	2003	2004	2005	2006	2007
Homicídios Dolosos	108	160	456	107	82
Tentativa de Homicídios	87	133	104	116	65

Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2003-2007. Trabalhados pela equipe Mapa da Paz, Instituto Sou da Paz, 2007.

* Dados de 2007, referente até 15/12/2007

A pesquisa de campo levantou junto à PM local a informação de que a maioria dos homicídios na região possui ligação com o tráfico de drogas. Estes homicídios apresentam características diferenciadas daqueles provocados por brigas pessoais ou por decorrência do consumo de bebidas alcoólicas, vinculando-se a dívidas ou aos popularmente chamados “acertos de contas”. Isso vai ao encontro da análise territorial (Mapas 8 e 10), onde observa-se três áreas de destaque, a região da estrada de Santa Izabel, centro expandido (sudoeste) e região sudeste (Marengo, Recanto Mônica e Terra Prometida), que possuem relação direta com as ocorrências envolvendo entorpecentes (ver Mapa 14).

Ainda com relação aos casos de morte por agressão, a Fundação SEADE apresenta dados com base nas informações produzidas pela Saúde³ nos municípios vizinhos a Itaquaquetuba e verifica-se, através da Tabela 18, tendência de queda entre os anos 2000 e 2005, o que corrobora para o contexto definido pelos dados da Secretaria da Segurança Pública, que aponta queda de ocorrências.

Conforme a mesma Tabela, Itaquaquetuba apresentou queda nas taxas de mortalidade geral, por agressão e por causas externas. O suicídio foi a única taxa de mortalidade que apresentou alta, passando de 1,47 por 100 mil habitantes para 2,35. Contudo, podemos observar que as taxas de mortalidade por causas externas são comparativamente maiores no município de Itaquaquetuba, com destaque para a taxa de mortalidade por agressões, sendo esta considerada o principal problema de mortalidade no município.

³ Os dados da saúde são baseados nas certidões de óbito e registram as mortes com base na residência da vítima. Os dados de homicídios produzidos pela Secretaria da Segurança Pública vêm dos Boletins de Ocorrência e registram as mortes com base no local da ocorrência do homicídio.

Tabela 18. Taxas de Mortalidades - Municípios de Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Mogi das Cruzes e São Paulo, entre 2000-2005.

Taxa de Mortalidade	Município	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Geral(Por Local de Residência) (Por mil habitantes)	Itaquaquecetuba	4,95	4,45	4,8	4,56	4,29	3,82
	Ferraz de Vasconcelos	5,55	5,3	5,15	5,02	4,83	4,38
	Mogi das Cruzes	6,14	5,92	5,74	5,71	6,1	5,4
	São Paulo	6,53	6,38	6,38	6,31	6,31	5,96
Por Agressões (Por cem mil habitantes)	Itaquaquecetuba	72,89	62,62	74,29	62,96	45,74	34,91
	Ferraz de Vasconcelos	49,35	50,92	52,3	59,81	36,98	32,7
	Mogi das Cruzes	17,59	18,17	24,85	27,85	27,62	21,03
	São Paulo	58,42	57,01	54,2	47,19	36,93	26,14
Por Suicídio (Por cem mil habitantes)	Itaquaquecetuba	1,47	2,81	3,03	0,32	2,15	2,35
	Ferraz de Vasconcelos	1,41	3,39	2,62	1,26	1,82	4,09
	Mogi das Cruzes	5,16	6,55	4,97	4,31	5,36	2,21
	São Paulo	3,72	3,87	3,87	3,73	3,64	3,92
Por Acidentes de Transportes (Por cem mil habitantes)	Itaquaquecetuba	13,25	12,31	13,78	13,49	7,98	13,2
	Ferraz de Vasconcelos	8,46	6,79	8,5	11,33	13,34	7,01
	Mogi das Cruzes	13,65	17,87	13,45	10,91	9,87	10,24
	São Paulo	7,57	14,6	13,85	12,96	12,44	13,37
Por Causas Externas* (Por cem mil habitantes)	Itaquaquecetuba	132,52	123,12	122,03	97,98	84,73	68,06
	Ferraz de Vasconcelos	95,87	91,65	94,14	98,84	78,21	64,22
	Mogi das Cruzes	62,19	70,29	68,42	72,63	76,67	61,99
	São Paulo	97,74	96,47	91,69	82,49	74,07	64,58

Fonte: Fundação SEADE, 2007.

* Causas Externas são consideradas mortes violentas, devidas a homicídios, suicídios, acidentes de trânsito e demais acidentes (quedas, afogamentos, exposição a fogo, envenenamento, etc).

A Tabela 19 apresenta a comparação dos dados de mortes por agressão e por homicídios e latrocínios entre os anos de 1999 e 2004, para o Estado de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo (RM de São Paulo) e para o município de Itaquaquecetuba.

Há sempre uma relativa diferença entre os dados da Saúde e da Secretaria de Segurança Pública (SSP), pois a Saúde faz referência aos óbitos registrados pelo sistema de saúde tendo como base o local de residência da vítima, enquanto a SSP considera os dados das ocorrências policiais por local de registro do fato. De qualquer maneira, ambos revelam a tendência de queda. Comparando as taxas de mortes por agressão e homicídios dolosos e latrocínio no Estado de São Paulo, com as do município de Itaquaquecetuba, verifica-se que as taxas em Itaquaquecetuba são mais altas, mesmo tendo apresentado percentual de queda mais significativo que no Estado entre 1999 e 2004. A variação nesse período apresentou queda de 45,3% e 44,7% em Itaquaquecetuba, que apesar de continuar mais alta mostra-se similar a queda da RMSP (43,2% e 42,0% respectivamente).

Tabela 19. Dados Comparativos no Estado de São Paulo e Itaquaquecetuba - Taxas por 100 mil Habitantes, em 1999 e 2004.

	1999	2004	Varição (%)
Estado de São Paulo			
Mortes por Agressão (1)	43,25	28,41	-34,30
Homicídios Dolosos e Latrocínios (2)	37,41	23,97	-35,90
RM de São Paulo			
Mortes por Agressão (1)	65,22	37,04	-43,20
Homicídios Dolosos e Latrocínios (2)	54,79	31,75	-42,00
Itaquaquecetuba			
Mortes por Agressão (1)	83,59	45,74	-45,30
Homicídios Dolosos e Latrocínios (2)	71,59	39,60	-44,70

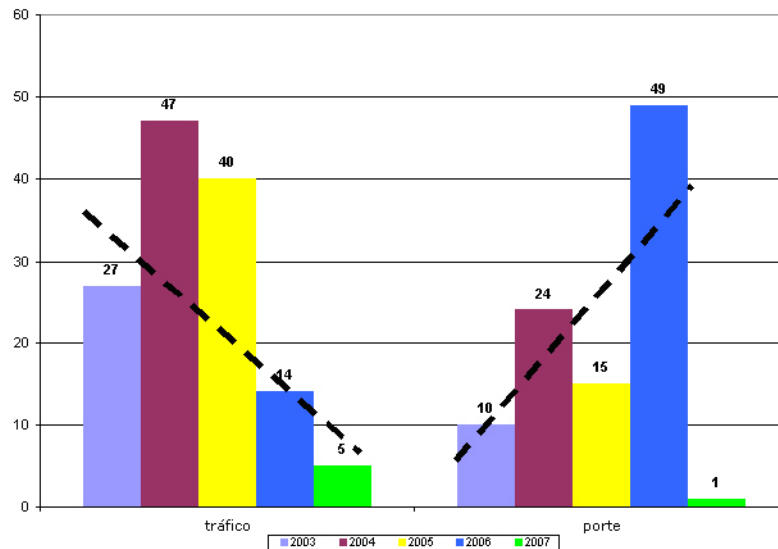
Fonte: fundação SEADE, Secretaria de Segurança Pública (SSP)

(1) Dados do Sistema de Estatística Vitais por local de residência da Vítima (SEADE)

(2) Dados de ocorrências policiais por local de registro do fato (SSP)

O Gráfico 2 apresenta informações relativas ao tráfico e porte de entorpecentes também referentes ao município de Itaquaquecetuba no período de 2003 a 2007. Observa-se um aumento significativo no número de casos de tráfico, o que mostra-se relevante, pois a pesquisa de campo realizada para o diagnóstico constatou no contato com o público jovem a presença constante deste tema como fator de medo e preocupação dentro do ambiente escolar. Importante também observar a queda, em relação ao número de ocorrências de porte de entorpecentes.

Gráfico 2. Ocorrências Envolvendo Entorpecentes (Tráfico e Porte**) em Itaquaquecetuba, no período 2003-2007*, (em N.A.).



Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo, 2003-2007. Trabalhados pela equipe Mapa da Paz, Instituto Sou da Paz, 2007.

* Dados incompletos para este período, referente até 15/12/2007.

** Optou-se por não incluir registros da Lei 11343/06, por não haver dados antes de 2006, ano em que foi criada.

Conforme a percepção da população e do corpo policial, o município sofre com casos de agressão física, tipificada como lesão corporal, que é o crime contra a pessoa e consiste em ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem. Nota-se no Gráfico 3 altos números de ocorrências de lesões corporais dolosas no município de Itaquaquecetuba, casos estes, que apresentaram um aumento significativo no período de 2003 à 2007, na ordem de 84%. Isto pode ser consequência não somente do aumento de ocorrências, mas também de seus registros, uma vez que o 35º Batalhão da PM foi instalado no município em 2002.

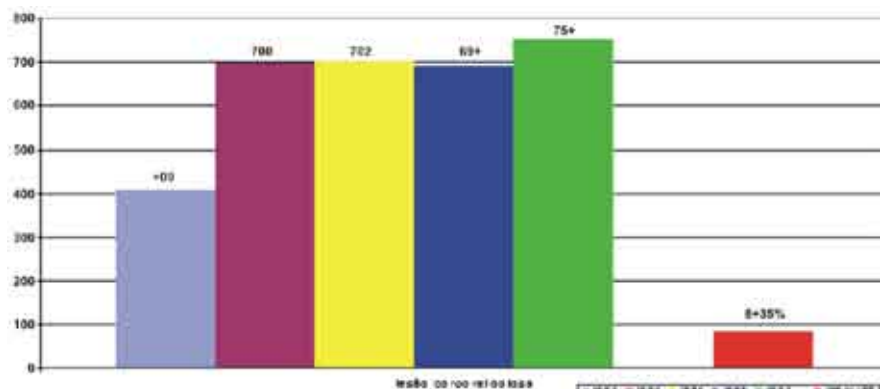


Gráfico 3. Ocorrências de Crimes Contra a Pessoa (Lesão Corporal Dolosa) em Itaquaquetuba, no período de 2003-2007*, (em N.A.)

Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2003-2007. Trabalhados pela equipe Mapa da Paz, Instituto Sou da Paz, 2007.
* Dados incompletos para este período, referente até 15/12/2007.

O crime contra o patrimônio (Tabela 20) tem como principais categorias: furto, roubo (incluindo furto e roubo de veículos), latrocínio, receptação, dano, extorsão e estelionato. Segundo dados da CAP⁴, desde o ano de 2003 o número dessas ocorrências no município de Itaquaquetuba sofreu alta, o que pode significar tanto um aumento real dos crimes, quanto o fato da presença policial contribuir para o aumento dos registros de crimes.

Os dados de furto e roubo de veículos merecem ser analisados, pois este tipo de ocorrência apresenta baixo índice de sub-notificação, já que praticamente todos os furtos e roubos de veículos são registrados para que seja possível acionar o seguro (o Boletim de Ocorrência é documento exigido pelas seguradoras). De acordo com os dados, tanto o furto como o roubo de veículos apresentaram oscilações no período analisado. No período 2003-2004, houve aumento de cerca de 100% e 52%, respectivamente, e após algumas quedas e aumentos, nos anos de 2006 e 2007 nota-se novo acréscimo de cerca de 20% nos furtos e queda de 5,42% nos roubos de veículos.

Ainda assim, cabe indicar o destaque do município em relação ao total de furtos e roubos de veículos, pois segundo dados da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, durante o período de 2003-2006 o registro apresentou aumento da ordem de 1,6% em Ferraz de Vasconcelos e queda de 11% em Mogi das Cruzes. É importante destacar que comparativamente a outros municípios do entorno, Itaquaquetuba não se destaca em números absolutos dentro neste tipo de ocorrência.

Tabela 20 - Ocorrências de Crimes Contra o Patrimônio em Itaquaquetuba, de 2003-2007, (em N.A.).

TIPO/ANO	2003	2004	2005	2006	2007*
Furto veículos	232	352	328	398	322
Roubo veículos	274	540	631	424	447

Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2003-2007. Trabalhados pela equipe Mapa da Paz, Instituto Sou da Paz, 2007.

* Dados incompletos para este período, referente até 15/12/2007.

Com relação às ocorrências de estupro, cabe destacar que muitos casos, conforme percepção da população, não chegam a ser reportados aos órgãos de Segurança Pública. Neste sentido, os dados da Tabela 21 revelam-se significativos. Entre 2003 e 2004 houve um aumento nos casos registrados, na ordem de 61,91% mantendo-se o índice estável entre 2004 e 2005, seguido de novo aumento entre 2005 e 2006, na ordem de 8,82%. Assim, este tipo de crime merece maior atenção e, portanto, pode ser incluído como mais um foco para a atuação policial. Isto especialmente quando se considera a relação deste crime e seu infrator com a violência contra a mulher, que também é relevante no município como um todo.

4 Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (CAP – SSP).

Tabela 21. Ocorrências de Estupros e Porte de Armas em Itaquaquetuba, para 2003-2007, (em N.A.).

TIPO/ANO	2003	2004	2005	2006	2007
Estupro	21	34	34	42	43
Porte de Armas	69	121	131	109**	95*

Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2003-2007. Trabalhados pela equipe Mapa da Paz, Instituto Sou da Paz, 2007.

* Dados incompletos para este período, referente até 15/12/2007.

** Dados referente ao enquadramento no Estatuto do Desarmamento

No que se refere ao porte de armas, ainda na Tabela 21, é possível observar o impacto do Estatuto do Desarmamento. O Estatuto foi aprovado em dezembro de 2003, seguido por intensa campanha de recolhimento de armas. Se observa aumento de 75,36% nas ocorrências de porte entre 2003 e 2004, seguido de outra elevação de 8,26% nos período 2004-2005, e finalmente entre 2005 e 2006 houve queda de 16,79%.

Desta maneira, conclui-se que o maior desafio do trabalho policial e de prevenção no município é a redução dos crimes contra a vida e a pessoa, ou seja, homicídio e lesão corporal dolosa. Além destas ocorrências, cabe destacar, estupro, tráfico de entorpecentes e porte de armas como outros importantes crimes a ser controlados e prevenidos.

3.3. O mapa da criminalidade e da violência em Itaquaquetuba: distribuição espacial

Uma das principais ferramentas utilizadas para o planejamento de ações na área de segurança pública é o mapeamento das estatísticas criminais. O estudo da geografia das ocorrências deve ser o principal instrumento das estratégias de controle da criminalidade, pois através do conhecimento de onde ocorrem, quais são, e em que período do dia acontecem os crimes, é possível planejar ações mais focadas e conseqüentemente mais efetivas.

A informação mais básica desse método mostra o tipo e o local da ocorrência. O mapeamento é feito com a ajuda do sistema de informação geográfica (GIS) que opera através de um registro e da sobreposição de diferentes distribuições espaciais de dados, localizando pontos que se inter-relacionem.

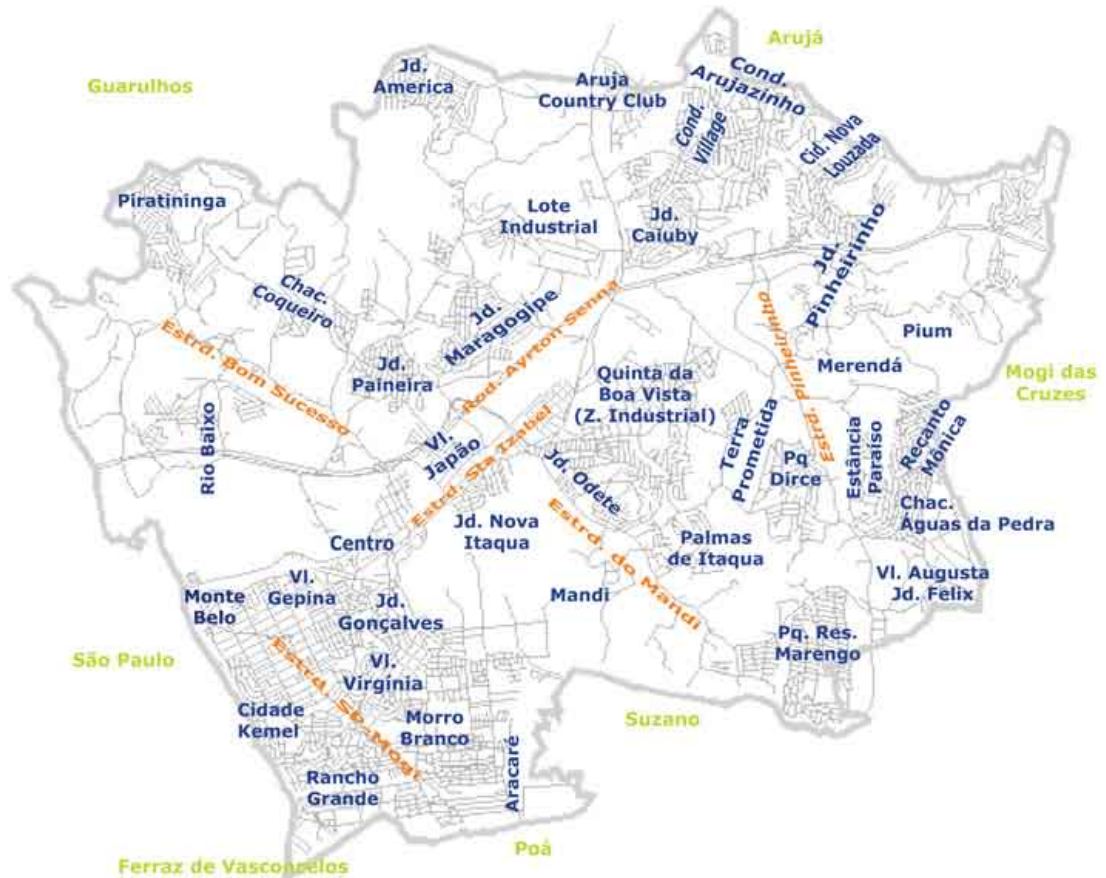
Na análise que se propõe aqui, além do mapeamento das estatísticas criminais, foi utilizado também um recurso denominado Hot Spots ou Zonas quentes, que é o indicativo de alguma forma de aglomeração de ocorrências em determinada região. A maneira mais comum de utilização das zonas quentes é segundo a identificação das localizações com maior número de incidentes ou pontos, num dado período.

Os mapas apresentados a seguir, construídos pelo Projeto Mapa da Paz, procuram mostrar a distribuição espacial de alguns tipos de ocorrências criminais no município de Itaquaquetuba. Porém, vale ressaltar que as indicações territoriais de bairros e pontos de destaque nessa análise são feitas de forma aproximada, sem a busca pela precisão geográfica mas com foco na análise geral de uma área mais abrangente.

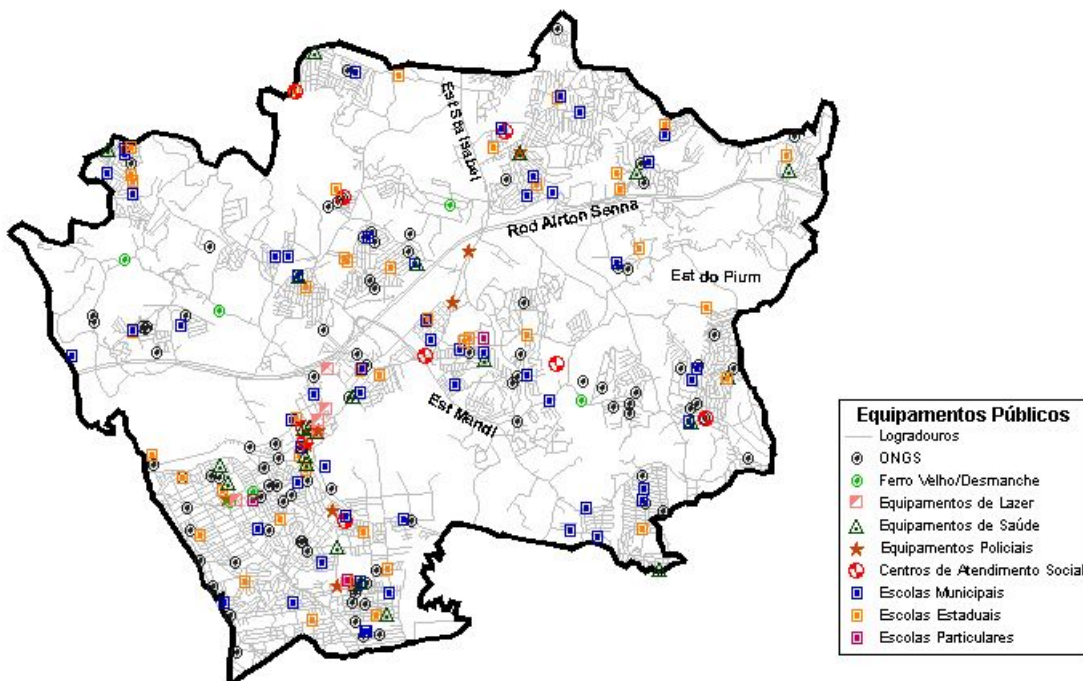
Os primeiros mapas mostram a distribuição dos equipamentos públicos, da renda média dos chefes de domicílio e os anos de estudo dos mesmos.

Os mapas seguintes apresentam ocorrências criminais e foram divididos em três tipos de crimes, segundo suas categorias, a saber: crimes contra o patrimônio, contra a vida e contra a pessoa e finalmente outros tipos de crime.

Mapa de Principais Bairros de Itaquaquecetuba



Mapa 1. Base de Equipamentos Públicos do município de Itaquaquecetuba, 2007



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, 2007.

A análise geográfica do município revela grandes concentrações de equipamentos nas regiões mais centrais e poucos serviços nas áreas periféricas, assim como foi constatado no diagnóstico.

Algumas características chamam atenção, como a escassa presença de equipamentos na região norte/noroeste do município (Jd. América, Chácara Coqueiro, Rio Baixo) e a concentração de organizações não-governamentais (ONGs) na região sudoeste (Monte Belo, Vila Gepina, Vila Virgínia), na sua maioria atuando através de programas governamentais como o Viva Leite ou em busca de melhorias estruturais, fato observado durante as análises qualitativas das entidades sociais do município.

É possível fazer a correlação entre áreas extremamente vulneráveis e a alta precariedade de serviços públicos, como por exemplo, o Parque Marengo que apresenta somente uma escola estadual, o Parque Dirce que não apresenta nenhum equipamento público e o Parque Piratininga que possui somente um posto de saúde para toda a região noroeste acima da Rodovia Ayrton Senna. Outro ponto que merece atenção são os equipamentos de lazer, disponíveis em quantidades muito pouco expressivas no território e basicamente concentrados na região central.

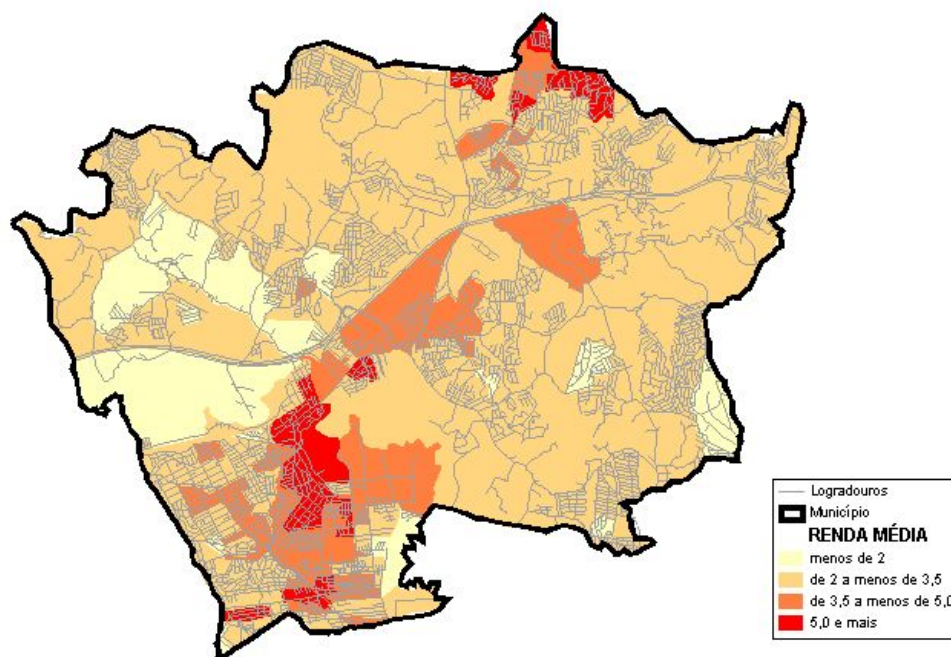
Em relação à análise sócio-econômica verificou-se a renda média dos chefes de domicílio utilizando como base o valor do salário mínimo (R\$ 150,00 = 1 SM) referente à época da pesquisa (censo realizado em 2000). Percebe-se a existência de quatro grandes grupos de renda no município: os que recebem menos de 2 SM, de 2 a 3,5 SM, de 3,5 a 5 SM e mais de 5 SM. Isto permite indicar áreas de maior concentração de renda relativa - que se enquadram na faixa de R\$ 750,00 - valor relativamente baixo, porém no município de Itaquaquecetuba referente ao grupo com a renda mais elevada.

Conforme o Mapa 2, as áreas que apresentam maior renda (acima de 5 SM) estão na porção sudoeste, (Vila Gepina, Centro, Vila Virgínia e Jd. Gonçalves), próxima à divisa com Poá. Na região nordeste, comprova-se o relato dos entrevistados no diagnóstico, que indicaram os Condomínios Arujazinho e Village, na divisa com Arujá, como a área de maior concentração de renda e que incluem nos seus arredores os grupos de 3,5 a menos de 5 salários mínimos. Neste mesmo segmento de renda há uma região central do município, abaixo da Rodovia Ayrton Senna – Jd Caiuby, Quinta da Boa Vista – que também abrange uma considerável fatia desse grupo.

O grupo com renda de 2 SM a menos de 3,5, representa a grande maioria dos chefes de domicílios de Itaquaquecetuba e as regiões abaixo de 2 SM, com as menores rendas, pertencem à porção sudeste – Vila Augusta, Chácara Água das Pedras e Terra Prometida; região oeste e noroeste (Estrada do Bom Sucesso), e parte da sudoeste – na divisa com São Paulo; áreas que também contam com poucos ou nenhum equipamento de lazer e infra-estrutura urbana.

Estas informações são de grande relevância para o planejamento de ações de desenvolvimento local, pois indicam o cenário econômico e social do município e auxiliam na realização de intervenções estratégicas com base no nível de renda e nas condições de infra-estrutura regionais.

Mapa 2. Renda Média do Chefe de Domicílio, Itaquaquecetuba, 2007



FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

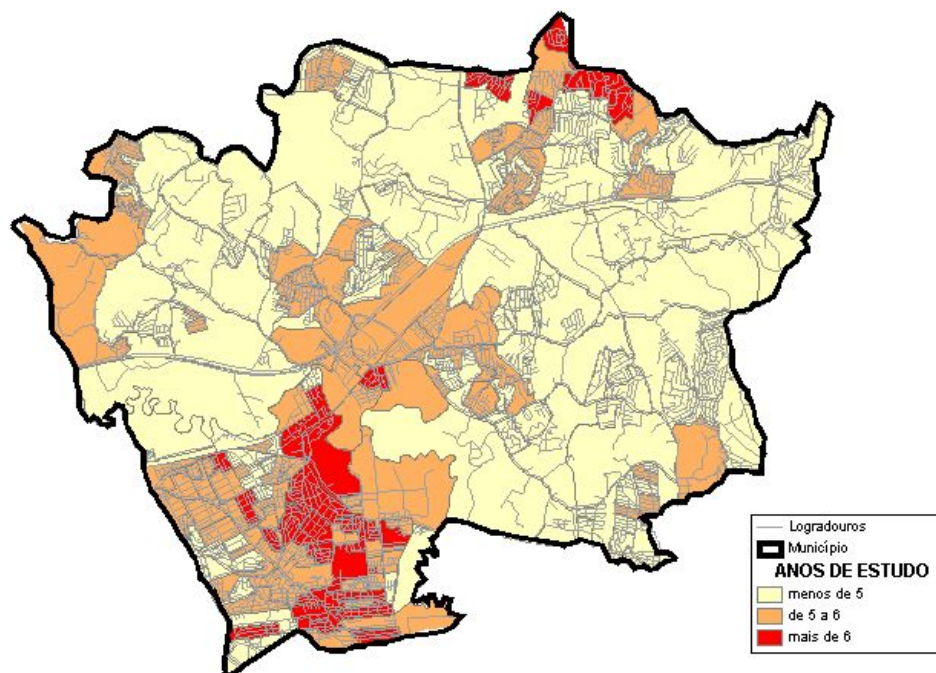
A análise da escolaridade dos chefes de domicílios destaca três grupos conforme os anos de estudo da população. Essa distribuição pelo território mostra-se bastante semelhante ao observado para a renda, o que indica a relação direta entre as duas variáveis.

Para fins dessa análise, os três grupos de escolaridade foram criados com base na média apresentada pelo município - de 6 anos de estudo - o que representa o ensino fundamental incompleto. Os grupos foram divididos pelos chefes de domicílios que apresentam escolaridade abaixo da média (menos de 5 anos de estudo); que se enquadram na média (categoria de 5 a 6 anos de estudo) e os que encontram-se acima da média municipal, com mais de 6 anos de estudo.

Conforme o Mapa 3, observa-se que a grande maioria dos chefes de domicílios possui menos de 5 anos de estudo. As áreas ao redor da região central, sudoeste, noroeste (Parque Piratininga) e uma pequena mancha da sudeste (Parque Marengo), são ocupadas pelo grupo com 5 a 6 anos de estudo, e a menor faixa territorial, pertencente à parcela acima da média escolar, encontra-se na região sudoeste – Vila Gepina, Monte Belo, Vila Virgínia, Morro Branco e arredores, e na porção nordeste – Condomínio Arujazinho, Village e Arujazinho Country Club.

Vale ressaltar uma das características do município que é ser cidade-dormitório e possuir muitos residentes trabalhando fora da cidade. Além disso, o panorama de baixa escolaridade remete à dificuldade dos munícipes de inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, à renda abaixo da necessária para o sustento familiar.

Mapa 3. Média de Anos de Estudo do Chefe de Domicílio, Itaquaquecetuba, 2007



FONTE: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000.

Mapas de Crimes contra o Patrimônio

As ocorrências de roubo ou furto, consideradas crimes contra o patrimônio, contribuem para o aumento da sensação de insegurança, refletindo na forma como as pessoas se relacionam com o espaço público. Nesse contexto, tanto os crimes contra o patrimônio consumados quanto as tentativas têm reflexos no aumento do medo da população. No entanto, é importante ressaltar que em um município marcado pela baixa renda e escolaridade, a sensação de segurança é principalmente definida pelos índices de crimes contra a pessoa e contra a vida.

Para facilitar a análise da distribuição espacial dos furtos e roubos, foram feitos alguns agrupamentos das ocorrências:

- O mapa Furtos e tentativas inclui:

- Furtos outros: furto de carga, de estabelecimento bancário, no interior do veículo, ônibus, a transeunte e de coisa comum no interior de veículos ou estabelecimento ou transporte público.
- Furto a residência
- Tentativa de furto

- O mapa Roubos e tentativas inclui:

- Roubos outros: roubo de carga, de estabelecimento bancário, no interior do veículo, ônibus, a transeunte e de coisa comum no interior de veículos ou estabelecimento ou transporte público.
- Roubo a residência
- Tentativa de roubo

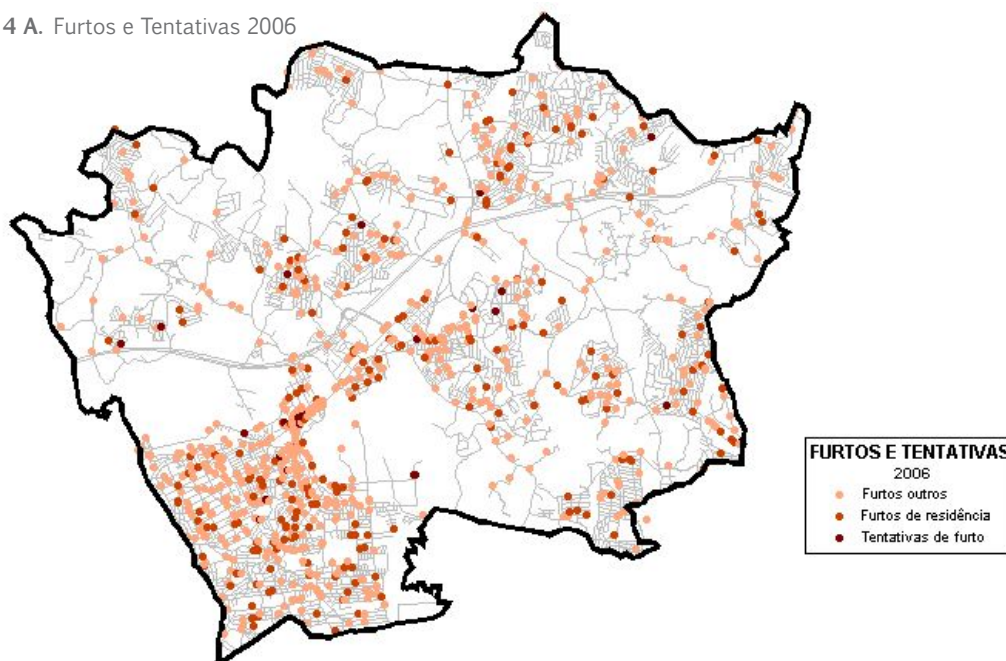
- O mapa de Furto e Roubo de veículos inclui apenas essas duas ocorrências.

As ocorrências de crimes contra o patrimônio estão concentradas especialmente na porção sudoeste (centro e arredores), próximo ao trevo de entrada da Rodovia Ayrton Senna e Estrada de Santa Izabel, onde existe o maior número de equipamentos públicos, circulação de pedestres e comércio local. Nessas regiões

concentram-se diversos equipamentos policiais, como a 1ª Companhia, o Posto Policial Militar, o 35º Batalhão da Polícia Militar e a Delegacia de Polícia Central.

O Mapa 4A destaca o cenário referente às ocorrências de furtos outros e de residência no ano de 2006, que apesar de certa concentração na região central são recorrentes por todo o município, confirmando as diversas indicações feitas por muitos dos policiais entrevistados para este diagnóstico.

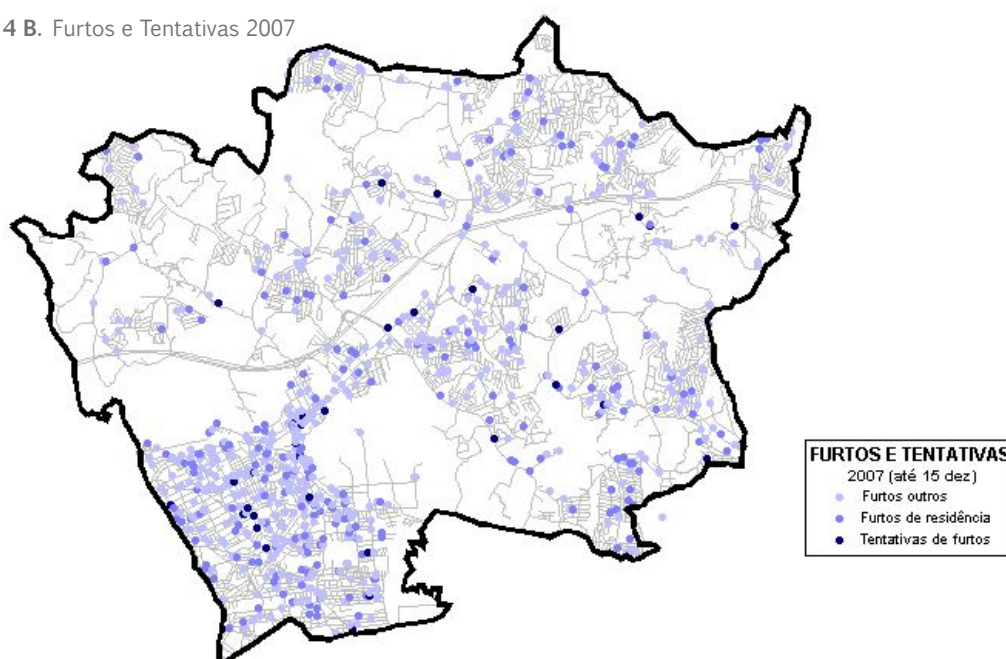
Mapa 4 A. Furtos e Tentativas 2006



Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

No ano de 2007 o número de ocorrências desses crimes manteve-se próximo ao ano anterior, e no que diz respeito à localização dos furtos, percebe-se através do Mapa 4B, que permaneceram com a mesma distribuição, o que pode contribuir futuramente para o planejamento de ações preventivas e repressivas da polícia local.

Mapa 4 B. Furtos e Tentativas 2007

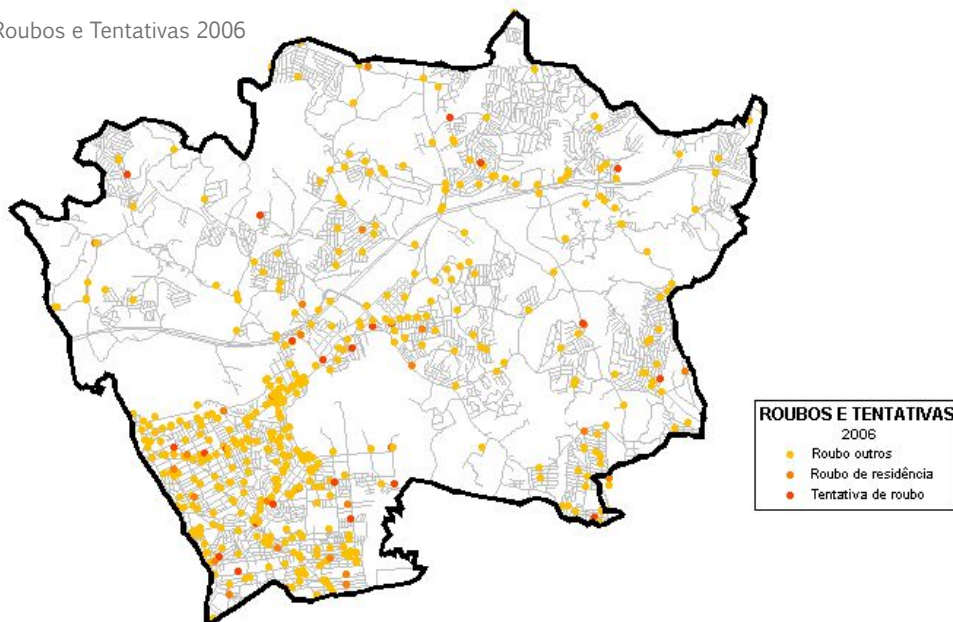


Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

Novamente a análise territorial aponta um desenho predominante no município, com a concentração de ocorrências nas mesmas porções geográficas. O Mapa 5A, de 2006, mostra as ocorrências relacionadas a roubos, que apesar de menos recorrentes que os furtos, requerem atenção especial devido à sensação de insegurança que geram na população.

Os casos de roubos e tentativas estão localizados principalmente na região sudoeste e próximos à Estrada Santa Izabel, se estendendo pela Vila Japão até o Jardim Odete, próximo ao trevo da cidade.

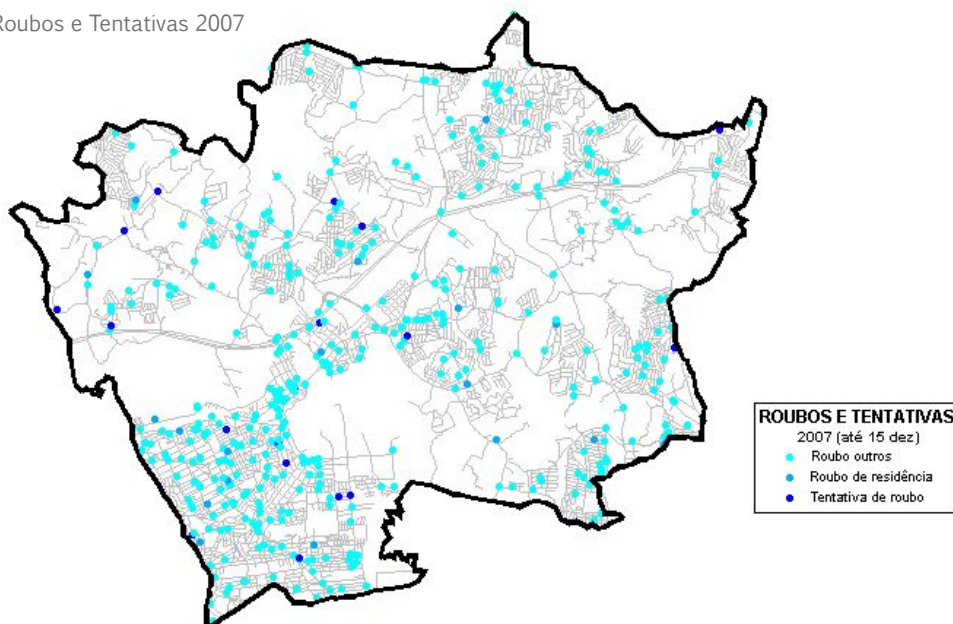
Mapa 5 A. Roubos e Tentativas 2006



Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

O Mapa 5B retrata a queda de cerca de 20% das ocorrências de roubos outros no ano de 2007 e o mesmo cenário estatístico e regional para os outros crimes em relação a 2006. Vale destacar a pouca incidência de ocorrências relacionadas ao roubo de residências.

Mapa 5 B. Roubos e Tentativas 2007

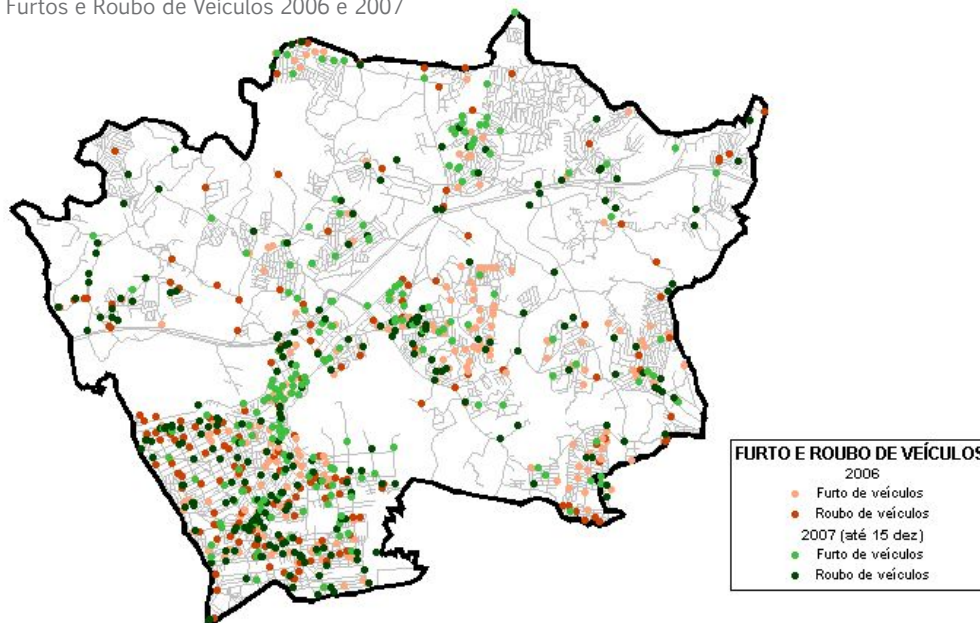


Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

Os furtos e roubos de veículos, como mencionado no diagnóstico, são crimes que possuem relevante confiabilidade estatística, devido ao grande número de Boletins de Ocorrência realizados pelas vítimas. Dessa forma, apresentam pouca sub-notificação e permitem um cenário mais próximo da realidade criminal.

O furto de veículos apresentou leve queda de 2006 para 2007. É possível notar certa concentração na porção central da cidade (Estrada de Santa Izabel), especificamente no ano de 2007. O roubo de veículos concentra-se na região sudoeste, porém se mantém bem espalhado por todo o município.

Mapa 6. Furtos e Roubo de Veículos 2006 e 2007



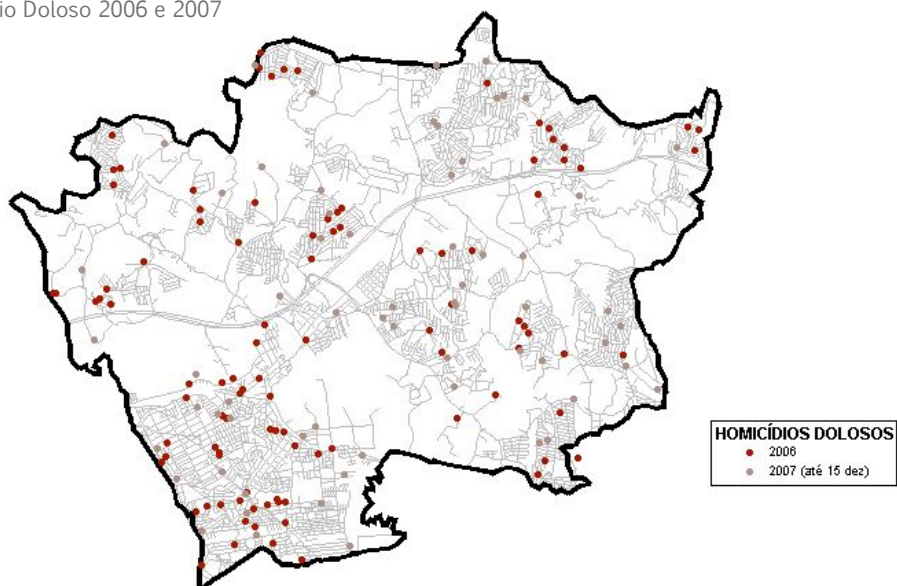
Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

Por fim, analisando numericamente a oscilação das ocorrências de 2006 a 2007, o município apresentou queda de cerca de 7% em furtos outros e aumento de 23% nas tentativas de furto. Já o roubo de residência, apresentou queda de cerca de 20% e a tentativa de roubo caiu 34,5%. O furto de veículos teve queda de cerca de 20% e o roubo de veículos, aumento de 5%.

Mapas de Crimes contra a Vida e contra a Pessoa

O homicídio, assim como citado em análises anteriores, foi uma das ocorrências que mais caiu no município nos últimos dois anos chegando a registrar 23,4% de queda. O Mapa 7 mostra que de forma incomum essa ocorrência apresenta-se bastante espalhada pelo território, com poucos focos de concentração.

Mapa 7. Homicídio Doloso 2006 e 2007

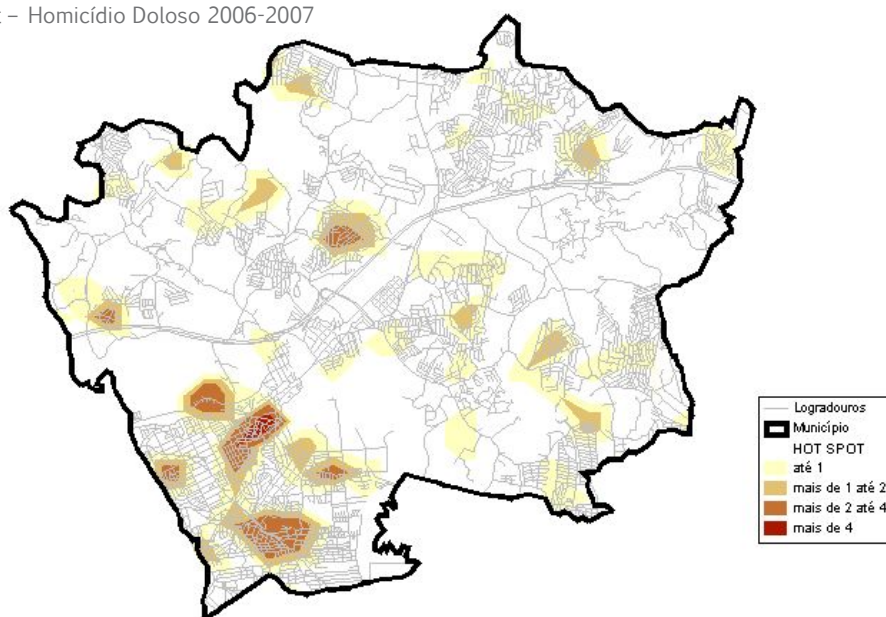


Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

No Mapa 8, é possível perceber através das “zonas quentes”, os locais de maior concentração deste crime e nota-se que apenas um lado do município concentra cinco desses focos, localizados na região sudoeste: próximo da Estrada São Paulo-Mogi e do Rancho Grande; mais acima, na divisa com São Paulo, próximo aos bairros Monte Belo e Cidade Kemel e por último, bem próximo ao centro da cidade, na Vila Gepina, Vila Virgínia, Jd. Gonçalves e arredores. Ao norte e noroeste, acima da Rodovia Ayrton Senna há outros dois focos - Jardim Maragogipe e Cidade Nova Louzada (próximo ao aterro sanitário) - e o restante encontra-se espalhado pelo território.

Fica comprovada mais uma vez a presença deste tipo de crime na realidade da população através da proximidade das ocorrências com o aparato público como escolas municipais, estaduais e particulares, equipamentos de saúde (UBS - CAIC do bairro Morro Branco e UBS Monte Belo), de lazer, além de três equipamentos de polícia (sede da Guarda Civil Municipal, 1ª Cia do bairro Monte Belo e 35º Batalhão da Polícia Militar).

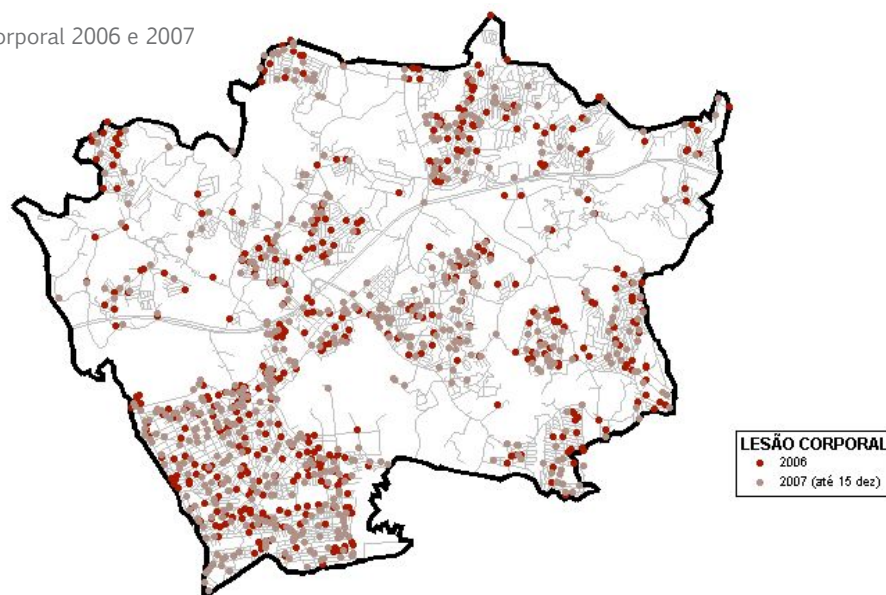
Mapa 8. Hot Spot – Homicídio Doloso 2006-2007



Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

Ofender a integridade corporal ou a saúde de outra pessoa se caracteriza como crime de lesão corporal segundo o Código Penal, e está diretamente associado às brigas e desinteligências registradas pela polícia. Essas ocorrências, apresentaram aumento de 8,6% de 2006 a 2007, conforme se observa no Mapa 9.

Mapa 9. Lesão Corporal 2006 e 2007

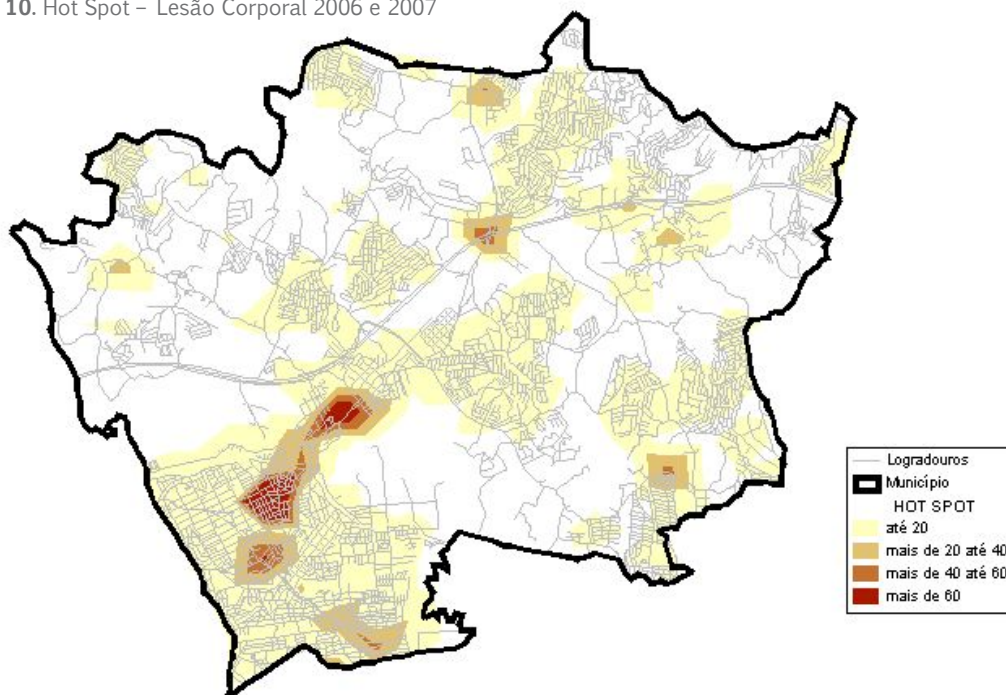


Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

As ocorrências de lesões corporais estão distribuídas pelo município como um todo (Mapa 10) e possuem pouquíssimas áreas de concentração (próximas ao centro do município), além de regiões com focos, porém com menor incidência como Jardim Odete, Palmas de Itaquá, Parque Marengo, região nordeste e norte do município.

A pulverização das ocorrências pressupõe forte presença de uma cultura da intolerância através do envolvimento freqüente dos cidadãos em situações de conflito, que vão desde brigas triviais e desentendimentos até casos extremos que resultam em homicídios.

Mapa 10. Hot Spot – Lesão Corporal 2006 e 2007



Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

Ainda que a violência doméstica e intrafamiliar seja altamente sub-notificada, é importante analisar a distribuição das ocorrências que chegam à polícia.

A violência doméstica é configurada como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou moral (Lei Maria da Penha, nº 11.340/06). Já a violência intrafamiliar abrange mulheres, crianças, adolescentes e idosos e as seguintes naturezas:

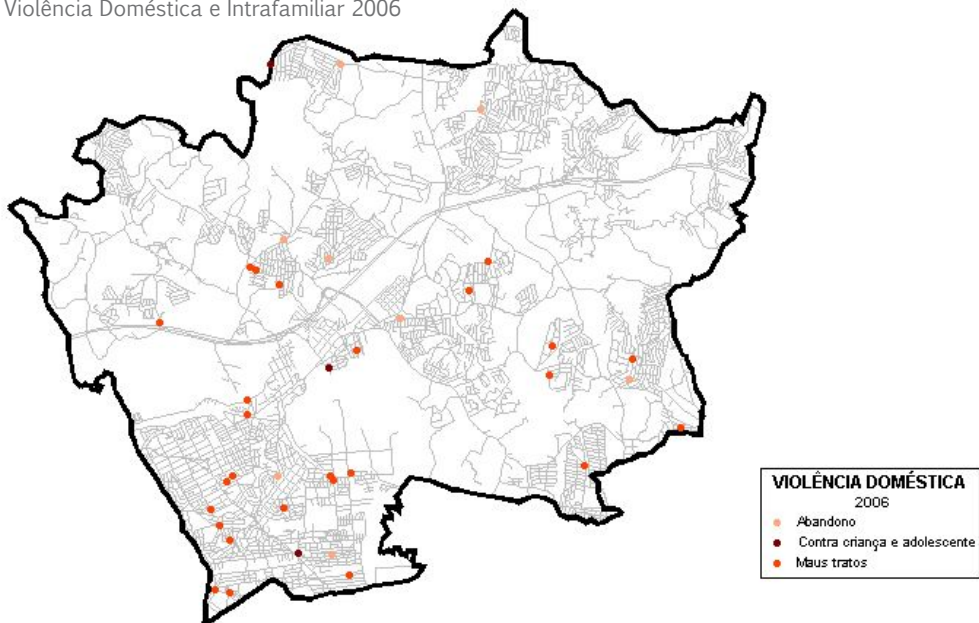
- Maus tratos – expor ao perigo a vida ou saúde de pessoa sob sua autoridade, abusando de meios de correção ou disciplina;
- Abandono: de pessoa sob sua autoridade, deixando de prover, sem justa causa, à instrução de filho em idade escolar, além de não prover subsistência material ou socorro ao descendente ou ascendente enfermo (artigo 136 do CP).

Por último, há os crimes praticados contra a criança e o adolescente, definidos por ação ou omissão de condutas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Apesar destes tipos de violência aparecerem de forma esparsa pelo município, o Mapa 11 indica um foco de ocorrências no ano de 2006 na região sudoeste, próximo aos bairros Cidade Kemel e Rancho Grande e uma predominância de pontos na região sul se comparada ao lado norte da cidade.

O maior número de incidências é relativo a maus tratos (27), seguido de abandono (09) e ocorrências contra criança e adolescente (03). A violência doméstica não foi registrada pelas autoridades no ano de 2006, segundo a Coordenadoria de Análise e Planejamento de Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (CAP).

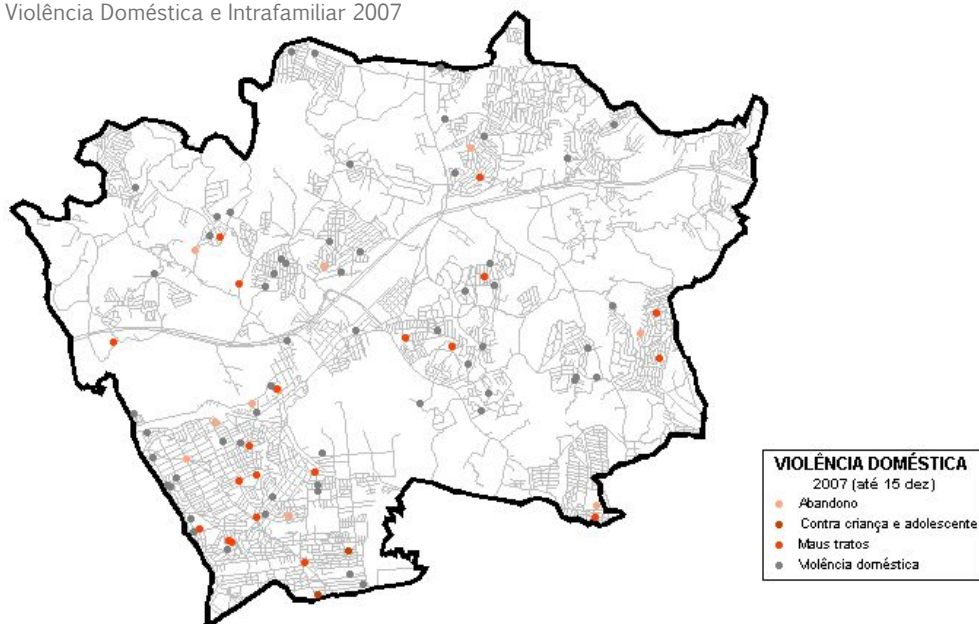
Mapa 11. Violência Doméstica e Intrafamiliar 2006



Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

Em 2007 as ocorrências continuaram relativamente estáveis, porém, a inclusão da ocorrência violência doméstica, antes não registrada, revela uma importante mudança no desenho territorial. As incidências permanecem espalhadas pelas mesmas regiões, porém com o registro dos casos de violência doméstica (58) há um aumento significativo de ocorrências no município, ainda predominantemente concentradas no centro. Os três principais espaços de atendimento a esses crimes (Casa do Adolescente, Casa Aberta e Conselho Tutelar) estão localizados na região central do município, o que pode facilitar/estimular o registro das ocorrências.

Mapa 12. Violência Doméstica e Intrafamiliar 2007



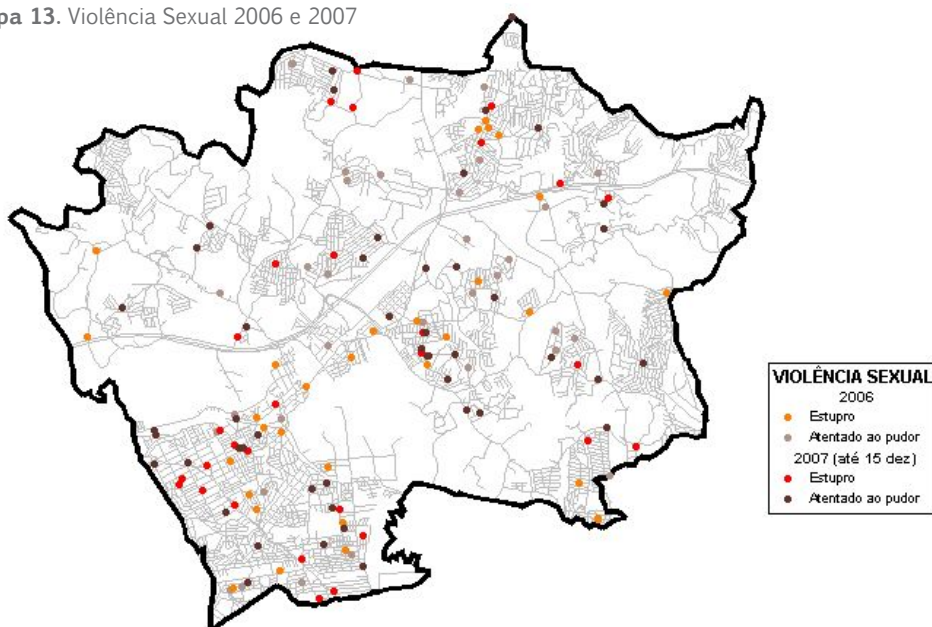
Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

A violência sexual é caracterizada por crimes de estupro e atentado violento ao pudor. Vale mencionar que pela natureza da ocorrência, também é comum a sub-notificação desses crimes.

Os crimes de estupro nos anos de 2006 e 2007, apesar de dispersos, tiveram maior incidência nas proximidades do centro da cidade (sudoeste) e na região central do município, além da região dos bairros Jardim Odete e Palmas de Itaquá, onde se localizam as Estradas do São Bento e do Mandi. O atentado violento ao pudor teve um aumento de 34 para 54 ocorrências nos anos analisados, e sua distribuição mostra-se menos concentrada que o estupro, abrangendo quase todo o território.

É importante fazer uma análise detalhada das condições de infra-estrutura dos locais de ocorrência dos crimes, pois muitas vezes trata-se de áreas escuras, ermas, com acúmulo de mato e lixo, o que torna mais propícia a ocorrência destes crimes.

Mapa 13. Violência Sexual 2006 e 2007



Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

Mapas de Outros Tipos de Crimes

O Mapa 14, sobre entorpecentes, contém ocorrências de tráfico e de porte de drogas. Há ainda as ocorrências registradas com base na Lei 11343/06, recentemente aprovada, e que passa a tratar o usuário não mais como criminoso, mas como dependente, estabelecendo encaminhamentos médicos e psicológicos.

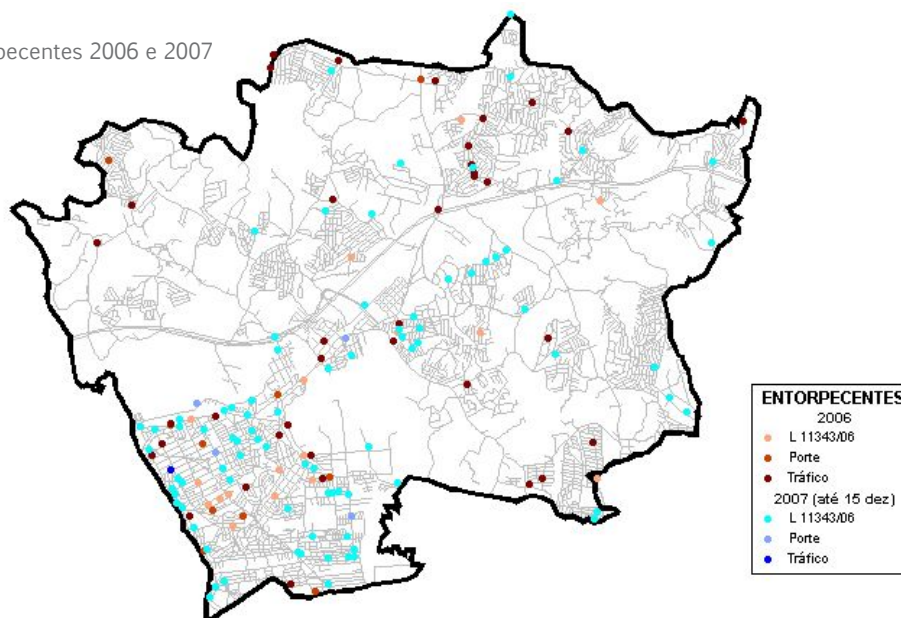
As ocorrências de tráfico de entorpecentes apresentam considerável diminuição, cerca de 100%. Houve também queda do registro de porte de entorpecentes, na ordem de 65%. Os delitos enquadrados na recém criada Lei, apresentam um aumento de cerca de 420%, indicando um cenário de aumento da aplicabilidade da legislação.

É importante ressaltar que o Mapa mostra um baixo número de ocorrências de tráfico e porte de entorpecentes nas regiões noroeste e sudeste. Isso acontece em função da pouca infra-estrutura pública e baixa presença policial, o que prejudica os registros das ocorrências. Por outro lado, nota-se a concentração nas áreas mais próximas ao centro, onde estão também a maior infra-estrutura urbana, maior efetivo policial e maior índice de renda e escolaridade da população.

Na porção nordeste do município, acima da Rodovia Ayrton Senna na região do Jd. Caiuby, há uma concentração de ocorrências de tráfico em 2006. Encontram-se nessa região uma Base Comunitária da PM, o 1º Distrito Policial, uma UBS, três escolas estaduais e uma municipal.

Em 2007 outra região apresentou maior incidência de registros da Lei 11343/06, próximo ao trevo da Rodovia Ayrton Senna (Jd. Odete, Vila Japão, Quinta da Boa Vista), onde também se concentram atividades de comércio e serviços.

Mapa 14. Entorpecentes 2006 e 2007



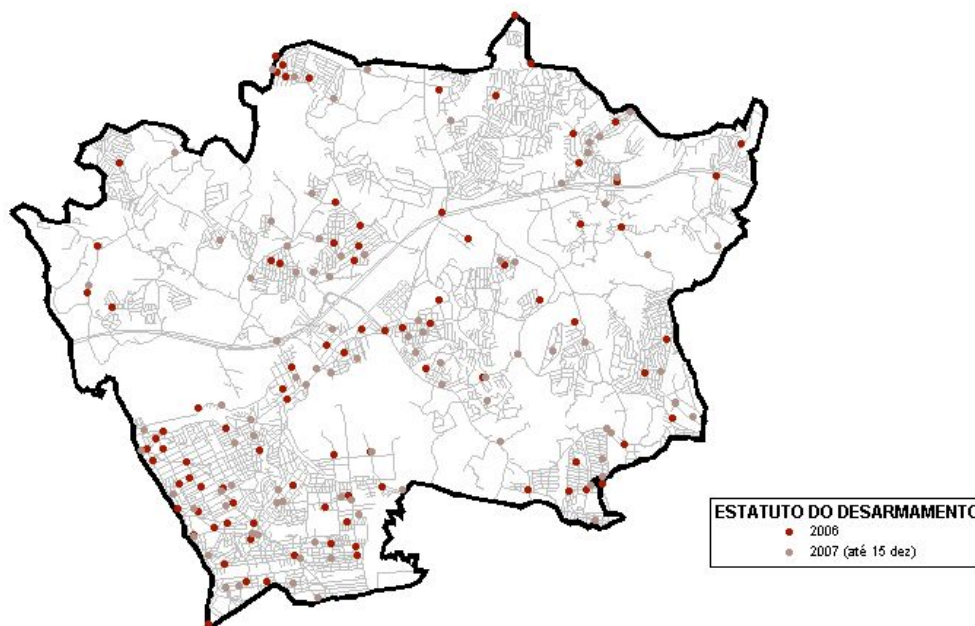
Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

O Estatuto do Desarmamento, Lei 10826 de dezembro 2003, estabelece algumas condutas criminais, previstas nos artigos 12 a 18, como posse irregular de arma de fogo de uso permitido, omissão de cautela, posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso permitido/restrito, disparo de arma de fogo, comércio ilegal e tráfico internacional de arma de fogo, supressão ou alteração de marca, numeração ou qualquer sinal identificador de arma de fogo ou artefato.

Conforme Mapa 15, relacionado às ocorrências enquadradas no Estatuto do Desarmamento, pode-se afirmar que essas ocorrências são bastante distribuídas pelo município e sua maior concentração em 2006, foi na porção sudoeste (Cidade Kemel e divisa de São Paulo) e na região dos bairros Vila Japão e Jd. Odete (próximos à estrada de Santa Izabel e do trevo de entrada da Rodovia Ayrton Senna). Em 2007, a mesma concentração pôde ser observada.

Apesar de apresentar queda de cerca de 10% das ocorrências, a distribuição revela a disponibilidade de armas de fogo, também verificada nas falas dos jovens entrevistados das escolas estaduais do município, o que indica a importância de um trabalho de conscientização sobre o tema e os riscos que envolvem essa questão.

Mapa 15. Estatuto de Desarmamento 2006 e 2007

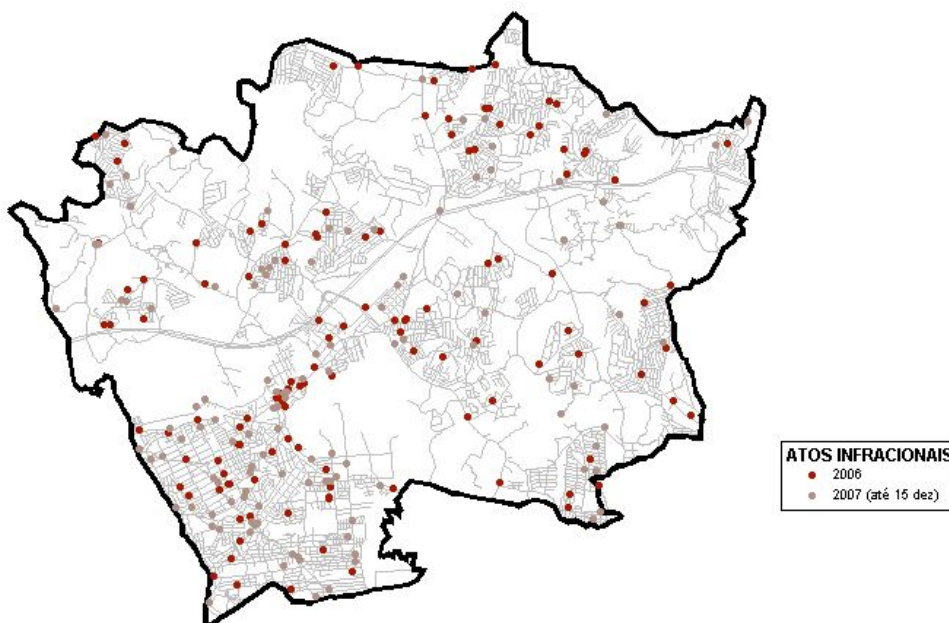


Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

Atos infracionais são os atos tipificados como crime pelo Código Penal e praticados por adolescentes com menos de 18 anos. Ao cometer um ato infracional (que pode ser de qualquer natureza - contra o patrimônio, contra a pessoa, ou outros) o adolescente é encaminhado para um sistema específico, passando primeiramente pelo Conselho Tutelar e depois para uma Justiça Especializada. O adolescente que comete ato infracional não recebe pena, mas uma medida sócio-educativa.

O Mapa 16 indica o aumento relativo de ocorrências de atos infracionais no período de 2006 e 2007 da ordem de 13,2% (em 2006 foram registradas 152 ocorrências de atos infracionais e em 2007, 172 casos). Apresenta também maior concentração de ocorrências na porção sudoeste do município, próximo ao centro, tanto no ano de 2006 como em 2007 e valida a ressalva de que no município cerca de 70% dos casos de atos infracionais estão ligados a problemas relacionais dos jovens, segundo fonte que desenvolve esse trabalho localmente.

Mapa 16. Atos Infracionais 2006 e 2007



Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

Vale retomar ao Mapa 1 para situar os atos infracionais territorialmente. Através deste exercício fica clara a maior incidência dos atos infracionais próxima a unidades escolares, o que indica a vulnerabilidade desses espaços freqüentados pelo público juvenil. Porém, é muito importante ressaltar que isso não significa a relação direta destes espaços com o crime.

Furtos de cabos

Para as ocorrências de furtos de cabos, optou-se por trabalhar com mapas de pontos, para a localização precisa das ocorrências, e de hot spots, uma vez que sua incidência é alta e muito concentrada.

No Mapa 17 é possível observar dois focos principais: a Estrada de São Bento com a Estrada do Pium (leste, região do Recanto Mônica) e acima da Rodovia Ayrton Senna, a oeste do município. Os dois pontos são espaços ermos, sem a presença de equipamentos públicos ou infra-estrutura adequada e de interligações de bairros, ou seja, não possuem concentração populacional.

Visualmente o mapa apresenta menor número de pontos que o número de ocorrências existentes, porém, isso se dá devido ao grande número de ocorrências no mesmo endereço, resultando na visualização de um único ponto.

Mapa 17. Furto de Cabos 2007

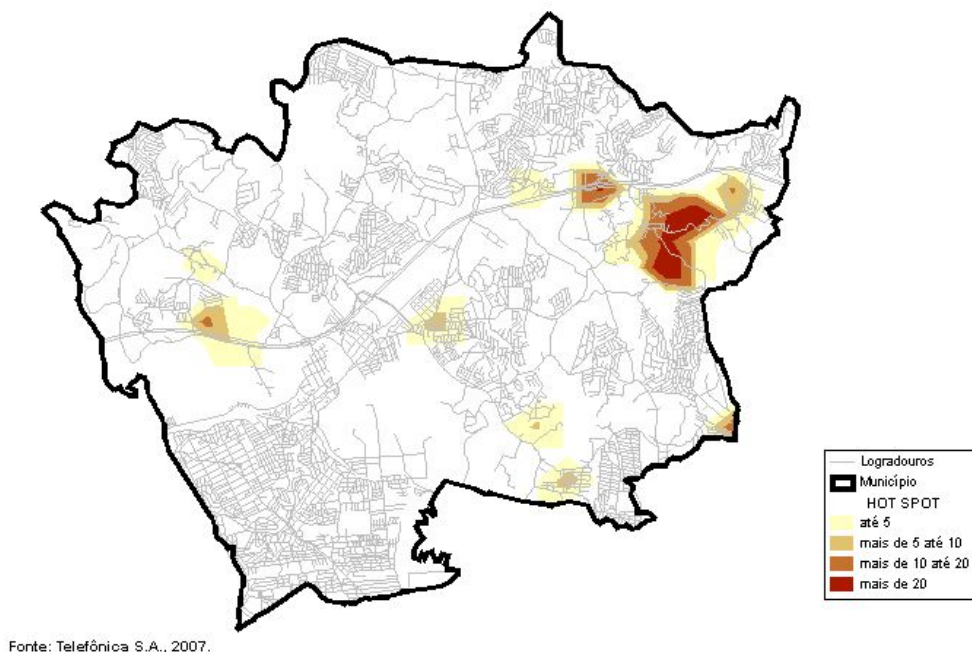


Fonte: Telefônica S.A., 2007.

Já o Mapa 18 permite ver a concentração espacial do crime, que se mostra bem mais espalhada pelo território, abrangendo as regiões próximas ao bairro Recanto Mônica, Estância Paraíso, Merendá e Pium com um trecho ao redor da Rodovia Ayrton Senna a leste do município. A aproximação do trabalho qualitativo do diagnóstico se deu nas áreas mais habitadas e mais impactadas pelos furtos ao redor desses focos, pois na região do Pium e Pinheirinho, não há concentração habitacional.

Há certa concentração também na região central, próximo ao Jardim Odete, e no outro extremo, onde não há concentração populacional, próximo ao bairro Rio Baixo e a Estrada do Bom Sucesso, à beira da Rodovia Ayrton Senna.

Mapa 18. Hot Spot – Furto de Cabos 2006 e 2007

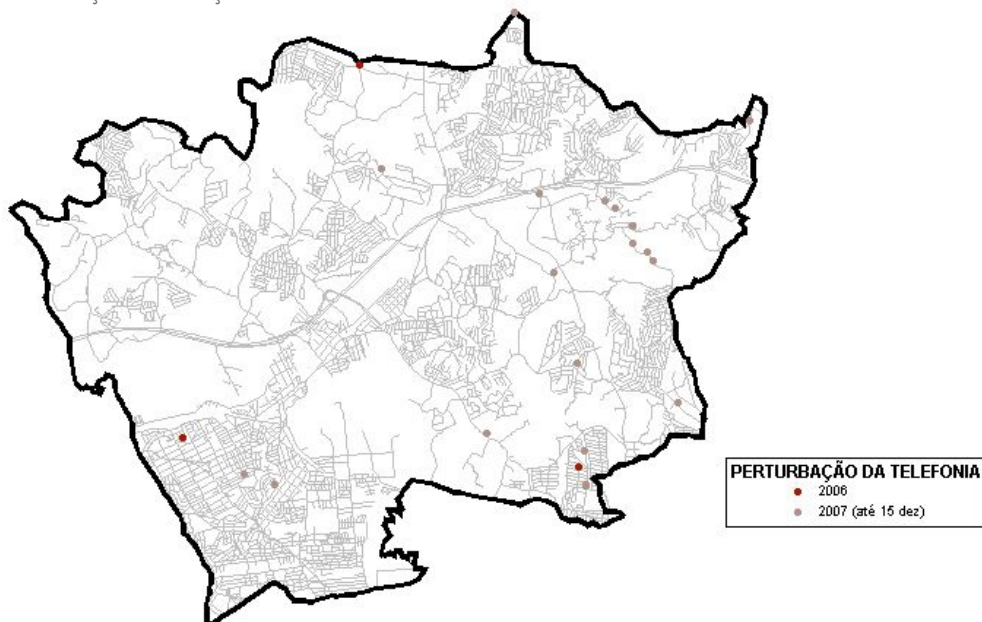


De maneira geral, nenhum dos mapas permite a relação dos locais de concentração de furto com a localização dos ferros-velhos cadastrados no município (ver Mapa 1), com exceção de um estabelecimento na Estrada do Bom Sucesso. No entanto, vale lembrar, que grande parte desse segmento atua de forma clandestina sem cadastro municipal.

O mapa a seguir (Mapa 19) apresenta ocorrências relacionadas ao serviço telefônico e ao ato de interromper (paralisar) ou perturbar (desorganizar, atrapalhar) o serviço de telefonia, assim como desenvolver clandestinamente atividades de telecomunicação.

Além do aumento considerável de notificações do ano de 2006 para 2007 - , de 06 para 25 casos - nota-se que há concentração na mesma região apresentada no mapa anterior, (Estrada de São Bento - leste), além de pontos espalhados pelos bairros Chácara Água das Pedras, Parque Marengo e alguns pontos na região próxima ao centro.

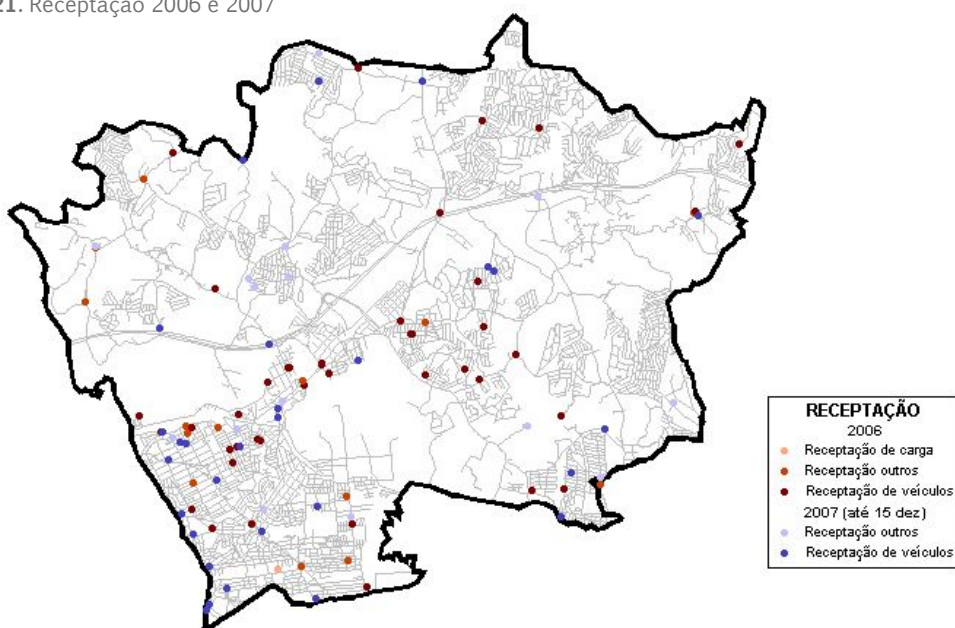
Mapa 19. Perturbação do Serviço de Telefonia 2006 e 2007



Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

No ano de 2006 o número de ocorrências relacionadas à receptação dolosa de cargas, veículos e outros é superior em 43% se comparado ao ano de 2007. Novamente percebe-se a concentração na região próxima do centro da cidade (sudoeste) e espalhada pelos bairros Jardim Japão, Jardim Nova Itaquá e Jd Odete.

Mapa 21. Receptação 2006 e 2007



Fonte: Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, 2007.

4. Análise Territorial e Principais Desafios para a Prevenção da Violência em Itaquaquecetuba

4.1 Análise Territorial

Para construir uma análise territorial de áreas prioritárias e estratégicas de Itaquaquecetuba, segundo critérios de concentração de furtos de cabos e de presença de iniciativas positivas e potencialidades locais, foi realizado um trabalho qualitativo com a população pertencente a segmentos e localizações específicas. A escuta da comunidade é importante, pois é ela quem utiliza os serviços e equipamentos públicos, mora nos bairros distantes e se organiza em grupos e movimentos que contribuem para o desenvolvimento local.

Sendo assim, as estratégias utilizadas no trabalho de campo foram centralizadas basicamente nos mesmos bairros e públicos, por meio de entrevistas, questionários e realização de grupos de escuta.

Pôde-se obter uma escuta qualificada sobre a visão da população em relação à própria comunidade na qual está inserida, ao trabalho coletivo que exerce, e à relação com o poder público. Também foram exploradas questões como a sensação de segurança, a relação com a violência, os principais fenômenos existentes e as potencialidades dos espaços visitados.

Recorte: Recanto Mônica, Parque Marengo e Pium

Estes bairros foram destacados em decorrência do alto índice de furto de cabos, segundo informações da Telefônica, e de características sociais, como alta vulnerabilidade social, localização periférica distante do aparato público e infra-estrutura precária.

Foi dado enfoque especial para o ambiente escolar, na tentativa de melhor compreender as especificidades das questões de violência e a relação com a escola. Para tanto, realizou-se uma análise detalhada de duas escolas estaduais localizadas no Recanto Mônica e Parque Marengo, onde foram desenvolvidas conversas e aplicados questionários para os alunos e corpo técnico (professores, coordenadores e diretores). Os encontros abordavam questões relacionadas ao contexto social, experimentações de violência, disponibilidade e contato com drogas, problemas de infra-estrutura, entre outros.

Recanto Mônica

Localizado em uma região periférica do município, divisa com Mogi das Cruzes e Suzano, o bairro Recanto Mônica não possui sistema de esgoto e é asfaltado somente na linha do ônibus, o que dificulta o acesso dos moradores e da própria polícia, comprometendo a segurança pública local.

A iluminação é precária, com postes muito distantes uns dos outros, com iluminação fraca e diversas ruas escuras, principalmente nas proximidades da escola, onde existe uma grande circulação de pessoas.

Uma relevante característica do bairro é a falta de áreas de lazer. Dispõe de um “areião” – espaço utilizado para a prática do futebol - localizado onde antes se encontrava a escola municipal, na Rua Mongaguá, e que possui apenas um poste de luz, nenhum banco e duas traves de futebol.

O bairro é composto por moradias irregulares e loteamentos clandestinos o que dificulta a implementação de iniciativas voltadas ao desenvolvimento de infra-estrutura local.

A região mais central do bairro é ponto de encontro e concentração de bares, freqüentados principalmente por jovens de toda a região (Jardim do Vale, Jardim Margarida, Piatã, Chácara Água das Pedras e Recanto Mônica II). A maioria destes estabelecimentos é considerada pelos moradores como espaços violentos, e é vista como ambientes que propiciam o conflito. Destaca-se também a necessidade de maior fiscalização destes locais tanto pela venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes como devido a irregularidades fiscais e ao barulho intenso durante as noites e madrugadas.

Com relação à presença de equipamentos públicos de assistência à população, o bairro dispõe de uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que não é conhecida por toda a população mas que atende um número considerável de famílias da região. Antes do CRAS, para receberem qualquer tipo de atenção do governo, estas famílias tinham que dirigir-se ao centro da cidade.

A Unidade Básica de Saúde (UBS) atende toda a região, incluindo os bairros dos municípios vizinhos, e possui espaço reduzido, com filas e pessoas de pé aguardando fora da Unidade para atendimento. Cabe destacar que por localizar-se em frente a uma das escolas estaduais, a UBS concentra também ao seu redor grupos de jovens.

A presença da polícia é rara e no decorrer do trabalho de campo, somente após demanda da escola estadual é que foram vistas viaturas circulando pela área. A fala da população confirma a impressão do estudo, pois segundo os moradores, só há presença policial quando ocorrem homicídios na região.

O município possui um número grande de entidades cadastradas na Secretaria de Promoção Social, porém a grande maioria não possui forte atuação comunitária. Suas ações limitam-se à busca por alguns direitos básicos do cidadão, como programas dos governos do estado e federal, distribuição de leite e renda (programas Viva Leite e o Fome Zero). Apesar de não possuírem um público-alvo definido, (mas sim a comunidade como um todo), atuam em geral com mães, crianças e idosos.

É freqüente encontrar à frente da mobilização mulheres moradoras dos bairros, representando as associações e configurando-se como fortes lideranças locais tanto para orientação como para mobilização da comunidade.

O trabalho de campo com as entidades comunitárias teve a intenção de levantar os principais trabalhos realizados pela sociedade civil na busca de melhorias locais. No que tange a questão da prevenção da violência, verifica-se que isso acontece de forma indireta através da melhoria local, porém, ainda não é trabalhada de forma explícita e organizada pelas entidades

Apesar das deficiências, a presença da atuação comunitária local é muito importante. Em Itaquaquetuba a sociedade civil organizada é representada majoritariamente por entidades de bairro e é o primeiro amparo à população periférica devido à falta de serviços e equipamentos de referência pública na região.

Informações sobre consultas médicas, atendimentos públicos, garantia de direitos e mesmo doação de material de construção e de cestas básicas em casos extremos, caracterizam a atuação das entidades. Assim, representam a maior fonte de contato e referência local com a rede socioassistencial disponível.

No Recanto Mônica há certa mobilização social com cinco entidades cadastradas na Secretaria de Promoção Social. O contato com essas organizações se deu através de três associações de maior repercussão no bairro, que são:

- Associação Beneficente Clube da Criança do Recanto Mônica: trabalha primordialmente com crianças e possui uma creche com monitoras voluntárias. Recentemente conseguiu junto à Prefeitura convênio para a instalação oficial da Creche Comunitária que será ativada em 2008. Participa do Programa Viva Leite (programa estadual de distribuição de leite) e atua na busca por alguns direitos básicos do cidadão.
- Associação Beneficente Esperança do Jardim Piatã e Adjacências: seu público-alvo é o idoso e realiza eventos para arrecadação de fundos e distribuição de alimentos. Recebe doações pontuais de roupas, alimentos e até cadeiras de rodas de empresas da região.
- Associação de Moradores do Recanto Mônica (SAMREMO): até o início deste ano atendia jovens do programa Agente Jovem, que hoje é desenvolvido no CRAS do mesmo bairro. Atualmente volta-se para a questão do transporte público precário e insuficiente para atender a demanda da região.

Escolas

O Recanto Mônica possui uma Escola Municipal e duas Escolas Estaduais. A pesquisa foi realizada com uma das escolas estaduais, a E.E. Mario Martins Pereira, situada na região central do bairro.

A escolha dessa escola se deu devido ao grande número de relatos dos moradores a respeito dos problemas enfrentados com alunos e ex-alunos, que se apropriaram do espaço escolar de forma indevida, principalmente da quadra de esportes, e vêm dificultando o controle da escola por parte da direção.

A questão da violência no universo escolar vem sendo tema de debates e reflexões e é um dos grandes desafios enfrentados no sistema educacional atualmente. Os atos praticados no interior da escola, que atingem o indivíduo em suas diversas dimensões – física, moral e pública – são denominados “violência escolar”. Os tipos de violência existentes no ambiente escolar podem ser classificados em três níveis:

- Violência: atinge o nível físico através de ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, entre outros;
- Incivildades: envolve a falta de respeito com o próximo, assim como, com o espaço físico;
- Violência simbólica ou institucional: refere-se à falta do sentido de pertencimento à escola, tanto por parte do aluno como dos professores (ABRAMOVAY, 2003).

Foram transcritas abaixo as questões que mais tiveram destaque em cada universo escolar, e que poderiam trazer informações relevantes para as análises gerais dos espaços pesquisados. Vale ressaltar que as porcentagens utilizadas nas citações são referentes à amostragem utilizada nessa pesquisa, assim, não se referem ao universo escolar como um todo.

Os professores que responderam ao questionário, na sua maioria, consideram a escola pouco segura e apontam as principais violências sofridas nesse ambiente como agressões verbais e físicas, pichação, roubo e arrombamentos internos. Foram mencionados também casos de homicídios de alunos dentro e fora do espaço escolar.

Corpo Técnico**Tamanho da Amostra: 21****Domiciliados em Itaquaquecetuba: 50%**

No que se refere aos problemas de infra-estrutura, estão relacionados à depreciação do espaço e a quantidade excessiva de alunos por classe. A infra-estrutura é bastante precária e a escola apresenta centenas de vidros quebrados, o que em dias de chuvas mais fortes faz com que os alunos sejam obrigados a fazer rodízio de turmas ou a se amontoar em um canto da sala, chegando às vezes a ser dispensados das aulas por impossibilidade de uso das salas.

Cabe destacar que uma parte da escola antes utilizada para atender o ciclo I e ciclo II do ensino fundamental, após a municipalização, encontra-se sem uso. São observados problemas como infiltração, acúmulo de água das chuvas e completa depreciação das dependências. Assim, de forma indireta, o péssimo estado de conservação vem contribuindo para a falta de cuidado dos usuários com as outras áreas da escola ainda em uso.

Foram citados pelos professores projetos voltados para o público jovem desenvolvidos na escola: Educarede, Inter-Classes, Sarau, Nós Somos o Show, Projeto Horta, Prevenção Também Ensina, Projeto Cuidando do que Temos e bailes mensais, que segundo informações, são realizados por ex-alunos.

Até 2006, a escola era aberta aos finais de semana para o Programa Escola da Família, e hoje não possui outro projeto de envolvimento da comunidade não escolar. Alguns trabalhos realizados pela comunidade são de conhecimento de 50% do corpo técnico, sendo os mais citados: CRAS, Associação Amigos de Bairro e Associação Beneficente Clube da Criança do Recanto Mônica.

Um dos resultados desta pesquisa aponta que mais da metade dos alunos já deixou de ir à aula por sentir-se inseguros. Em relação à sensação de segurança na escola, 63% sentem-se pouco seguros e as justificativas são: frequência de pessoas perigosas e drogadas; falta de interesse da comunidade pela segurança da escola abrindo espaço para a criminalidade e violência; pessoas armadas; presença de pessoas de fora da escola que tomam conta da quadra; pouca presença policial e assassinato na rua da escola.

Jovens**Tamanho da Amostra: 22****Faixa Etária: 15 a 19 anos****Domiciliados no Bairro da Escola: 63,6%**

As pesquisas específicas de violência na escola apontam que atos de vandalismo ou de delitos contra a propriedade estão sendo substituídos pela violência contra as pessoas e a disponibilidade de armas passa a ser um agravante nessas situações. O aumento de casos de porte de armas pode provocar o aumento de casos com desfecho letal, destacando-se a necessidade de enfrentamento desta questão mesmo que o número de ocorrências seja relativamente pequeno. Na escola Mario Martins Pereira poucos entrevistados apontaram a presença de armas de fogo no interior da escola e um número maior mencionou já ter visto armas brancas.

O uso de drogas na escola é bastante observado pelos jovens e varia do cigarro (100%), ao álcool (81%), à maconha (54%) e até a cocaína (31%). Soma-se a isto a existência de bares nas imediações da escola, conforme citado pela maioria dos alunos.

Segundo a percepção local: “a escola fica mais tempo fechada do que aberta, parece uma prisão”. Ainda assim, muitos pulam o muro mesmo quando aberta, pois não têm vínculo e respeito pelo espaço. A quadra é um espaço importante de lazer dentro e fora dessa comunidade, e atualmente encontra-se sob o domínio de grupos desarticulados com a gestão da escola.

A maioria dos alunos aponta a ausência de projetos para jovens na escola, apesar dos professores terem citado um número considerável destes. Essa falta de sincronia nas informações mostra uma deficiência no desenvolvimento desses projetos, pois os jovens não se reconhecem contemplados por iniciativas focadas para sua faixa etária. Ainda assim, mencionaram um grêmio estudantil que funcionou durante os anos de 2000 a 2002, mas que não apresentou resultados ou atividades e hoje não existe mais.

Os jovens entrevistados apontam demandas por áreas de lazer e de incentivo a projetos comunitários. A quadra é citada como única referência de lazer na localidade, além do “areião” (campo de futebol de areia mencionado anteriormente) e as lan houses. Os jovens mostram interesse em programas de esportes, leitura, maior disponibilidade da biblioteca, aulas de computação, eventos comunitários nos finais de semana e também na reabertura da escola para o Programa Escola da Família. Alguns alunos participam por conta própria de projetos fora da escola em trabalhos voluntários, projetos de computação e na banda marcial do município.

Diante disso, aponta-se também como prioridade o desenvolvimento de projetos de incentivo cultural e de inclusão produtiva para que os jovens tenham a oportunidade de adquirir experiência profissional.

Podemos concluir que atualmente a Escola Estadual Mario Martins Pereira, segundo relatos dos jovens, apresenta alguns fatores de risco. São eles: presença de armas brancas, consumo e oferta de cigarro e maconha, ausência de projetos voltados para os jovens e para o público não-escolar e a falta de mecanismos efetivos de diálogo e de escuta qualificada entre alunos e corpo técnico.

Por último vale ressaltar que os alunos sofrem ainda com a falta de infra-estrutura e de equipamentos didáticos, além da necessidade de reparos estruturais - pois a falta de água é constante. Assim, faz-se necessário um real envolvimento da comunidade para a recuperação deste espaço, bem como a organização de grupos de jovens capazes de captar suas demandas específicas e transformá-las em ações junto à gestão da escola.

Apesar disso, encontramos um grupo de jovens com vontade e interesse na mobilização e envolvimento com o ambiente escolar, características fundamentais para que se efetive uma intervenção, desde que estes jovens sejam acolhidos, incentivados e preparados para tal.

Parque Marengo

Com características semelhantes ao Parque Recanto Mônica, principalmente pela proximidade, o bairro Parque Marengo apresenta necessidades similares, com a diferença de ser um bairro que possui maior número de terrenos disponíveis para a construção e uso. Isso possibilita uma maior facilidade para instalar iniciativas locais e equipamentos públicos.

A área mais central do bairro apresenta ruas asfaltadas e com iluminação fraca e distante. Os postes de luz são de madeira, o que em dias de chuva leva frequentemente à interrupção do serviço. Possui três terre-

nos abandonados, sendo um deles utilizado para a prática de futebol e os outros dois cobertos por lixo, entulho e vegetação rasteira. Apenas uma parcela do bairro possui sistema de esgoto instalado, o que apresenta uma situação inadequada às necessidades atuais.

Foi feito um mapeamento do bairro Marengo pelos integrantes de uma antiga ONG, atual entidade Centro de Convivência Sagrada Família, que constatou em 1998 a presença de 70% de desempregados na região, além de um alto índice de prostituição infantil. O bairro é considerado uma área de alta vulnerabilidade e os furtos de cabos telefônicos na região são constantes.

A principal queixa da população diz respeito à ausência da administração pública no local. O Parque Marengo não possui serviços de atendimento social nem posto de saúde local, e a população deve dirigir-se à UBS (Unidade Básica de Saúde) do bairro Recanto Mônica. Também há queixas em relação à ausência da força policial no bairro. Segundo a percepção local, a polícia aparece na região somente na procura de criminosos ou em casos de homicídios. Durante todo o período de pesquisa de campo não foram vistos policiais ali.

Muitos dos movimentos comunitários existentes na cidade são antigos e foram fundados para cobrar do poder público melhorias locais. Os líderes e as organizações comunitárias foram atores fundamentais na construção das melhorias existentes em alguns bairros periféricos, como é o caso do Parque Marengo.

O bairro possui algumas entidades, e a maioria desenvolve atividades comunitárias pontuais, como a distribuição de leite pelo programa estadual Viva Leite. Cabe destacar que no passado a Associação de Moradores do Bairro conseguiu melhorias para a região através da mobilização da população. O Parque Marengo dispõe também de uma Casa da Criança, entidade ligada à Pastoral da Criança, que atende grande quantidade de crianças com deficiência de peso e desnutrição, já que verifica-se uma grande demanda local por esse tipo de assistência.

O bairro também possui três entidades cadastradas na Secretaria de Promoção Social, porém muitas delas, segundo relatos locais, são consideradas “fantasmas”, pois não desenvolvem ações comunitárias e possuem cadastro apenas para doação de leite e programas assistencialistas. Apontamos a seguir as principais características de algumas das associações visitadas:

- Centro de Convivência Sagrada Família: hoje a entidade é uma iniciativa corajosa que vem sendo levada adiante pelos membros da comunidade que não desistiram da busca por melhorias na qualidade de vida e estão dispostos a achar alternativas para a diminuição das dificuldades da região.

Atividades como tricô, crochê, tapeçaria e marcenaria, entre outras, são desenvolvidas pela presidente da entidade, que transmite seus conhecimentos para os jovens aprendizes. O espaço da sede chega a abrigar 50 crianças por dia.

- Associação das Mulheres Bâmbinas do Parque Marengo: a entidade atua há 18 anos no bairro e atualmente possui convênio com a Secretaria de Educação para a administração da Creche Comunitária. O público beneficiado é a comunidade do bairro de forma geral.

Oferece cursos de pedraria, artesanato, participa do Renda Cidadã, Viva Leite e Fome Zero. Como o bairro não possui unidade do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social – a entidade cede espaço para o atendimento do programa “Espaço Cidadão”, da Secretaria de Promoção Social.

Algumas lideranças locais têm a percepção de que a população é desmotivada e não age coletivamente. A população acaba sendo vista como “acomodada e em busca apenas do assistencialismo, não se mobiliza para nada e não contribue, só cobra melhorias”.

Isso remete a um panorama freqüente que nos casos de áreas de grande vulnerabilidade social compromete a auto-estima da própria comunidade. “É preciso que o indivíduo se aproprie do espaço onde vive, e se torne de fato cidadão. Ou seja, ao se apropriar do bairro, da cidade, o indivíduo supera uma situação de isolamento e passa a fazer parte de uma esfera universal: a da cidadania” (CADERNOS LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2001). A falta de incentivo ao desenvolvimento local, as condições precárias de urbanização, e principalmente o restrito leque de perspectivas profissionais e culturais, muitas vezes leva as pessoas a um círculo vicioso de inércia e de busca assistencial para a sobrevivência. Isto acaba refletindo a falta de atitude e interesse na conquista por melhorias.

Escolas

No que se refere ao aparato público no Parque Maringo, este resume-se a presença de uma escola estadual e uma municipal.

Corpo Técnico

Tamanho da Amostra: 21

Domiciliados em Itaquaquecetuba: 23,8%

A Escola Estadual Dulce Maria foi pesquisada através da aplicação de questionários com alunos e corpo técnico, e o critério de escolha foi a faixa etária dos alunos (juvenil). Nas escolas municipais os alunos têm até dez anos, o que para a pesquisa está abaixo do indicado.

A Escola Estadual Dulce Maria possui realidade similar à E. E. Mario Martins no Recanto Mônica. Na época da pesquisa a escola foi alvo quase diário de bombas com presença da incivilidade por parte de alguns jovens alunos. Segundo relatos, alguns diretores foram ameaçados e desistiram do cargo. Atualmente a nova direção está aparentemente disposta a incluir o jovem em atividades de protagonismota e a aprimorar o ambiente escolar.

Assim como na maioria das escolas do município, o questionário aplicado com os educadores revelou o reduzido número de professores residentes em Itaquaquecetuba, o que ressalta mais uma vez a falta de corpo técnico proveniente do município.

A sensação de falta de segurança na escola é apontada pelos professores entrevistados, ainda que o ambiente escolar disponha de grades nas janelas e nos corredores e alarmes. A câmera de vigilância foi furtada.

Houve relatos de porte de armas brancas no interior da escola e ocorrências de violências como roubos, furtos, depredação, agressão e ameaças a funcionários e a alunos, além de casos de homicídios.

Nessa escola, assim como em outras pesquisadas, há certo desconhecimento em relação aos procedimentos formais nos casos de violência escolar. Foi observado que o corpo técnico possui pouca familiaridade e uso pontual do livro de ocorrências.

Com relação à oferta de projetos observou-se a ausência destes, especialmente os voltados para o público juvenil. Há, no entanto, um projeto para a comunidade não escolar através do Programa Escola da Família, que aos fins de semana oferece atividades de dança, artesanato, esportes, teatro e corte de cabelo. Contudo, não são realizados trabalhos conjuntos com outras instituições, e a maioria dos entrevistados da equipe técnica não conhece trabalhos comunitários realizados na área.

Outra realidade destacada nesta pesquisa é a presença de alunas gestantes. Segundo informações coletadas há uma média de nove jovens grávidas por ano, sendo citado o caso recente de uma adolescente de 12 anos. O fenômeno, apesar de não ser exclusivo à escola destaca-se por ser a causa que motiva muitas jovens a abandonarem os estudos.

A pesquisa realizada mostrou que a maioria dos alunos mora no mesmo bairro da escola, e ainda assim poucos participam das atividades oferecidas no Programa Escola da Família ou de qualquer outra atividade fora da escola.

Jovens
Tamanho da Amostra: 17
Faixa Etária: 13 a 18 anos
Domiciliados no Bairro da Escola: 86,6%

De forma geral, os jovens sentem-se pouco seguros no ambiente escolar, e apontam a facilidade com que a violência entra na escola como causa disso. Alguns dos motivos alegados são: pouco policiamento, brigas, uso de bebidas alcoólicas no interior da escola e a falta de responsabilidade da diretoria em relação aos alunos - que fazem uso de drogas dentro da escola ou que vão drogados para a mesma.

Com relação ao uso de drogas lícitas e ilícitas dentro da escola, mais de 75% dos entrevistados dizem ter visto outras pessoas usando. Muitos já receberam oferta de cigarro e álcool, e alguns de drogas ilícitas no interior da escola. Além disso foi citada a ocorrência de tiroteios na frente da instituição.

Foram apontados problemas estruturais como paredes pichadas, carteiras depredadas, banheiros e portões quebrados. Também foram apontadas dificuldades enfrentadas pela escola, como a falta de interesse e de respeito por parte dos alunos (mais de 80%), o uso e tráfico de drogas, a superlotação de salas de aula e funcionários que não impõem disciplina. Neste ponto, o discurso dos jovens aponta para a necessidade de canais abertos de diálogo entre corpo técnico e alunos.

Os jovens indicam a inexistência de áreas de lazer no bairro, pois apesar de existirem algumas praças elas estão sem iluminação e condições estruturais, por isto acabam sendo palco de atividades ilegais. Eles costumam procurar bairros e municípios vizinhos como Arujá e Santa Izabel, parques, lan houses, quadras e clubes para diversão, além da casa de parentes. Assim, gostariam de ver melhorias na estrutura da escola, cursos técnicos, parques e praças estruturados, centro cultural e quadras para a realização de campeonatos, além de eventos comunitários.

De maneira geral, segundo as falas do corpo técnico e dos alunos, a escola enfrenta problemas de disciplina, vandalismo e uso e tráfico de drogas lícitas e ilícitas. Isto reflete negativamente na sensação de segurança, que é afetada também pela falta de policiamento no entorno e iluminação pública precária. A falta de opções de lazer e de oferta de cursos profissionalizantes faz-se bastante presente nos relatos dos jovens, indicando a urgência no atendimento desta demanda, pois disto resultaria uma maior identidade e respeito pelo espaço escolar, refletindo positivamente no diálogo estabelecido com a direção da escola.

Pium

O bairro Jardim Felix, também conhecido por Pium, localiza-se entre o bairro Parque Marengo e Recanto Mônica, ao lado das Estradas Felix dos Santos, do Pium e do Pinheirinho, rota que liga a região ao município de Suzano. É foco constante de furto de cabos. Vale destacar também, que a maior parte da Estrada do Pinheirinho não possui iluminação pública, o que leva muitos moradores a abandonarem seus estudos por insegurança no trajeto até a Escola Estadual Estância Paraíso.

As ruas não possuem nomes, somente números, como é comum em loteamentos recentes que estejam em áreas ainda não urbanizadas. A região não possui asfalto e a iluminação pública é insuficiente. Há uma grande dificuldade de acesso ao bairro, o que já impossibilitou o recebimento de benefícios assistenciais para ações comunitárias realizadas pela comunidade, e impede um efetivo policiamento da área e a cobertura de serviços públicos.

Em um cenário similar aos bairros vizinhos, o Pium compartilha as mesmas necessidades primárias de urbanização e saneamento básico, além da carência de iniciativas de desenvolvimento local. Não possui posto de saúde nem escola, os moradores do bairro utilizam a do bairro vizinho, a Escola Estadual Estância Paraíso, e dirigem-se aos bairros adjacentes para serem atendidos pelos poucos equipamentos públicos de saúde existentes na região.

O bairro não possui áreas de lazer, apesar da existência de espaços disponíveis à construção das mesmas. Desta forma, o lazer concentra-se nos bares, nas áreas comuns e nos bairros vizinhos. Como na maioria dos bairros visitados, o Pium chama a atenção pela falta de policiamento local. Houve casos em que os chamados da população não foram atendidos e a sensação da comunidade é de desamparo. Há uma entidade que desenvolve trabalho na região, a saber:

- Associação Núcleo Sol Nascente: única entidade social na localidade, está com sua atuação muito reduzida em relação ao que já foi realizado no passado, devido à falta de estímulos e parcerias. O foco de sua atuação é o trabalho de conscientização sobre doenças sexualmente transmissíveis especialmente para mães, jovens e crianças, mas hoje concentra sua atuação na distribuição de leite e desenvolvimento esporádico de palestras nas escolas.

Recorte: Parque Piratininga

O Parque Piratininga, bairro periférico de Itaquaquecetuba, possui características de vulnerabilidade social, bem como fatores de proteção e potencialidades. O bairro possui uma Base Comunitária de Segurança da Polícia Militar e um complexo de três escolas estaduais - das quais uma é referência em gestão democrática escolar - e, além disso, a mobilização da comunidade é tida como a principal responsável pelas melhorias do bairro. Vale destacar que as “campanhas escolares e associações de bairro foram responsáveis pela canalização do córrego existente na avenida principal do bairro” (TV Escola, 2003), o que comprova que ocorreu no passado um importante trabalho de mobilização local. Fato também destacado nas escutas e entrevistas com as entidades da região.

Por essas características, o bairro é um local que possui fatores que podem contribuir para a prevenção do crime e da violência, e portanto, justifica a escolha por conhecê-lo mais a fundo.

O bairro localiza-se à noroeste do município, na divisa com Guarulhos, tem aproximadamente 23 anos de existência e cresceu sem apoio público, ou seja, de forma desordenada. É dividido em três regiões: Piratininga I, II e Centro, e possui asfalto apenas na região central.

Como em todas as regiões periféricas do município, o bairro não possui áreas de lazer e espaços comuns para uso da população. As poucas praças encontram-se em más condições, o que não favorece o uso e convivência no espaço público pela comunidade, principalmente pelos jovens. O bairro possui três praças e destas, duas encontram-se em áreas mais centrais. Destaca-se a praça próxima à Associação de Bairro AMPA-PI, localizada na Rua Julio Diniz, onde não há iluminação adequada, o espaço é destinado à prática de futebol, porém grande parte de sua área é sub-utilizada.

O acesso ao bairro se dá por transporte público, que por sua vez, é deficitário e demorado, chegando apenas nos corredores que ligam o bairro aos municípios de Itaquaquecetuba e Guarulhos.

O bairro possui um único posto de saúde para atender toda a região (UBS/ PSF), e por isso a população muitas vezes se dirige até o município vizinho, Guarulhos, para receber atendimento. O mesmo ocorre com os moradores de Guarulhos, que utilizam os serviços que o bairro oferece.

Por sua vez, a Base Comunitária de Segurança da Polícia Militar procura fazer um trabalho comunitário junto à população, porém, segundo informações oficiais, não tem conseguido atuar com parcerias locais devido ao desinteresse generalizado no bairro de atuar conjuntamente.

O Programa Creche Comunitária da Secretaria de Educação abre uma nova possibilidade de atuação junto ao governo municipal, mas, principalmente por ser uma iniciativa nova no município, ainda é considerado restrito e insuficiente pelas lideranças entrevistadas. Existe uma Creche Comunitária no bairro e está prevista a inauguração de mais uma em 2008.

Já a iniciativa privada, por meio de empresas localizadas na região do Alto Tietê e da Região Metropolitana de São Paulo, contribui com as entidades locais doando de roupas, brinquedos, alimentos e materiais diversos, que são revertidos para a comunidade através das associações de bairro.

Em relação às associações de bairro, há uma percepção por parte dos entrevistados de que estas são entidades que desviam sua finalidade para questões político-partidárias, deixando de fazer um bom trabalho em prol da comunidade em função de seus interesses eleitoreiros. Essa percepção contribui para a descrença em relação às entidades. De fato, é comum observar representantes de entidades de bairro se candidatarem ou atuarem no meio político, desempenhando funções como a de assessor ou vereador municipal. No ano de 2008, segundo informações locais, o bairro Parque Piratininga terá cerca de 20 candidatos a vereador.

A descrença nas entidades impactou na atuação e nas conquistas das associações, é as histórias se repetem em quase todos os bairros periféricos: a população foi responsável pela construção da maioria dos bairros no passado, e hoje, apesar de ainda existir um número considerável de entidades, estas são desarticuladas e independentes, sem integração e trabalho conjunto. Assim, é importante que a comunidade resgate o conceito de trabalho coletivo e mobilize-se em prol do bem comum.

É importante realizar um trabalho de resgate das questões ligadas aos objetivos das associações de bairro e de seu histórico. É preciso relacionar este trabalho a movimentos sociais, além de utilizar o potencial de organização coletiva em torno de questões comuns. É fundamental envolver os jovens na mobilização comunitária para que haja a renovação dos atores envolvidos na busca por melhorias, garantindo assim, a sustentabilidade do movimento. Algumas das associações do bairro Piratininga são:

- Associação de Bairro Amigos do Parque Piratininga – AMPAPI: entidade bastante atuante no bairro, possui o certificado de OSCIP⁵ e assim como outras associações, mostra-se descontente com as limitações à sua ação e com a impossibilidade de realizar atividades devido à falta de parcerias e verbas. Conforme fala local, isto se deve ao fato da imagem das associações de bairro estarem vinculadas a questões partidárias. Esta entidade foi responsável pela implantação da Base Comunitária da PM no bairro, cedendo o espaço para sua instalação à época.

Em grupo de escuta realizado na entidade a percepção dos líderes comunitários aponta a necessidade de incentivos do Poder Público, além de iniciativas que estimulem ações junto à população para conscientizar a comunidade do papel e função das associações. Os líderes almejam, principalmente, oferecer atividades de desenvolvimento local, tais como cursos profissionalizantes e de geração de renda.

Por sua vez, a Base Comunitária de Segurança da Polícia Militar procura fazer um trabalho comunitário junto à população, porém, segundo informações oficiais, não tem conseguido atuar com parcerias locais devido ao desinteresse generalizado no bairro de atuar conjuntamente.

O Programa Creche Comunitária da Secretaria de Educação abre uma nova possibilidade de atuação junto ao governo municipal, mas, principalmente por ser uma iniciativa nova no município, ainda é considerado restrito e insuficiente pelas lideranças entrevistadas. Existe uma Creche Comunitária no bairro e está prevista a inauguração de mais uma em 2008.

Já a iniciativa privada, por meio de empresas localizadas na região do Alto Tietê e da Região Metropolitana de São Paulo, contribuem com as entidades locais através da doação de roupas, brinquedos, alimentos e materiais diversos, que são revertidos para a comunidade através das associações de bairro.

Em relação às associações de bairro, há uma percepção por parte dos entrevistados de que estas são entidades que desviam sua finalidade para questões político-partidárias, deixando de fazer um bom trabalho em prol da comunidade em função de seus interesses eleitoreiros. Essa percepção contribui para a descrença em relação às entidades. De fato, é comum observar representantes de entidades de bairro se candidatarem ou atuarem no meio político, desempenhando funções tais como a de assessor ou vereador municipal. No ano de 2008, segundo informações locais, o bairro Parque Piratininga terá cerca de 20 candidatos a vereador.

A descrença nas entidades impactou na atuação e nas conquistas das associações, pois as histórias se repetem em quase todos os bairros periféricos: a população foi responsável pela construção da maioria dos

5 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - qualificação dada pelo Ministério da Justiça que traz o reconhecimento oficial e legal mais próximo do que modernamente se entende por ONG, cuja finalidade é facilitar a realização de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda.

bairros no passado, e hoje, apesar de ainda existir um número considerável de entidades, estas são desarticuladas e independentes, sem integração e trabalho conjunto. Assim, é importante que a comunidade resgate o conceito de trabalho coletivo e mobilize-se em prol do bem comum.

É importante realizar um trabalho de resgate das questões ligadas aos objetivos das associações de bairro e de seu histórico. É preciso relacionar este trabalho a movimentos sociais, além de utilizar o potencial de organização coletiva em torno de questões comuns. É fundamental envolver os jovens nesse cenário de mobilização comunitária para que haja a renovação dos atores envolvidos na busca por melhorias, garantindo assim, a sustentabilidade do movimento. Algumas das associações do bairro Piratininga são:

- Associação de Bairro Amigos do Parque Piratininga – AMPAPI: entidade bastante atuante no bairro, possui o certificado de OSCIP e assim como outras associações, mostra-se descontente com as limitações à sua ação e com a impossibilidade de realizar atividades devido à falta de parcerias e verbas. Conforme fala local, isto se deve ao fato da imagem das associações de bairro estarem vinculadas a questões partidárias. Esta entidade foi responsável pela implantação da Base Comunitária da PM no bairro, cedendo o espaço para sua instalação à época.

Em grupo de escuta realizado na entidade a percepção dos líderes comunitários aponta a necessidade de incentivos do Poder Público, além de iniciativas que estimulem ações junto à população para conscientizar a comunidade do papel e função das associações. Almejam, principalmente, oferecer atividades de desenvolvimento local, tais como cursos profissionalizantes e de geração de renda.

- Associação Beneficente Nova Vida: fundada em 2003, tem foco no trabalho social e conta com uma equipe formada por psicólogos, contador, entre outros. Participa dos programas Viva Leite e Fome Zero, atendendo 2.400 famílias inscritas, além de gerir a Creche Comunitária do bairro, oferecendo 50 vagas preferencialmente para crianças que tiverem mães trabalhando. Possui contatos com empresas diversas para doações de agasalhos e brinquedos, e mantém boa relação com o jornal local, acionando-o para divulgação das atividades conforme a necessidade.

Escolas

O bairro Parque Piratininga possui uma escola municipal, uma Creche Comunitária e um complexo de três escolas estaduais (Escola Estadual Parque Piratininga I, II e III), com aproximadamente 4.220 alunos atendidos. Essas escolas estão na encosta de um núcleo habitacional invadido pela população, que não possui saneamento básico e que segundo representantes escolares, “em dia de chuva forma uma cachoeira de esgoto que escorre para dentro da escola”.

Corpo Técnico Piratininga I, II, III

Tamanho da Amostra: 12 / 28 / 15 (respectivamente)

Domiciliados em Itaquaquecetuba: 33,3%, 64,2% 40% (respectivamente)

Assim como nos outros bairros, a pesquisa foi realizada nas escolas estaduais. Na unidade II, escola referência por ter sido premiada pela UNESCO, optou-se por uma aproximação mais profunda, na qual foram realizados grupos de escuta com os jovens para melhor perceber os efeitos gerados pelas mudanças instauradas no espaço escolar. Nas unidades I e III foram aplicados questionários. Com relação ao corpo técnico, todas as unidades tiveram questionários aplicados.

Existe um clima de rivalidade entre os alunos de cada uma das escolas, e há diferenças também em relação à infra-estrutura, como a existência de quadra de esportes somente nas unidades II e III.

Houve um distanciamento ainda maior entre as unidades devido ao diferencial da unidade II, que foi premiada e teve notoriedade na forma de gerenciamento por alguns anos, servindo como exemplo de uma iniciativa que compreendeu a violência além da esfera física e patrimonial.

As escolas I e III são depredadas e pichadas, já tendo sofrido furtos e roubos de materiais. O porte de armas e as bombas caseiras foram citados como formas de violência existentes no local. Essa atitude dos alunos em relação ao ambiente escolar se evidencia através dos equipamentos de segurança utilizados pelas escolas estaduais, que fecharam suas dependências com grades nas janelas, portas, alarmes e câmeras de vigilância. Isso traz um clima tenso e hostil para o ambiente. Como muitos colocam, “parece uma prisão”.

Segundo os professores, a unidade II não apresenta problemas relacionados à infra-estrutura, apenas o número excessivo de alunos em relação ao tamanho das salas de aula. Porém pode-se observar o acúmulo de lixo no jardim atrás do prédio e o considerável número de cadeiras depredadas.

A grande maioria dos educadores mora nos municípios vizinhos e somente a unidade II possui um número maior de profissionais residentes em Itaquaquecetuba. Uma característica marcante no ensino público de forma geral, é a rotatividade de professores, que causa a falta de vínculo e identidade entre eles e o aluno. Da falta de vínculo, resulta a interrupção da seqüência da matéria, e muitas vezes o aluno perde um dia de aula por falta de professores substitutos.

Os profissionais entrevistados afirmaram não se sentir seguros no trajeto ao chegar ou partir da escola, e apontam a falta de iluminação nos arredores e a insuficiente presença da polícia na região como os principais motivos

A Base Comunitária de Segurança, apesar de ter caráter comunitário, não conseguiu atrair o público escolar para ações conjuntas. A grande maioria dos educadores, cerca de 95%, nunca estiveram na Base, mas acreditam que sua presença iniba, pelo menos em parte, as ocorrências de crimes. O corpo técnico sugere uma maior integração do efetivo policial com a comunidade, pois isso resultaria numa maior sensação de segurança para o bairro.

O desrespeito dos alunos com funcionários, a indisciplina dentro da sala de aula e a falta de participação dos familiares nos momentos comunitários da escola são pontos comuns que desagradam os educadores das três unidades.

Jovens: Piratininga I e III
Tamanho da Amostra: 36 / 16 (respectivamente)
Faixa Etária: 14 a 21 / 12 a 16 anos (respectivamente)
Domiciliados no Bairro da Escola: 33.33% e 26.67%

As respostas aos questionários das duas unidades (I e III) apresentaram certa similaridade. A maioria dos alunos mencionou que não se sente segura no ambiente escolar, além de apontar para a presença constante de drogas lícitas e ilícitas como cigarro, álcool e maconha no interior das escolas, com destaque para o tráfico desta substâncias.

A impressão dos alunos sobre a Base Comunitária destaca a existência de falhas, como o pequeno efetivo policial, o desinteresse destes em responder às solicitações da população – conforme casos citados pelos próprios alunos – de uma imagem de repressora e agressiva frente à comunidade.

Segundo depoimentos dos jovens, não existem projetos de incentivo ao seu protagonismo nessas unidades escolares, e eles também não participam de iniciativas fora da escola. A unidade III fica aberta aos finais de semana, porém os alunos mostraram pouco interesse em participar das atividades oferecidas no Programa Escola da Família. A unidade I não abre seu espaço para a comunidade não-escolar nos finais de semana e os jovens desta unidade apresentaram algum interesse nas atividades ofertadas pela unidade III. Vale ressaltar que os jovens da unidade I são motivados e envolvidos quando levantada a questão da oferta de atividades não-escolares e articulação entre diversos atores e públicos, além de mostrarem disposição para o diálogo e o debate de questões relevantes.

Não há espaços de lazer para os jovens na vizinhança, que acabam buscando os bairros e municípios vizinhos para suprir tal necessidade. As praças existentes na região estão sem iluminação e sem condições estruturais, por isso tornam-se espaços de concentração de atividades ilegais, afastando parte dos jovens.

Foram desenvolvidos três grupos de escuta na Unidade II, com alunos matriculados nos períodos da manhã, tarde e noite. O perfil geral dos jovens aponta para o interesse na articulação entre a escola, alunos e a comunidade na realização de trabalhos de integração, na abertura de espaços de diálogo e em atividades realizadas pelos próprios jovens.

Jovens: Piratininga II
Total de grupos de escuta: 03
Número de alunos participantes: 49
Faixa Etária: 10 a 14 anos
Domiciliados no Bairro da Escola: 91,84%

O grupo mostrou no decorrer dos encontros, o quanto a violência está presente na vida de cada um deles, seja em momentos de abordagens policiais agressivas, no meio de um jogo de futebol ou mesmo dentro da escola. Todos apresentam familiaridade e conhecimento com o universo das drogas e da criminalidade, o que não significa que sejam usuários. Tal familiaridade demonstra como essa realidade afeta suas vidas de forma significativa.

Os jovens apontaram a questão da presença excessiva da força física nas suas inter-relações dentro da escola, o que segundo eles demonstra “poder e incentiva um ambiente de brigas e desrespeito”. Afirmando que isso está ligado à forma como são educados hoje, com a falta de diálogo, de carinho e de atenção. Conforme colocaram, “pais violentos geram filhos violentos e o sentimento de inferioridade gera agressividade”.

A polícia tem uma imagem ruim perante os jovens, que vêem os policiais como corruptos, agressivos e geradores do ciclo de violência através da venda de armas e drogas para a criminalidade. A abordagem policial é tida como truculenta e sem diálogo, o que alimenta a dificuldade de relacionamento entre jovens e polícia. Ainda assim, como verificado pela pesquisa com os outros jovens do município, espera-se da polícia uma atuação séria e voltada para o combate à criminalidade. Para que isso ocorra, acreditam que é necessário valorizar mais o policial, pagar melhores salários, e principalmente prover melhores treinamentos e equipamentos. Por fim, todos acreditam que o aumento do policiamento nas ruas pode contribuir para a diminuição da violência na região, e afirmam que a Base Comunitária de Segurança existente no bairro pouco contribuiu para a sensação de segurança dos moradores e alunos, apenas evitando algumas ocorrências na região.

Segundo relato dos jovens com relação à disponibilidade de áreas de lazer, o bairro não possui alternativas, e o Programa Escola da Família é encarado como uma boa opção. Contudo, destacam que desde o início do programa a oferta de atividades diminuiu e elas tornaram-se repetitivas, levando à redução da procura e do interesse por essa alternativa de lazer.

Com relação às drogas, os jovens indicaram que o interesse por elas é muitas vezes fruto da busca por um meio de diversão, pois na falta de opções de lazer e cultura, “muitos jovens acabam no caminho errado”. Mais uma vez, a família é tida por eles como maior responsável na orientação da escolha individual, pois deve prover suporte e orientação ao jovem no enfrentamento de situações de risco. A despeito de todas as dificuldades apontadas, eles têm grande disposição para atuar na busca por direitos e melhorias na escola e no bairro.

A escola Piratininga II foi citada em um estudo realizado pela UNESCO intitulado “Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas”. Além do estudo, a escola teve destaque quando recebeu em 2001 o Prêmio Gestão 2000 - referência nacional em Gestão Escolar - que premia as melhores escolas no que diz respeito à administração e à pedagogia escolar.

“O objetivo central do estudo foi dar visibilidade a experiências que vêm sendo desenvolvidas em escolas públicas que por meio de configurações diversas, têm prevenido e enfrentado situações de violência com repercussões diretas na qualidade da educação” (ABRAMOVAY, 2004:25).

Segundo o estudo, o principal problema enfrentado pela escola antes das experiências transformadoras era “ a dificuldade de relacionamento e compreensão da comunidade escolar, incluindo-se os professores” (ABRAMOVAY, 2004:84). Na pesquisa de campo realizada pôde-se observar que esta foi superada parcialmente, pois a partir do grupo de escuta dos jovens, constatou-se a falta de mecanismos mais efetivos de diálogo direto entre funcionários e alunos, existindo atualmente mecanismos indiretos.

“Apesar de localizada em uma área sujeita à violência, a escola sofria principalmente com problemas internos como pichação, brigas entre os alunos e outras agressões. As mudanças feitas passariam, necessariamente, por transformações nas relações entre os vários atores do universo escolar” (ABRAMOVAY, 2004:84). A escola hoje desfruta de ótimas condições estruturais o que torna o ambiente propício à concentração e conservação do patrimônio.

Algumas das estratégias utilizadas foram, segundo este mesmo estudo:

- “ouvir os jovens, conversar, processos de conscientização e os próprios jovens assumem estas tarefas junto à direção e professores” (ABRAMOVAY, 2004:84).
- Abertura nos finais de semana: atividades desenvolvidas como festas religiosas, atividades esportivas/recreação, trabalho voluntário e projetos da própria escola” (ABRAMOVAY, 2004:84). Além destas novas atividades, foram disponibilizados para os jovens o “pátio e quadra esportiva”.

Também contribuíram positivamente a própria comunidade escolar, que foi procurada pela escola para resolução de conflitos neste caso.

Cabe destacar que “para que essas idéias surgissem, foi preciso criar um espaço para as reuniões pedagógicas, que envolvesse professores e todos os demais funcionários e recriasse o espaço de reunião dos pais, tornando a escola mais atrativa e fundamental, pois também permite que os professores, juntos, possam discutir problemas e apresentar propostas e soluções concretas para os imensos desafios que o cotidiano traz” (ABRAMOVAY, 2004:85).

Esse estudo foi publicado em 2004, porém, o contato realizado com a escola recentemente mostrou que as iniciativas criadas anos atrás, hoje fazem parte da cultura da escola, dos alunos e do corpo pedagógico.

O prédio tem um ambiente agradável com música nos espaços comuns. Há incentivo à leitura através dos “cantos de leitura”, momentos de reuniões de jovens durante os intervalos, e há jornais e revistas disponíveis no período extra-aula. A biblioteca, com acervo de 8.000 livros segundo a direção, é bem utilizada e chega a ter fila no final das aulas para a devolução ou coleta. Porém, conforme escuta aos jovens das outras unidades, o empréstimo para o público não-escolar não acontece da mesma forma que no início de sua implementação.

Os alunos são considerados mais participativos e freqüentes em função do espaço de socialização criado pela escola. Cabe destacar que os principais projetos em andamento são:

- “Dia da Paz”: que comemora um dia significativo no mês em que se trabalha com a paz para o bem coletivo;
- Conselho de Classe: que bimestralmente acontece com a presença de dois alunos por classe e todo o corpo técnico, no qual se discutem questões relativas à escola;
- “Caixinha de Sugetões”: bastante utilizada pelos jovens para sugerir, criticar ou aplaudir algo referente à escola, o que faz com que os jovens se sintam parte ativa do ambiente.

Conclusões gerais: A Violência no Cotidiano da População

No que se refere à sensação de segurança dos moradores em relação aos bairros onde residem, a maioria afirmou sentir-se relativamente seguro, e considera que existem locais muito mais problemáticos que o município de Itaquaquecetuba - apesar das taxas criminais muitas vezes mostrarem o oposto. Os moradores concordam que há a presença constante da violência, porém muitos acham que a fama da região é maior do que a realidade vivenciada. Ainda segundo eles, não existem tantos problemas relacionados à violência quando se trata dos moradores do município, pois são trabalhadores e não estão envolvidos com a criminalidade.

No Parque Marengo encontrou-se uma fala diferente da maioria da população, pois o bairro é considerado extremamente perigoso, inclusive pelos moradores. As diversas falas indicam a diminuição no número de ocorrências devido a acordos entre facções criminosas e não à atuação policial. No passado existiam muitos bares na região, mas o número de ocorrências de violência decorrentes de brigas e agressões físicas, muitas vezes com desfecho letal, fez com que os comerciantes fechassem seus estabelecimentos, e como coloca um morador, “o que antes eram bares, hoje são igrejas”.

O mesmo ocorre no Recanto Mônica, que apresentou relatos constantes de ligação indireta com a violência. Conforme fala local, a população está acostumada com o contexto de disputa por territórios entre facções criminosas, e com o fato de que o não envolvimento nessa dinâmica criminal garante aparente tranquilidade e segurança.

Ambas as regiões (Recanto Mônica e Marengo) são consideradas sem segurança pela população, pois a polícia vai ao bairro somente quando há alguma emergência como homicídio ou na busca por locais de cativeiro.

A visão que os jovens têm da polícia remete ao uso abusivo da força e a uma postura desrespeitosa. Eles atribuem parte da responsabilidade pela violência ao corpo policial, que segundo relatos é muitas vezes conivente com a criminalidade nas ruas. Os jovens sentem-se desprezados e humilhados nas abordagens realizadas pela força policial, pois o contato é extremamente agressivo e truculento. Há relatos de situações onde os denunciante foram delatados ao acusado pela própria polícia. Situações como essa geram uma imagem negativa da polícia, o que inibe qualquer intenção de denúncia ou reclamação futura, uma vez que a comunidade deixa de confiar na polícia. Isso mostra a preocupante inversão de lógica e papéis: a população acaba se sentindo mais segura convivendo com a criminalidade e mais amedrontada em relação à polícia.

O bairro Parque Piratininga possui uma Base Comunitária de Segurança, no entanto o que prevaleceu no discurso dos moradores e alunos foi o sentimento de falta de proteção e o distanciamento da polícia, como em qualquer outra localidade do município que não tem uma Base de Segurança.

O tipo de crime que mais preocupa é o homicídio. Foi mencionado pela Polícia Militar que o número de ocorrências de crimes contra o patrimônio é relativamente baixo e isto estaria associado à carência socioeconômica do município. De fato não houve menção aos crimes contra o patrimônio pela população ouvida.

Contudo, o que se notou em Itaquaquecetuba é que quando se aborda a violência e a insegurança em bairros distantes e vulneráveis, são feitas relações diretas com os homicídios e sempre há um ou alguns casos de pessoas próximas, vizinhos e conhecidos que já foram vítimas dessas ocorrências. O público jovem, por conviver com a mais grave das violências no seu dia-a-dia, carrega de forma latente tais representações cotidianas. Portanto, os valores e princípios tornam-se outros, a relação com a morte é outra e o próprio valor dado à vida também. “Os adolescentes tornam-se, assim, transmissores culturais dessa conduta, que gera para si mesmos, conflitos interpessoais, baixa auto-estima, frustrações e risco de ser tanto agressor quanto vítima, com a possibilidade de perpetuar a violência intergeracional” (BALISTA,2004). Faz-se urgente a necessidade de ampliar o repertório e oferecer novas oportunidades de desenvolvimento individual, social e produtivo aos jovens de Itaquaquecetuba.

Para que a mudança das representações sociais aconteça, é importante observar os fatores que ocasionam esse cenário. Itaquaquecetuba foi por muitos anos uma cidade pouco cuidada pelo poder público. Como já indicado neste diagnóstico, o policiamento, os equipamentos públicos, ou seja, o Estado como representante das garantias de direitos dos cidadãos esteve ausente por muito tempo. Isso deu início a um período de impunidade e à falta de representação da autoridade pública no território, gerando para o município uma imagem de “terra sem lei”. Agora é preciso desconstruir essa imagem negativa criada e unir os esforços dos três setores (governo, iniciativa privada e sociedade civil) para se trabalhar em prol do desenvolvimento local.

4.2 Principais Desafios para a Prevenção da Violência

No decorrer do diagnóstico algumas questões apareceram de forma recorrente na percepção da população e das autoridades públicas, justificando, portanto, uma reflexão mais aprofundada. São elas a violência doméstica, a profissionalização e a violência escolar.

A violência doméstica é um problema grave que atinge mulheres, crianças, adolescentes e idosos. É um tipo de violência menos visível, e que por isso mesmo acaba tendo sérias conseqüências para as vítimas. Para lidar com ela é preciso estabelecer redes de serviços de naturezas muito distintas, como saúde, educação, assistência social, polícia e Conselho Tutelar, entre outros. O papel do governo local passa a ser fundamental, uma vez que ele é responsável por gerir serviços nessas diferentes áreas.

A profissionalização do jovem e do adulto também é uma questão relevante. Por meio dela se dá a inserção no mercado de trabalho, o desenvolvimento produtivo, além da contribuição para o próprio desenvolvimento local. Assim, um cenário em que as pessoas tornam-se produtivas possibilita não somente a diminuição das variáveis que criam um ambiente violento, mas também a melhora no mercado local e de oportunidades. O mesmo raciocínio é utilizado para a questão de como a violência no ambiente escolar pode dificultar o desenvolvimento educacional da criança, do adolescente e impactar uma comunidade inteira.

Essas três temáticas se revelam como importantes desafios à prevenção da violência em Itaquaquetuba.

Violência Doméstica

A violência doméstica, apesar de muito presente, foi citada de forma velada pela população local. Assim, esta análise é resultado de escutas qualificadas e observações de campos minuciosas.

Na maioria das vezes a violência contra a mulher, criança ou adolescente é associada, pela população ao uso abusivo do álcool pela figura masculina. Há também um outro tipo de violência- a negligência por parte de familiares com suas crianças, adolescentes e idosos. Em relação à negligência com crianças e adolescentes, foram constantes os relatos em diversos bairros, evidenciando o descuido das mães, maus tratos, abandono, a falta de higiene e de condições de salubridade.

A pesquisa de campo junto à Pastoral da Criança e as entidades comunitárias revelou que muitos casos de desnutrição chegam às entidades. Os dirigentes destas organizações possuem uma preocupação especial em prover alimentação e condições de higiene adequadas para garantir a continuidade do beneficiado nos serviços prestados.

Outro tema recorrente no município são as ocorrências de abuso sexual em crianças e adolescentes. A comprovação de sua constância pode ser feita através do alto número de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar. Porém, vale ressaltar que nem todos os casos chegam ao Conselho devido ao fato de outros serviços municipais também serem fontes de atendimentos, como é o caso da saúde e dos postos policiais.

Conselho Tutelar

Itaquaquecetuba conta com uma unidade do Conselho Tutelar inaugurada em 1997 para atender todo o município. Sua função é zelar pelos direitos da infância e adolescência, conforme os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, podem ser encaminhados casos de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão que tenham como vítimas crianças ou adolescentes.

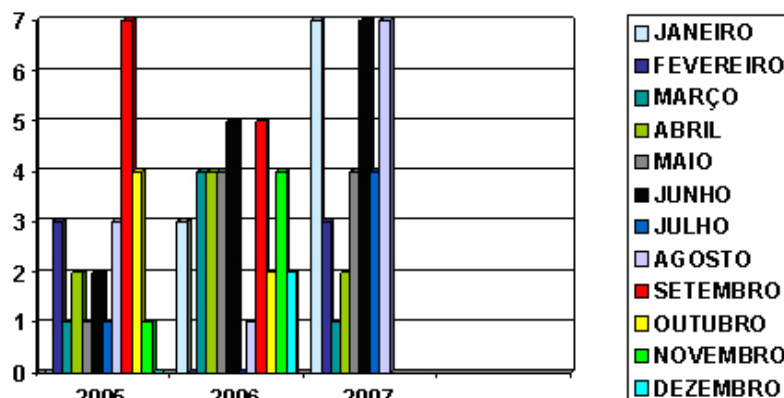
O Conselho Tutelar está localizado em uma área central do município. Dessa forma, a maior parte da população moradora das áreas periféricas encontra dificuldade de acesso aos serviços oferecidos por este órgão. O Conselho é formado por cinco conselheiros, como previsto por lei, para atender uma demanda grande de casos de violências e abusos, muito presentes e constantes conforme foi constatado no contato com a população. Isso acaba impactando na qualidade do serviço prestado pelos conselheiros, que se dividem entre múltiplas funções, possuem somente um carro para transporte em casos de atendimento de urgência e denúncias, e, desta maneira, acabam não conseguindo dar a atenção devida à população e às entidades sociais.

O Conselho Tutelar realiza atendimento de 2ª a 6ª feira das 8 às 17h, com plantões noturnos, à distância e nos finais de semana. Possui um registro de 1754 casos de atendimentos realizados no ano de 2006. Os conselheiros atuais, na gestão desde julho de 2007, possuem registro de 950 atendimentos. Apenas os casos de abuso sexual foram contabilizados até o momento, e são o principal tipo de denúncias recebido pelo órgão.

O gráfico abaixo trata dos atendimentos realizados de 2005 até agosto de 2007. Nota-se um crescimento relativo nos números de atendimentos realizados pelo Conselho. Pode-se associar este aumento ao real crescimento dessa violência ou relacioná-lo a uma demanda reprimida no município, que passou a ser canalizada para o serviço de atendimento em virtude de algum tipo de divulgação ou outra melhoria no serviço.

No ano de 2005 foram notificados 60 casos de abuso sexual. Em 2006 esse número baixou para 49, e até o mês de agosto de 2007, segundo dados do Conselho Tutelar, foram feitas 34 denúncias neste serviço. O abuso sexual é classificado no Conselho Tutelar como ato libidinoso, atentado violento ao pudor e suspeita de abuso qualificada por terceiros.

Gráfico 4 - Ocorrências de Abuso Sexual



Fonte: Conselho Tutelar do Município de Itaquaquecetuba, 2007.

Com relação à violência doméstica - entendida ainda pelo Conselho como agressão entre familiares, espancamento, punição excessiva e o conflito entre responsáveis que atinge de alguma maneira a criança - no ano de 2006 foram notificados 700 casos.

No Conselho os casos estão classificados segundo o órgão através do qual foi feito o encaminhamento e não segundo a tipologia da ocorrência (maus tratos, negligência, exploração etc). Atualmente os conselheiros estão organizando os registros para que possa ser avaliado o crescimento ou queda de cada caso atendido no

município, e principalmente se há a necessidade de mais uma unidade de atendimento. Os encaminhamentos são realizados sem acompanhamento posterior, e na sua maioria seguem para a Promotoria e para projetos vinculados à Promoção Social, o que denota a inexistência de uma rede de proteção e monitoramento dos casos.

No que se refere à coleta de dados, sua importância é fundamental para a elaboração de estratégias de controle e prevenção da violência doméstica. Na área da saúde, percebe-se grande dificuldade na obtenção de dados analíticos de âmbito municipal, como o levantamento estatístico de óbitos, segundo a Secretaria.

O Conselho Tutelar em parceria com a Casa do Adolescente, está em fase de implantação de campanha de alerta e difusão de informações à população, divulgando os procedimentos que devem ser adotados em casos de agressão contra crianças e adolescentes. São informações como os locais nos quais pode-se fazer a denúncia e quais são as penas que podem ser atribuídas ao agressor.

Casa do Adolescente

A Casa do Adolescente faz parte de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde, o Governo Federal e a Secretaria Municipal de Promoção Social, que criaram em 2006 um espaço de atendimento especializado ao adolescente de 10 a 20 anos.

É um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e por isso proporciona atendimento diferenciado ao público adolescente e jovem. Nesse sentido é uma ação importante para o município, já que uma grande parcela da população é composta por jovens e são muito poucos os serviços de atendimento oferecidos a este público.

O Programa apresenta grande variedade de oficinas e um discurso alinhado às necessidades dos usuários. A participação nas atividades é espontânea, ou seja, depende do interesse dos jovens em frequentar o espaço. Os adolescentes são encaminhados ao Centro por diversos órgãos do município, principalmente pelo Conselho Tutelar.

O corpo técnico é formado por uma equipe diversificada, o que permite um suporte amplo aos jovens. A Casa desenvolve grupos socioeducativos com os pais dos jovens em atendimento, o que possibilita a troca de experiências entre famílias que vivem situações similares, assim como um atendimento integral, já que contempla o jovem e seus familiares.

Esses grupos de pais atendidos pelo Programa são, na sua maioria, compostos por pessoas que possuem algum tipo de relação com a violência: seja de forma passiva (por terem sido vítimas), ativa (por terem praticado) ou por se relacionarem com alguém que já sofreu alguma situação desta natureza. A equipe de campo acompanhou um desses grupos, e pôde perceber que o tema da violência é abordado de forma mais ampla no espaço.

Os casos observados vão desde pais que batem em filhos, mães que proibem os filhos de conhecer os pais, até o abuso de poder. Essa experiência conjunta tem ajudado pais que participam da iniciativa, pois é um espaço onde podem trocar informações e ter uma reflexão crítica sobre suas próprias atitudes com a ajuda de um olhar externo, segundo depoimentos.

Por ser vinculada à Secretaria de Promoção Social e não à de Saúde, a Casa possui uma vertente forte para a questão social, e essa intersectorialidade é fundamental para o atendimento integral, um importante diferencial neste caso.

Rede de Sensibilização

Há ainda uma ação desenvolvida pela Casa do Adolescente (CREAS) que visa sensibilizar os corpos técnicos para a temática da violência através do fortalecimento da rede de assistência médica e educacional. Apesar do problema estar presente no cotidiano destes profissionais, muitas vezes os mesmos deixam de tomar uma atitude pró-ativa em relação à questão. Esse trabalho de sensibilização representa uma importante ferramenta para difusão de informação, para articulação entre estes profissionais, e sobretudo, de referência para a própria população. A Casa do Adolescente, portanto, faz parte das poucas iniciativas que estão sendo realizadas por profissionais e responsáveis da área na tentativa de atender parte desta demanda.

Ainda assim, o que se percebe é que o município não está atuando conjuntamente no combate à violência doméstica. Existem iniciativas isoladas, porém estas não são suficientes. Acrescenta-se a isso o fato da violência ser um tema ainda bastante velado junto a população e aos serviços.

A iniciativa de sensibilização sobre casos de violência sexual foi realizada justamente devido à falta de preparo dos profissionais da rede pública em lidar com essa situação. Segundo participantes da sensibilização, a maioria dos casos deixam de ser notificados devido ao medo do profissional em sofrer represálias, à falta de orientação para a identificação de indícios e ao desconhecimento das formas de encaminhamento e denúncia.

A formação de redes integradas de atenção à violência doméstica, sexual e de gênero, é fundamental no desenho de um atendimento digno e eficiente às crianças, adolescentes e mulheres vitimadas. Isso deve envolver os serviços de saúde, educação, assistência social, segurança pública e justiça e sociedade civil.

Programa Sentinela e Casa Aberta – CREAS

O Programa Sentinela, de âmbito nacional, desenvolvido na Casa do Adolescente, oferece atendimento e proteção imediata às crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual. O atendimento é estendido aos familiares dos beneficiados, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da auto-estima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida. Em 2006 o programa atendeu 30 casos e esse número aumentou bastante em 2007, passando para 93 casos até o momento do diagnóstico.

Ainda nessa linha de atendimento do CREAS, existe a Casa Aberta, que oferece atendimento às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Esses Centros visam ofertar serviços de orientação, apoio, proteção e acompanhamento psicossocial e sociofamiliar, assim como plantões sociais, medidas socioeducativas em meio-aberto e que estimulem o convívio comunitário.

A Casa Aberta possui 75 jovens sendo atendidos em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, e segundo informações, deste total, 70% dos casos são resultado de problemas relacionais, consequência de um panorama de desestrutura familiar, falta de assistência ao jovem e limitação na oferta de oportunidades.

Delegacia de Defesa da Mulher

O município de Itaquaquecetuba não possui uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), assim, destaca-se a necessidade de se oferecer um espaço mais adequado e acolhedor às mulheres vítimas de violência. Na cidade a violência sexual e doméstica está relacionada tanto às questões de gênero como à criança e o adolescente. É importante a instalação de uma delegacia especializada com um corpo técnico qualificado, e a criação de uma rede integrada de serviços de atendimento.

Essa ação tem um papel fundamental na mudança de comportamento das mulheres. “Hoje cada vez mais elas estão encorajadas a denunciar as agressões sofridas. Mesmo que os mecanismos de punição desqualifiquem a gravidade dos fatos (isso está mudando), percebe-se que a existência de uma delegacia especializada em atendimento à mulher colabora para que mais e mais mulheres saiam de suas casas e denunciem seus algozes” (FERRAZ, 05).

Hoje, a violência sexual é considerada uma violação aos direitos humanos, e segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), “as conseqüências do abuso são profundas, indo além da saúde e da felicidade individual e afetando o bem-estar de comunidades inteiras.”

Profissionalização

A dinâmica global da economia atual dita as regras ao mercado formal de trabalho, que em municípios marcados pela precariedade, deixa evidente a impossibilidade de cumprir tais exigências. Isso se reflete diretamente nos baixos índices da contratação formal e nos altos índices do mercado informal.

Quando se fala em trabalho e qualificação, se estabelece associação direta à educação enquanto instrumento de desenvolvimento das potencialidades do ser humano. A educação se apresenta então como uma estratégia eficaz no combate ao atual quadro de exclusão.

Nesse aspecto, vale retomar a análise já desenvolvida neste diagnóstico, dos indicadores sociais do município de Itaquaquecetuba, como taxas de analfabetismo, total de vínculos empregatícios e faixa etária média da população. Percebe-se que a média de anos de estudos para a população acima de 15 anos de idade fica em torno de seis anos, e a população com 25 anos ou mais apresenta menos de oito anos de estudo. Disso resultam taxas de 71,92% da população com dificuldade de leitura e interpretação de texto. Configura-se um cenário de grandes obstáculos à entrada do município em um novo ciclo de desenvolvimento.

Os jovens e adultos do município carecem de trabalhos e cursos voltados principalmente à profissionalização, mas também de programas e oficinas que possibilitem o ajuste às demandas decorrentes de um novo ciclo de desenvolvimento. Assim, faz-se necessário promover também a oferta de cursos de curta duração de cunho exclusivamente profissional, que requalifique o trabalhador desempregado para as novas demandas do mercado.

O trabalho de campo constatou que grande parte dos profissionais qualificados que prestam serviço vêm de fora do município, e que um grande contingente populacional de Itaquaquecetuba procura o município pólo da Região Metropolitana de São Paulo para trabalhar ou estudar. O desenvolvimento de mão-de-obra qualificada impactaria positivamente no mercado de trabalho local, possibilitando o desenvolvimento de um mercado de consumo ainda inexistente, que refletiria em receita municipal, e conseqüentemente em melhores condições para a realização de investimentos em infra-estrutura urbana.

É também necessário promover o ensino técnico profissionalizante, por ser uma das maneiras de formar, a curto e médio prazo, novos contingentes de mão-de-obra especializadas. Para tanto, deve atingir dois tipos de público: aqueles que se encontram desempregados e aqueles que ingressam no mercado de trabalho pela primeira vez. Este último público-alvo é de extrema importância quando olhamos para as indicações de falta de oportunidades profissionais dos jovens entrevistados nas escolas públicas do município.

Atualmente o município conta com uma grande parcela da população jovem desempregada e sem oportunidades para o primeiro emprego. Os poucos jovens que indicaram se envolver em atividades extra-escolares apontam para o voluntariado e ações sociais. Diante deste cenário a iniciativa do Liceu de Artes e Ofícios de Itaquaquecetuba destaca-se no município. Neste espaço são ministrados cursos de torneiro mecânico, desenho industrial, informática básica, manutenção de micros, elétrica, assistente administrativo, entre outros. O Liceu conta com o apoio da Secretaria de Promoção Social. e atende jovens participantes do Programa Agente Jovem. Apesar do pequeno espaço físico, organizou suas atividades de forma a criar um ambiente apropriado para o aprendizado, focando as atividades no equilíbrio entre teoria e prática. Cabe destacar que muitos dos instrutores atuais foram alunos.

Outro ponto importante diz respeito à inclusão digital, onde múltiplas iniciativas devem democratizar o acesso a equipamentos de informática. No município nota-se que a presença deste tipo de equipamento faz-se primordialmente com as chamadas “lan houses”, enquanto nas escolas a presença de programas de inclusão digital ou mesmo de computadores é escassa ou limitada. A necessidade de instalação de telecentros e laboratórios de informática nas entidades comunitárias e escolas é de grande importância para o incentivo dessa prática.

Associar questões como profissionalização à temática da Segurança Pública é mostrar que segurança não é somente policiamento. É um tema transversal ao conjunto de políticas públicas municipais. Com um cenário de baixa oportunidade profissional diagnosticado no município, torna-se necessário encarar essa questão como mais uma ferramenta para a prevenção da violência, da mesma forma que deve ser focado o incentivo à ampliação da educação, cultura, esportes e lazer, pois estes também são fatores preventivos que contribuem para o desenvolvimento da população e da região. Este é um grande passo para a prevenção da violência e desenvolvimento do espaço urbano (KAHN, 2007:56).

Por fim, vale destacar os interesses econômicos da criminalidade e da violência na medida em que se constituem como obstáculos ao desenvolvimento da região. A violência também é causa da erosão do capital social (conjunto de normas, formas de reciprocidade e laços de confiança que se estabelecem em grupos ou comunidades na busca por objetivos comuns). “Isto termina corroendo a capacidade das comunidades se auto-regularem e se organizarem para combater o crime. O decréscimo de capital social corrói a capacidade de resolução pacífica de conflitos” (FILHO, 2002:18). O desemprego surge neste cenário como uma variável que contribui direta ou indiretamente para a desestruturação do núcleo familiar e, portanto, do capital social.

Violência Escolar

É inegável que a escola vem passando por um processo de transformação do seu papel na sociedade, sendo constantemente repensada segundo os moldes atuais. Atrair o aluno para dentro da sala de aula e transformar a aprendizagem em algo prazeroso é mais um dos obstáculos a serem enfrentados pelas direções

escolares. Há uma “disputa” com o apelo da Internet, “lan houses” e tantos outros atrativos que o mundo fora da escola pode proporcionar.

Além disso, estudos mostram que a violência também tem um impacto significativo no ambiente escolar, tornando-o pouco apropriado para as aulas. Isso acentua o número de faltas dos alunos, a falta de vínculos destes com a equipe técnica e com o espaço escolar, e a piora na qualidade do ensino. Com os estudos realizados nas escolas de Itaquaquecetuba foram identificados indícios empíricos que revelam a falta de reconhecimento do aluno nas atividades a ele destinadas. A falta de pertencimento ao espaço escolar também foi verificada, contribuindo para depredações, vandalismos e uma relação com o espaço não pautada por regras de convivência pacífica.

A questão da violência no universo escolar vem sendo tema de debates e reflexões, e é um dos grandes desafios enfrentados no sistema educacional atualmente. Segundo Abramovay, há uma diversidade de olhares e percepções em relação a esse tema, porém, na busca de explicações existem fatores externos e internos.

São fatores externos os de ordem socioeconômica, como exclusão social, racial e de gênero, e a perda de referencial entre os jovens, que implica no surgimento de “gangues”, “tráfico de drogas”, desestruturação familiar, entre outros. Apesar da necessidade de analisar a esfera externa, é importante esclarecer que não se trata de vincular de forma determinista pobreza e violência. “A diversidade sinaliza o fato de que ambientes sociais nem sempre produzem práticas escolares caracterizadas pela violência” (SPOSITO, 1998:64).

No que se refere às variáveis internas, sabe-se que estão ligadas ao nível de escolaridade dos estudantes, ao sistema de normas e regras, ao desrespeito de professores com alunos (e vice-versa), à má qualidade do ensino e à carência de recursos, entre outros.

Segundo Milton Santos, os tempos atuais são caracterizados pela competitividade e pelo abandono da noção de solidariedade, o que gerou uma fragmentação da sociedade e o conseqüente abandono e desapareço pelos bens individuais e sociais. É preciso então reconquistar o sentido de solidariedade e coletividade, trazendo os jovens para fazer parte da mudança de identidade, incluindo-os como protagonistas nas ações do seu espaço. Para isso é necessário dar condições e oportunidades aos jovens para construir junto à sociedade esse modelo escolar atualizado onde ele negocia regras junto ao restante da sociedade.

Deve existir um movimento de integração da unidade escolar com o entorno, e uma maior interação entre escola, família e comunidade. Isso se dá com o fortalecimento dos mecanismos que compartilham interesses e objetivos comuns, com a sensibilização dos atores para as formas de violência presentes e com a articulação entre as diferentes áreas governamentais. A implementação de ações pontuais de segurança pública que consigam conjuntamente reverter o quadro da violência que envolve os espaços da escola - e conseqüentemente, seus jovens - também é fundamental. (ABRAMOVAY,2004).

Por mais que sintam-se falta de um movimento propulsor que unifique a escola, ficou claro no decorrer do trabalho realizado nas instituições de Itaquaquecetuba que, apesar de todos os obstáculos enfrentados, os jovens têm uma ânsia muito grande pela realização de ações comunitárias. Muitos deles mostraram um perfil protagonista, crítico, mas ao mesmo tempo desestimulado e cansado. Todos os grupos de escuta realizados foram bem sucedidos, com jovens que participaram ativamente da construção desse diagnóstico acreditando que de alguma forma poderiam contribuir para a melhoria da educação.

Considerações Finais

- Ainda são poucas as iniciativas de programas e projetos sociais de origem municipal, sendo a maioria estaduais e federais.
- As entidades são importantes locais de escuta e acolhimento da população, bem como referência por conquistas de melhorias nos bairros. Algumas delas porém, possuem um histórico marcado por figuras partidárias, e atualmente sofrem para a superação desta imagem junto à população.
- As entidades do município trabalham isoladamente e muitas delas são assistencialistas.
- A população como um todo indica a ausência de policiamento nos bairros periféricos, a falta de prontidão na resposta às solicitações e uma imagem negativa sobre o trabalho policial.
- As entidades de bairro e os moradores que participam do CONSEG mudaram sua visão em relação ao trabalho policial ao serem orientados sobre as questões que envolvem a segurança pública, e assim perceberam como podem efetivamente contribuir com a ação da polícia.
- O CONSEG apresenta dificuldade de divulgação no município, sendo o próprio aparato público desinformado em relação ao seu funcionamento.
- É válida e benéfica a recente parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e entidades comunitárias para a instalação das Creches Comunitárias nos bairros periféricos.
- Existem iniciativas valiosas no espaço escolar, como a realizada na Escola Parque Piratininga II que deve ser replicada e valorizada pelo município.
- A grande parte das vagas ocupadas por profissionais qualificados no município é preenchida por munícipes vizinhos, e não por residentes de Itaquaquetuba.
- O Conselho Tutelar é uma importante referência para a população e para as instituições de ensino e assistência social.
- A falta de áreas de lazer fica evidente quando levantada a questão da violência nas escolas, pois estas são referências para o lazer e encontro de jovens.
- As escolas do município enfrentam problemas importantes de infra-estrutura, presença de armas e drogas, além de vandalismo, indisciplina e agressões verbais. Muitas sofrem também com a ausência de policiamento e iluminação pública no entorno.
- Os jovens têm na figura do policial uma imagem marcada pela violência e agressividade. Neste sentido, iniciativas como o JCC e PROERD revelam importantes resultados de transformação positiva.
- A relação da população com a criminalidade e violência é marcada principalmente por homicídios, violência doméstica e ausência do Poder Público. Enquanto a violência doméstica é relacionada ao consumo de bebida alcoólica pela figura masculina, relatos indicam a juventude como envolvida mais com a venda do que propriamente com o consumo das drogas.

5. Recorte Específico - a Questão do Furto de Cabos e Ferro-Velho no Município

A Dinâmica do Furto de Cabos

O furto de cabos afeta empresas de telefonia e iluminação, sendo a Eletropaulo (Bandeirantes no caso de Itaquaquecetuba), o Departamento de Iluminação Pública e a Telefônica as principais prejudicadas no estado de São Paulo.

Os cabos que transportam energia elétrica não são energizados em determinados períodos, pois possuem fotocélulas acionadas das 18hs às 6hs, o que facilita a ocorrência de furtos nos períodos diurnos. No campo da telefonia o panorama é complexo, pois os cabos não apresentam nenhum tipo de dificuldade para a sua remoção, já que não são energizados.

O problema com cabos e fios telefônicos envolve pelo menos três tipos de crime: o furto, o roubo e a receptação, todos classificados como crime contra o patrimônio. O furto envolve a subtração de coisa alheia sem uso da violência ou de grave ameaça, o que o diferencia do roubo, praticado mediante violência e/ou grave ameaça. Já a receptação é a aquisição, recebimento, transporte ou ocultamento de coisa que sabe ser produto de crime.

O furto é um crime com características diferenciadas, pois o autor age na invisibilidade. Por não ser violento é comum que seja julgado de forma mais amena, e em muitos casos os envolvidos acabam detidos por um mês no máximo.

No cenário de furtos de cabos e fios em São Paulo, destaca-se o trabalho desenvolvido pela 3ª Delegacia de Polícia Especializada em Furtos de Fios e Roubos Especiais. Alocada no DEIC, a Delegacia apura crimes que não foram solucionados pelas DPs locais em um prazo de 30 dias. Isso caracteriza uma linha de trabalho independente entre as delegacias e as DPs locais, que por sua vez, não são subordinadas à 3ª DP.

Segundo representante da 3ª DP Especializada, “o furto de fios e cabos é um terreno fértil hoje. Esta onda piorou devido a situação social do país e pelo fato de ser um material de liquidez imediata, vira dinheiro rápido. Além disso, pela sensação de impunidade (...) O mercado ilegal de metais ferrosos é mais perigoso que o de carros pois não temos como identificar sua origem real. A luta desenfreada pelo cobre é assustadora”.

O principal alvo da 3ª DP é o interceptador, ou seja, na sua maioria o ferro-velho ou o sucateiro. Para atingir estas pessoas são firmadas parcerias com Prefeituras e forças policiais, no intuito de estabelecer regras e medidas administrativas para lidar com o problema. No caso da Telefônica existem agravantes ligados aos serviços terceirizados. A empresa conta com mais de 25 mil trabalhadores terceirizados, e constatou-se que um número alto dos casos de furtos são decorrências de fraudes envolvendo serviços que cuidam da manutenção e recuperação das redes.

No mercado ilegal o preço do cobre varia entre R\$ 10,00 e R\$ 14,00 o quilo, sendo os cabos da Telefônica os de maior pureza e, conseqüentemente, os mais bem cotados.

Público Envolvido e o Perfil do Mercado Ilegal

Já foi mencionado anteriormente o impacto que esse furto causa para a população em função do corte das linhas de telefone. Mas outras pessoas em várias instâncias estão envolvidas de forma direta ou indireta nesse crime, e isso gera diversos reflexos na sociedade. Ao lado, um fluxograma que ilustra a cadeia do furto de cabos e seus reflexos.

Figura 5. Cadeia e Reflexos do Furto de Cabos.



De forma geral, existem dois perfis de ocorrências: os grandes furtos e os pequenos. Os primeiros envolvem o crime organizado e técnico. Na maioria dos casos são realizados por vários autores ao mesmo tempo e com aparato profissional, o que permite o furto de um alto montante de cabos, gerando grande prejuízo.

O pequeno furto é o mais recorrente, e é realizado na sua maioria por pessoas socialmente vulneráveis e sem especialização no crime, que se aproveitam da singularidade da situação para tirar proveito do material.

Apesar do perfil diferenciado, os dois tipos de ocorrência geram os mesmos prejuízos e fazem parte da mesma cadeia. A principal diferença entre os dois é a presença ou não de um receptor entre o ato do furto e a revenda do material, pois muitas vezes o autor do crime de menor porte é aliciado ou está ligado a um receptor do crime organizado, que repassa o material para compradores de médio porte. Já a quadrilha especializada repassa a mercadoria sem intermediários, provavelmente para o mesmo segmento de compradores clandestinos.

Segundo estimativa da 3ª DP, São Paulo tem em média 800 desmanches clandestinos. Nestes casos a 3ª DP usa a interdição como medida administrativa de coerção. Conforme diz um informante “O que queremos é asfixiar a fonte, os ferros-velhos, a face oculta. A Nota Fiscal veste o material com legalidade e dificulta ainda mais o trabalho. É preciso efetivar medidas legais que dêem respaldo à fiscalização”.

Em Itaquaquecetuba existem aproximadamente 50 ferros-velhos cadastrados pela Prefeitura, porém sabe-se que esse universo é bem maior e que os estabelecimentos na sua maioria atuam de forma irregular.

Cabe destacar que os municípios de Mogi das Cruzes e Suzano possuem leis específicas para esse segmento, que regularizam operações de fiscalização nos espaços de revenda e serão abordadas adiante. O município de São Paulo, assim como Itaquaquecetuba, não possui nenhum tipo de regulamentação ou lei específica, o que dificulta a ação da polícia e facilita a do mercado clandestino.

Conforme informações obtidas, existem dois possíveis receptadores do material furtado: o ferro-velho e empresas usuárias do cobre como matéria-prima. Essas empresas que compram o material diretamente da quadrilha ou de um receptador, neste caso os ferros-velhos.

Especificidades Locais

Itaquaquetuba apresenta um cenário crítico no que diz respeito ao furto de cabos, segundo representantes das polícias, pois combina diversos fatores que propiciam a ocorrência deste tipo de crime, e ao mesmo tempo, dificultam a prevenção e repressão.

O município combina áreas urbanas e rurais, especialmente nas áreas distantes das regiões centrais, muitas delas ermas, sem iluminação ou asfaltamento, e portanto, de difícil acesso.

Outro fator mencionado foi a questão da insegurança pública aliada à ausência, durante anos, de quaisquer instâncias do poder público, o que propiciou e facilitou o incremento da criminalidade na região. Além disso, no aspecto socioeconômico, o município é precário: apresenta altos índices de vulnerabilidade, alta taxa de desemprego, baixa renda per capita e baixo nível escolar por habitante. Todos esses fatores de risco formam um ambiente propício ao desenvolvimento de atividades criminais.

Neste cenário podemos destacar que os fatores de precariedade da infra-estrutura, falta de oportunidades sociais e econômicas, ausência de serviços públicos, policiamento, e fiscalização de estabelecimentos, são geradores dos altos índices de furtos de cabos.

A Telefônica, para lidar com o problema do furto de cabos, possui uma área específica de segurança voltada para os segmentos investigativos e repressivos, que auxilia a polícia local no trabalho de combate a este crime.

Ainda assim, é necessário que sejam tomadas medidas administrativas no âmbito municipal, que completem qualquer esforço que seja realizado, como a mencionada implementação de lei que regularize os ferros-velhos e dê respaldo para a fiscalização desse segmento de comércio. Segundo informações locais, o projeto da lei já foi elaborado no município e está sendo estudado pelos vereadores e pelo departamento jurídico municipal.

No contato com a população é recorrente a fala a respeito desse assunto, seja com enfoque no crime, ou na falta constante de linhas telefônicas em determinadas regiões. A população encontra-se refém dessa situação a partir do momento em que fica sem telefone por dias seguidos, devido ao furto. Além do mais vivem amedrontados pois têm ciência de quem são os autores dos furtos, e quando estes acontecem não denunciam devido ao risco de retaliação.

Diante deste cenário o trabalho de conscientização da população é importante para estimular a contribuição com o trabalho policial via denúncia anônima, já que grande parte das informações fornecidas através desse meio revelam-se corretas e auxiliam a polícia no trabalho de investigação e repressão ao crime.

Em entrevista no 1º Distrito Policial de Itaquaquetuba, foi destacada a constância do registro de ocorrências feitas pela Telefônica relacionadas ao furto de cabos na região coberta pela delegacia. Esse tipo de delito, que em

sua maioria ocorre durante o período noturno, chegou a ser registrado três vezes por semana. Os locais apontados como de maior incidência no município são a Estrada São Bento, a Estrada do Tronco e a Estrada do Pium.

Impacto Social, Ferros-Velhos e Perfil do Autor dos Furtos

Além da questão criminal propriamente dita, o furto de cabos acarreta importantes impactos sociais, entre eles a impossibilidade de acessar serviços essenciais, como de saúde e polícia. Para tentar mapear e compreender tais impactos, foi feita uma divisão de três esferas a partir das quais é possível compreender melhor os efeitos não criminais do furto de cabos, assim como identificar outras características relevantes desse fenômeno. São elas:

- a sociedade: que sente diretamente o impacto de ter a comunicação ou energia elétrica cortada em função do furto de cabos;
- os ferros-velhos: grupo que comercializa o cobre, comprando e revendendo;
- os autores do crime: que possuem perfis diferenciados que podem ajudar a compreender melhor qual a dinâmica criminal e social envolvida nesse tipo de delito.

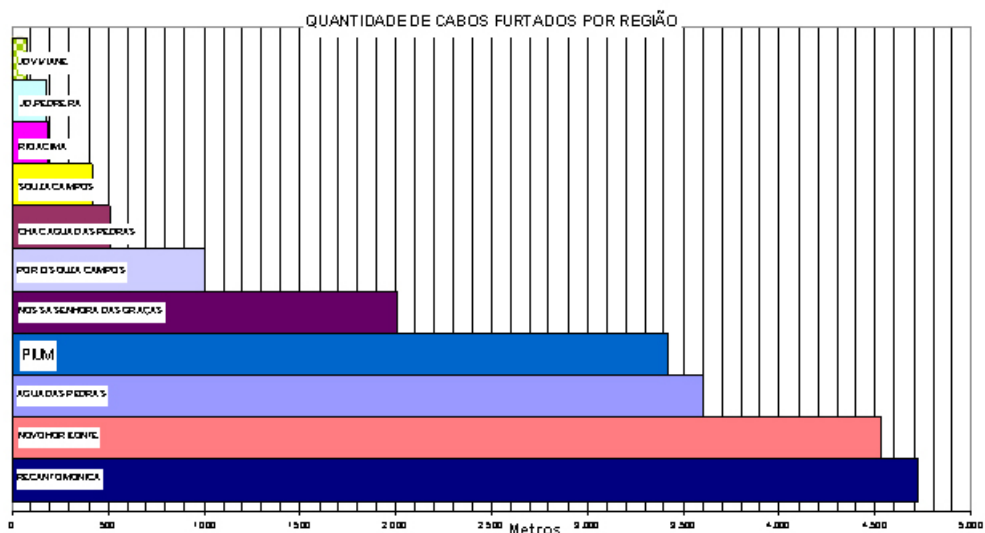
A partir dessas esferas, foi realizado um trabalho de pesquisa detalhada no município. Foram mapeadas as principais conseqüências do furto de cabos para diferentes grupos com o objetivo de identificar o impacto social, foi realizado mapeamento da dinâmica de trabalho dos ferros-velhos e das especificidades locais, e por fim foram analisados os diferentes perfis de autores encontrados.

Para trabalhar com a sociedade, foram aplicados questionários para representantes de equipamentos públicos como postos de saúde e escolas, projetos sociais e entidades locais situados nas regiões mais afetadas pelo furto. Para trabalhar com os ferros-velhos, foram realizadas visitas e conversas com proprietários e responsáveis de estabelecimentos cadastrados junto à Prefeitura e à Telefônica, a partir de um roteiro pré-estabelecido. Por fim, para trabalhar com o autor foi realizada uma análise de informações provenientes de Boletins de Ocorrência e de artigos veiculados pela mídia impressa.

As regiões percorridas foram estabelecidas com base nos índices de furto de cabos da Telefônica, sendo selecionados os quatro principais endereços/bairros afetados, conforme mostram os gráficos a seguir.

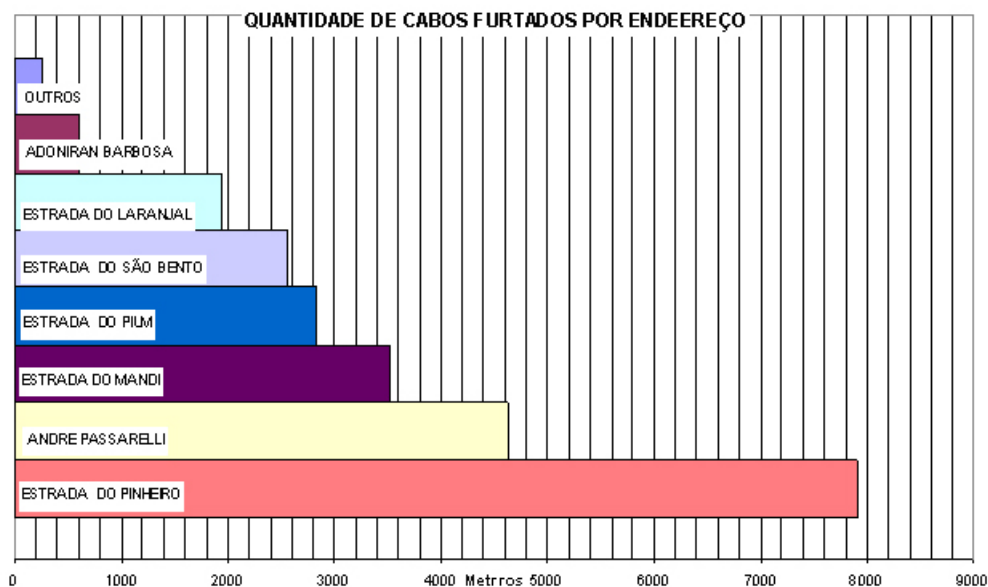
1. Recanto Mônica / Estrada do Pinheirinho
2. Novo Horizonte / Estrada do Laranjal e do Mandi
3. Água das Pedras / Estrada do Mandi
4. Pium / Estrada do Pium com São Bento

Gráfico 5. Quantidade de Furto Cabos por Região



Fonte: Dados área de Segurança da Telefônica. Trabalhados pela equipe Mapa da Paz, Instituto Sou da Paz, 2007.

Gráfico 6. Quantidade de Furto Cabos por Endereço



Fonte: Dados área de Segurança da Telefônica. Trabalhados pela equipe Mapa da Paz, Instituto Sou da Paz, 2007.

Os Prejuízos

Foi constatada a falta do serviço telefônico com periodicidade mínima semanal nas regiões alcançadas pelo estudo. Há a associação direta das chuvas e da falta de energia com a falta do serviço telefônico, porém o furto de cabos é tido como o principal motivo.

O impacto gerado pela ausência da linha telefônica aparece em diferentes relatos, que reforçam a constância dos prejuízos em todos os âmbitos. Foram citados casos de prejuízos financeiros pelos estabelecimentos comerciais por causa de: não-realização de vendas com cartão de crédito ou débito; impossibilidade de contatar fornecedores, gerando falta de produtos; falta do recebimento de pedidos de mercadoria; impossibilidade de comunicação com os contadores dos estabelecimentos e ausência de contato com os funcionários dos locais.

Com relação às associações de bairro entrevistadas, apareceram dificuldades ligadas à impossibilidade de agendamento médico para a população; mães sem contato com a creche para dar ou receber recados sobre a criança atendida; perda de prazo para retirada de doações de empresas e perda de contato telefônico e da oportunidade de visita dos internos atendidos pelo Centro de Reabilitação. As escolas entrevistadas relataram basicamente as mesmas dificuldades, apontando a impossibilidade de contato com as famílias dos alunos, com a rede de contatos diários e impossibilidade de solicitações burocráticas via internet.

O Posto de Saúde e a unidade de atendimento social do bairro Recanto Monica (CRAS) afirmaram que nunca ficaram sem a linha telefônica, porém vale ressaltar que os entrevistados eram novos nos espaços pesquisados, e conforme relato de moradores antigos a falta de serviço telefônico é bastante comum nesses espaços.

Com relação aos moradores, o caso relatado mais significativo foi o de uma pessoa que deixou de receber crédito bancário em decorrência da impossibilidade de contato telefônico para checagem de dados pessoais.

O que chama atenção após o trabalho de campo e as análises em torno desse tema é que além do impacto nos serviços de emergência, que ficam incomunicáveis após a queda da linha telefônica, o cotidiano de um bairro é tremendamente afetado pela falta desse serviço. Conforme relatos, a frequência desse fato é tão recorrente que a população se sente constantemente lesada, e na sua maioria se mostra extremamente indignada com essa situação. Isso é um fator que traz à tona a possibilidade de um trabalho de conscientização em relação ao furto e seus danos sociais, pois a população se sente prejudicada, sabe quando são realizados os furtos e muitas vezes quem são os autores. O que lhes falta é ter uma posição crítica em relação à essa situação, mas para isso é necessário que se sinta respaldada e valorizada por essa atitude.

Conforme apontado na análise territorial e apurado pelo mapeamento de impacto social do furto de cabos, há uma dinâmica perversa relatada pela população local. Existe uma espécie de pacto tácito entre a comunidade e criminosos locais, que garante a aparente “segurança e tranquilidade” com a lógica do “não mexemos com eles e eles não mexem conosco”. No entanto, tal lógica sobrevive em função do medo que a comunidade sente em realizar qualquer atividade que possa, de alguma forma, afrontar criminosos locais, mesmo que estas atividades melhorem sua qualidade de vida. A denúncia está diretamente ligada à quebra desse pacto, e como a população não tem respaldo e garantia por parte do Estado para assumir essa postura, acaba não efetuando a denúncia.

Mesmo que pese o medo e o risco, vale a pena investir na conscientização da população sobre a importância da denúncia. Segundo informações da 3ª Delegacia de Polícia Especializada em Furto de Fios e Roubos Especiais, “80% das informações fornecidas são verídicas, o povo sabe quem furta e quem compra”. Assim, é importante destacar que a denúncia pode ser feita de forma anônima.

As Esferas Estudadas: Especificidades

Sociedade

Foi realizado um levantamento dos equipamentos e informações específicas encontrados em cada bairro, assim cabe indicar que as porcentagens resultantes são referentes ao total de entrevistados, especialmente nas questões onde havia a possibilidade de indicar mais de uma alternativa:

1. Recanto Mônica: 02 escolas públicas, 01 Unidade Básica de Saúde, 01 Centro de Atendimento de Assistência Social (CRAS), 02 associações de bairro e 02 estabelecimentos comerciais (supermercados)
Ferro-velho: 01 estabelecimento (do José)
Total da amostra: 10 locais entrevistados

Principais Pontos: O bairro fica sem linha telefônica em média duas vezes por semana. O final de semana foi citado como um período crítico na região do Merendá, próximo à escola. Todos os entrevistados conhecem a realidade do furto de cabos e sabem que este ocorre próximo às chácaras durante as madrugadas. O serviço leva aproximadamente um dia para ser restabelecido.

As principais razões citadas para a interrupção do serviço foram, prioritariamente: furtos (75%), falha técnica (50%), chuva (37,50%) e falta de energia (37,50%) (considerando que os entrevistados responderam mais de uma alternativa).

Com relação aos serviços de atendimento das prestadoras, a metade dos entrevistados considera o atendimento da e o restante indica um tempo elevado de espera.

2. Novo Horizonte: 01 estabelecimento comercial (material de construção), 01 associação de bairro e 01 morador, não possui aparato público.
Ferro-velho: 02 estabelecimentos (Arrastão do Negão e Santa Rita)
Total da amostra: 05 locais entrevistados

Principais Pontos: O serviço telefônico é interrompido mais de uma vez por mês e, segundo 100% dos entrevistados, chega a levar cinco dias para ser restabelecido. O serviço de manutenção das prestadoras de telefonia é considerado inadequado devido à demora no conserto das instalações, bem como ao atendimento telefônico oferecido pela prestadora.

Apesar de relatos dos entrevistados apontarem questões climáticas como causadoras da interrupção da linha telefônica, segundo 100% dos estabelecimentos entrevistados os furtos de cabos são a causa da falta de telefonia. Afirmando ainda que, na sua maioria, tais delitos não são cometidos por moradores do bairro, pois na região todos sofrem com a falta desse serviço. A autoria do crime é creditada a indivíduos de bairros próximos.

3. Água das Pedras: 01 estabelecimento comercial (comércio de ração), 01 organização não-governamental (Casa de Recuperação de Dependentes Químicos), 01 morador (foi priorizada a atuação junto à estabelecimentos comerciais), não possui aparato público.

Ferro-velho: o bairro não possui esse tipo de estabelecimentos

Total da amostra: 03 locais entrevistados

Principais Pontos: O estudo mostrou que o bairro permanece mais de uma vez por semana sem o serviço, tendo havido melhora recente após a troca da fiação feita pela prestadora. O atendimento foi considerado adequado por 67% dos entrevistados, apesar do congestionamento das linhas e da circulação pelos vários ramais da Telefônica. Além disso, os relatos indicam uma demora para restabelecimento do serviço de até três dias após a interrupção.

Cabe destacar que 67% dos entrevistados usam o recurso pessoal de telefonia celular para dar continuidade às suas atividades. Os relatos confirmam a relação entre a falta de serviço telefônico e os furtos de cabos em 100% dos entrevistados, que constantemente sentem o cheiro de plástico queimado (que envolve o fio de cobre). Segundo relatos locais, o furto é cometido por pessoas envolvidas com a venda de sucata e não tem ligação com a criminalidade local nem com o tráfico de drogas.

4. Pium/ Jardim Félix/ Vila Augusta: 03 estabelecimentos comerciais (lava-rápido, comércio de produtos de limpeza e mercearia), 02 associações de moradores, 01 templo espírita, 01 costureira autônoma, não possui aparato público

Ferro-velho: o bairro não possui esse tipo de estabelecimento.

Total da amostra: 07 locais entrevistados

Principais Pontos: A região sofre com a falta do serviço telefônico mais de uma vez na semana e a pesquisa junto à sociedade mostrou que o atendimento da prestadora e da terceirizada é considerado inadequado. Os entrevistados indicam que há longo tempo de espera, falta de informações sobre as causas do problema e demora para o restabelecimento do serviço quando este é cortado.

Relatos apontam que neste bairro, quando a empresa terceirizada realiza a manutenção da linha prejudicada, é comum a interrupção imediata da linha de casas vizinhas, ou seja, os erros na manutenção cortam outras linhas diretamente ligadas à que estava sendo reparada. Outra fala ouvida na pesquisa de campo é em relação à inexistência de descontos na conta telefônica, tendo em vista o número de dias que as linhas ficam fora de serviço. A população se vê obrigada a pagar a integralidade da assinatura mensal, sem utilizar o serviço na sua totalidade.

Os furtos foram considerados por 66,67% dos entrevistados como a principal causa da falta de linha telefônica, seguidos da chuva (83%), falta de energia (50%) e falta de competência técnica dos executores da manutenção (50%).(considerando que os entrevistados responderam mais de uma alternativa).

Imagem da Prestadora de Serviços Telefônicos junto à População

A população das áreas pesquisadas neste levantamento de impacto avalia, de maneira geral, o atendimento telefônico de forma positiva. Porém, houve uma informação recorrente nas pesquisas, principalmente, no Jardim Novo Horizonte e Pium, que revelou o descontentamento em relação ao serviço de manutenção técnica, que gerou denúncias dos moradores na maioria dos bairros.

Moradores relataram que prestadores de serviço de manutenção estariam realizando ligações telefônicas pessoais utilizando-se dos equipamentos da manutenção técnica. Estes notaram por diversas vezes os operadores nas caixas de distribuição de linhas telefônicas, em conversas de cunho pessoal, e posteriormente suas contas telefônicas apresentam cobranças de ligações feitas para telefones celulares e interurbanos nunca utilizados pelo assinante da linha.

Muitos moradores indicaram sofrer também com a falta de competência técnica destes prestadores, uma vez que para restabelecerem os serviços acabam interrompendo outros do entorno. Outra reclamação feita diz respeito à impossibilidade de efetuar ligações interurbanas e para celulares dos telefones públicos do bairro do Pium, pois segundo foi indicado, há um grande número de ligações realizadas clandestinamente a partir nos telefones do bairro, e a operadora optou por cortar o acesso de toda a região. Isto refletiu negativamente nas atividades dos moradores - especialmente a entidade que possui o equipamento para atender o público local, que não pode disponibilizar o serviço de forma completa.

Outro problema indicado pelos moradores foi relacionado às instalações, uma vez que em dias de chuva ficam sem este serviço e creditam a causa aos postes de madeira e à falta constante de energia elétrica.

Ferros-Velhos

A pesquisa realizada nos ferros-velhos usou como referência a lista de estabelecimentos fornecida pela área de segurança da Telefônica e os cadastrados pela Prefeitura, priorizando aqueles localizados nos bairros de maior incidência de furtos de cabos. A seguir estão os estabelecimentos pesquisados:

Nome	Nome atual	Endereço	Nº	Bairro	Status
JB Comércio de Resíduos em Geral Ltda	Jb Sucatas	Estrada Bonsucesso	1726		Não Existe
PLM Sucatas em Geral		Estrada do Bonsucesso	176	Rio Abaixo	Não Existe
Domingos Bispo dos Santos		Estrada do Mandi	1748	Jd Adriane	Não Existe
Elaine Omi Macedo		R. Panorama I	0	Jd. Maragogipe	Não Existe
Nelson de castro Sucatas	Braço Forte	Rua Panorama II	189	Jd Maragogipe	OK
G. M. Recicla LTDA ME	G. M. Recicla	Rua da Sede	235	Pq Novo Horizonte	Ok
Sebastião Tomaz Santos Filho	Arrastão do Negão	Estrada do mandí	1950	Pq. Novo Horizonte	Ok
Sivanete Soares dos Santos Sucatas ME	Família				
Mercatudo		Estrada do Pinheirinho Novo	137	Jd. Caiuby	Ok
-	Zé do Brejo	R. Mendonça (travessa da Avenida Mirandópolis)	S/N	Recanto Mônica	Ok
-	Santa Rita	Estrada do Mandi	1680	Jd. Adriane	Não respondeu

Fonte: Dados área de Segurança da Telefônica. Trabalhados pela equipe Mapa da Paz, Instituto Sou da Paz, 2007.

A aproximação com os ferros-velhos foi sempre permeada por um clima de tensão por parte dos estabelecimentos, que recebiam a equipe com desconfiança. Houve até um caso de recusa em participar da pesquisa.

Na maioria dos casos, quem respondeu a pesquisa foi um funcionário responsável, pois os donos não estavam presentes. Os entrevistados afirmaram não receber incentivo algum por parte da Prefeitura, e quando questionados, não sabiam o significado de cooperativa e qual a sua função.

A única forma de trabalho conjunto entre os ferros-velhos é o intercâmbio de materiais, pois a grande maioria compra ou revende entre o segmento, e em alguns casos negociam com carreteiros ou empresas do município e arredores. Nenhum entrevistado mencionou iniciativas de associação para busca de melhorias coletivas.

Vale notar que as parcerias são estabelecidas por contato direto entre o ferro-velho e as empresas que comercializam o material diretamente, sem intermediações. A relação de troca entre estes estabelecimentos define-se pela rede de contatos com empresas compradoras que cada um possui, sendo disponibilizado de forma pontual e interpessoal. Os materiais comercializados são diversos, variando desde papelão e plástico até ferro e alumínio. Nenhum caso mencionou o cobre.

De maneira geral, o que se percebe é que esse segmento é extremamente isolado de qualquer contato com a administração pública. Quando questionados sobre o tipo de incentivo que gostariam de receber para ajudar o segmento, não souberam responder. O único relato foi sobre a necessidades de arrumar as ruas para facilitar o transporte de materiais.

O setor de ferros-velhos ainda é pouco organizado e articulado. Há pouco conhecimento sobre as possibilidades de integração, organização e profissionalização. O fato de muitos deles exercerem atividades ilegais e se relacionarem pouco com outros setores mais organizados e estruturados, contribui para que o setor tenha um perfil pouco acolhedor e receptivo.

Em Itaquaquetuba não existe fiscalização sobre os ferros-velhos. Qualquer intervenção voltada ao segmento somente será efetivada com o apoio paralelo da Prefeitura e da ação policial.

Existem muitas iniciativas em andamento no que diz respeito à coibição da atuação ilegal desse comércio, e essa sem dúvida é uma das principais estratégias para a inibir o furto. Em São Paulo, há projetos articulados por empresas e poder público, que apresentam bons resultados na fiscalização dessa área, e sua multiplicação deve ser incentivada.

Temos como exemplo a operação Ferrolho, uma parceria entre a Diretoria de Segurança de Suzano, a empresa INFRATEC de Segurança Privada, Polícia Militar, setor de Fiscalização da Prefeitura de Suzano, Vigilância Sanitária, Secretaria da Receita/Tributos do Município de Suzano e representantes das empresas de telefonia, energia e iluminação pública. Segundo informações obtidas na 3ª DP Especializada (DEIC), o foco da ação é coibir a receptação de material de origem suspeita ou criminosa, pois a maioria dos estabelecimentos não possui mecanismos que controlem a origem do material. Assim, a operação atua com foco na regulamentação e exige que os ferros-velhos portem dados sobre a fonte de compra do material, mesmo quando esta for pessoa física, cobrando o CPF e RG.

Os setores da administração pública estão envolvidos na identificação e qualificação das condições de cadastramento e salubridade dos estabelecimentos, enquanto que as empresas prejudicadas são acionadas para a identificação do material apreendido.

Em Mogi das Cruzes, município que possui lei específica para este segmento comercial “a Prefeitura em parceria com as Polícias Militar e Civil e empresas do ramo de telefonia e elétrica realizaram um trabalho forte nos sucateiros e ferros-velhos da região, o que levou à redução de 70% dos furtos, agindo em cima da regulamentação que nem na capital de São Paulo existe ainda”, segundo informante da 3ª DP especializada. A Lei Municipal nº 5.565 de 17 de dezembro de 2003, prevê a proibição da venda de fios de cobre e tampa de poços, e foi alterada em 2005 dando início ao processo de fiscalização desenvolvido pela Coordenadoria do Procon de Mogi das Cruzes. Segundo esta Coordenadoria o importante para se combater este tipo de crime com sucesso é a criação de uma força tarefa composta por diversos atores como a Promotoria Pública, as Polícias Civil e Militar, além de setores de fiscalização como o Procon e da área de segurança das empresas afetadas.

A força tarefa desenvolvida em Mogi das Cruzes prevê funções específicas para cada parte envolvida, como a análise criminal dos fatos apurados e material apreendido, efetivação do B.O., prisão, autuação (no caso de ausência de cadastramento), policiais de campana no estabelecimento indiciado e empresas para identificação do material apreendido. Este grupo realiza reuniões mensais, mantendo uma relação de constante proximidade.

O coordenador do Procon destaca a importância do desenvolvimento de um “trabalho em tempo real, com o uso de celulares para acionar todos os envolvidos, e não esperar três ou cinco dias para efetivar o B.O.” para a efetividade da ação.

Vale ressaltar que a maioria dos ferros-velhos visitados em Itaquaquetuba apresentaram um ambiente sujo e mal cuidado. Muitos deles são descobertos, expostos a chuva e sol constantes, e com funcionários mal equipados e desinformados sobre a atividade que exercem. Na maioria dos casos, os estabelecimentos são sediados em bairros periféricos. Trata-se de um segmento desvalorizado pelas autoridades locais, distante de qualquer incentivo ou relação com a administração pública, apesar de ocupar espaço de destaque na economia e na reciclagem nacional.

Autor

Recentemente um grande número de matérias jornalísticas abordou o tema do furto de cabos, e essa foi uma fonte de informação para a análise e estudo das variáveis desse crime. Foram pesquisados aproximadamente 30 artigos da imprensa publicados nos últimos seis meses, que serviram de base para as informações fornecidas a seguir, assim como os relatos obtidos no trabalho de campo e o material de investigação interna fornecido pela Telefônica.

Houve certa dificuldade na obtenção de informações relacionadas ao perfil dos autores do furto, pois somente quando ocorre o flagrante é possível levantar as características do indivíduo no Boletim de Ocorrência. Quando se trata do furto de cabos telefônicos, que com frequência ocorre durante a madrugada, os flagrantes são pouco comuns em Itaquaquetuba.

Não foi possível conseguir junto às Delegacias de Polícia locais o levantamento dessas informações, pois somente a DP Central possui flagrantes desses casos, e seu número é irrisório, segundo fonte local. Porém foi possível obter junto à Telefônica algumas informações sobre o perfil do autores e estas informações ajudaram a complementar a pesquisa em andamento. Através de fontes oficiais, apenas a 3ª DP Especializada em Furto de Fios e Roubos Especiais forneceu informações sobre o tema, pois trabalha com o serviço de investigação e possui estudo mais apurado desses flagrantes.

Por ser o cobre um material pesado e de difícil transporte, todos os casos de furto de cabos são realizados por mais de um indivíduo, e em aproximadamente 50% dos casos a atividade é caracterizada como formação de quadrilha. O perfil predominante é de indivíduos do sexo masculino maiores de 18 anos, com algumas exceções relacionadas à idade do infrator, sendo comuns também casos de famílias envolvidas.

A maioria dos casos ocorre durante a madrugada, principalmente em locais ermos de difícil acesso e sem iluminação suficiente. A imprensa nacional apresenta uma quantidade significativa de furtos na região leste da grande São Paulo - em torno de 30% dos casos pesquisados - e somente um deles estava ligado à drogadição, o que confirma a indicação feita pela comunidade local.

Uma fala recorrente nos relatos da população aponta o autor como sendo uma pessoa comum, sem envolvimento direto com a criminalidade, e que comete esse delito pela facilidade do dinheiro, e não como uma fonte de renda associada à uma sequência de delitos. Em confluência a isso, informações obtidas na 3ª DP indicam que são observados casos de “autores sem poder aquisitivo, sem cultura e que furtam por necessidade”. Outros relatos dizem que os autores residem em Itaquaquetuba, mas não no mesmo bairro em que cometem o furto.

Nos relatos da população e nas matérias da imprensa são feitas relações que envolvem os funcionários e ex-funcionários das empresas terceirizadas nos casos de furto. A 3ª Delegacia Especializada afirma: “trata-se de um autor diferente no caso da Telefônica, 50% é decorrência de fraudes pois essas pessoas estão ligadas aos serviços terceirizados que cuidam da manutenção e recuperação”. É preciso portanto, que haja uma fiscalização mais efetiva também em relação a este serviço.

Iniciativas e ações minimizadoras

Iniciativas na Área Social

É preciso que haja um movimento conjunto, no qual o governo desenvolva políticas de relacionamento com o empresariado - para conseguir recursos financeiros, apoio técnico, científico e intelectual - e com o terceiro setor - para se aproximar da comunidade e de suas necessidades e lideranças.

Seguem dois exemplos de intervenções de cunho social, para exemplificar a contribuição do setor privado no desenvolvimento de comunidades locais, assim como de iniciativas estatais e da sociedade civil que influenciam diretamente a prevenção de atividades criminosas.

Instituto Crescer para a Cidadania

O Instituto Crescer é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como missão propor e desenvolver programas de responsabilidade social para as empresas e instituições, visando estabelecer padrões adequados de relacionamento com os diferentes públicos impactados por suas atividades.

Em parceria com as empresas MRS Logística, responsável pela malha ferroviária sudeste, e Bandeirante Energias do Brasil, responsável pela energia elétrica no Alto Tietê e Vale do Paraíba, o Instituto desenvolveu um diagnóstico socioambiental nos municípios de Cruzeiro, Cachoeira Paulista, Lorena, Pindamonhangaba, Taubaté, Caçapava, Suzano, Itaquaquecetuba, Cubatão e Guarujá.

Segundo conversa realizada no Instituto Crescer, muitos trechos percorridos pela malha ferroviária na maioria desses municípios encontram-se em áreas habitadas por comunidades lindeiras. Esse é um fato gerador de conflitos entre a empresa e a população, pois são recorrentes os casos de acidentes causados por jovens caminhando nos trilhos do trem, construções de moradias extremamente próximas à linha férrea e furto da mercadoria transportada.

Com esse panorama, o Instituto Crescer desenvolveu um diagnóstico local em Itaquaquecetuba com a intenção de conhecer melhor a realidade dessa população, e assim poder administrar melhor os impactos de suas atividades.

Alguns dos bairros de Itaquaquecetuba mais atingidos são:

- Vila Sonia: estação Manoel Feio, possui 48 barracos ao longo da estação
- Vila Tipóia: crianças sobem nos trens para pegar carona e furtar sucata, além da população caminhar sobre os trilhos
- Vila Japão: funcionários de empresa local usam passagens irregulares para acesso à estrada de Vila Isabel
- Marco Superior/ Pinheirinho: moradores da Vila Tipóia visitam a área para furtos e desengate das composições.

Alguns benefícios apresentados com a construção do diagnóstico:

- Operação ferroviária segura
- Redução de acidentes
- Redução dos custos relacionados a ações judiciais movidas contra a MRS
- Nova imagem da MRS junto à comunidade lindeira
- Viabilização do Plano de Expansão da MRS – aumento das metas de produção.

Plano de relacionamento com as comunidades:

- Projetos na área de educação
- Programa de comunicação de risco
- Articulações com Prefeituras e órgãos públicos
- Obras de melhoria
- Obras de engenharia

- Participação em projetos de restauração do patrimônio
- Projetos Esportivos na Escola de futebol do vereador Dr. Oscar Cabrera
- Em algumas localidades foram encontrados projetos que visam o desenvolvimento das comunidades lindeiras
- Acompanhamento das ações dos projetos, integração e análise sobre como colaborar com o Projeto Sabido
- Obras de engenharia: Estudo para construção de viaduto em frente à Getex.

Elektro Guarujá

A distribuidora de energia elétrica Elektro atende 1,95 milhão de clientes em 223 cidades do Estado de São Paulo e cinco no Mato Grosso do Sul – uma área de mais de 120 mil quilômetros quadrados.

Dentre estas cidades encontra-se o Guarujá, que sediou um trabalho diferenciado no que diz respeito a questões sociais. O Guarujá tem 250.000 habitantes, sendo que destes, 105.000 moram em favelas. Foi constatado que estas comunidades possuem alto índice de ligações energéticas clandestinas, o que motivou a empresa, em parceria com outras iniciativas, a optar pelo desenvolvimento de uma intervenção social no local.

As intervenções realizadas foram:

- Refazer a parte elétrica das comunidades, regularizando a situação
- Ações sociais de aproximação com a comunidade.

Para a execução e desenvolvimento das intervenções locais, foram realizadas as seguintes parcerias:

- Prefeitura Municipal de Guarujá: mão-de-obra e material
- Sebrae SP: curso de empreendedorismo e de eletricista
- Banco do Povo: financiamento para empreendedores de micro e pequenos negócios, como forma de viabilizar iniciativas de ocupação e geração de renda
- Tigre S.A.: curso de encanador.

Ações Minimizadoras

Cooperativa de Reciclagem

Poá é um dos municípios vizinhos de Itaquaquecetuba e possui uma iniciativa interessante na prática de coleta de materiais. Em 1997 fundou a Cruma (Cooperativa de Reciclagem Unidos pelo Meio Ambiente) com o objetivo de "gerar empregos, renda e ao mesmo tempo promover a preservação do meio ambiente".

A sede da Cruma, no bairro de Calmon Viana, foi construída através de uma parceria entre a Prefeitura de Poá, o Ministério do Meio Ambiente e o Governo do Estado, com apoio da Cetesb. O projeto visa a inclusão social dos catadores, que além de se efetivarem na profissão, participam de cursos de aperfeiçoamento.

Hoje a Cruma é formada por 46 agentes de reciclagem que recolhem material reciclável em indústrias e comércios, e também fazem coleta seletiva em Poá. Conta com o trabalho de 20 famílias na coleta dos mate-

riais, e com o novo Centro de Triagem a expectativa é que a cooperativa agregue mais 30 famílias e aumente gradativamente o volume de resíduos sólidos coletados, além de atender toda a cidade.

Desde a sua criação, a cooperativa recebeu subvenções da Prefeitura de Poá para atuar na coleta seletiva, e construiu uma nova sede em um terreno de 2185m² doado pela Prefeitura em 2006.

A Cruma também realiza trabalhos com a CPTM, e em 2007 foi firmada com o BNDES a parceria que resultará em investimentos para ampliar o projeto, aumentando a capacidade de material reciclado para 100 toneladas por mês. Hoje a Cruma recolhe, em média, 30 toneladas por mês em oito bairros, com mais de 2.819 residências cadastradas. A sede antiga, na Vila Varela (bairro industrial de Poá) virou um ecoponto.

Atualmente a Cruma é uma das novas formas encontradas pelos órgãos públicos para reduzir a quantidade de resíduos sólidos destinados aos aterros sanitários.

Lei que Regulamenta Ferro-velho: Caso de Mogi das Cruzes

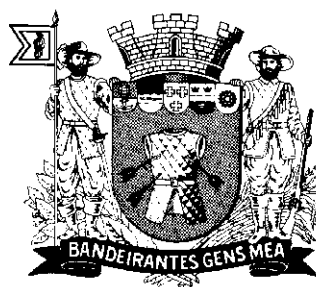
Durante o trabalho de campo foi mencionado repetidas vezes o atual trabalho de fiscalização de estabelecimentos de comercialização de sucatas e materiais ferrosos do município de Mogi das Cruzes. Segundo os órgãos de segurança pública e área de segurança da Telefônica, a efetividade da ação foi possível com a alteração da lei municipal já existente.

A Lei Municipal nº 5.565 de 17 de dezembro de 2003, proíbe a comercialização de tampas de poços de vista e de fios de cobre no município de Mogi, conforme artigo 1º. A proibição “incide exclusivamente sobre o material sem origem, não alcançando aquele objeto de comercialização regular”.

Conforme artigo 3º da Lei nº 5565/2003, o não cumprimento prevê a aplicação de “multa equivalente a 1.000 UFM’s (mil Unidades Fiscais do Município), o que atualmente equivale a R\$98.000,00, segundo coordenação do PROCON, a qual será aplicada em dobro na reincidência”. A Lei nº 5824 de 31 de outubro de 2005, altera a lei de 2003 e acrescenta a este artigo que o descumprimento “acarretará o fechamento administrativo do estabelecimento e o impedimento de que o local seja utilizado para os mesmos fins pelo prazo de 12 (doze) meses, independente da alteração do nome do proprietário ou da razão social do estabelecimento”.

A modificação feita recentemente revela a preocupação com os dois problemas comuns observados nas áreas onde há grande furto de cabos telefônicos: o furto de cabos propriamente dito e a ausência de inúmeras tampas de bueiro, observada nas visitas de campo nos seguintes endereços: Estrada do Mandi (Jardim Novo Horizonte e Jardim Adriane), Estrada do Pinheirinho Novo (Estância Paraíso), Estrada do Pinheirinho Velho (Parque Marengo), Estrada Felix dos Santos (Jardim Felix, Vila Augusta e Chácara Água das Pedras) e as Ruas Mambuca e Mirandópolis (Recanto Mônica). Destes, destaca-se a Estrada Félix dos Santos, especialmente na área da Vila Augusta e Chácara Água das Pedras.

Tendo em vista este cenário, a lei do Município de Mogi das Cruzes revela que não somente a regulamentação é necessária, mas também o trabalho de fiscalização realizado pelas polícias locais, em parceria com Prefeitura e Ministério Público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 5.565 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003

Proíbe a comercialização de tampas de poços de visita e de fios de cobre no Município de Mogi das Cruzes, na forma que especifica, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES,
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica proibida a comercialização de tampas de poços de visita e de fios de cobre no Município de Mogi das Cruzes, na forma prevista nesta lei.

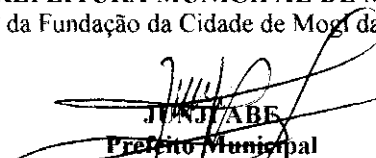
Art. 2º A proibição a que alude o artigo 1º, incide exclusivamente sobre o material sem origem, não alcançando aquele objeto de comercialização regular, na forma da legislação própria.

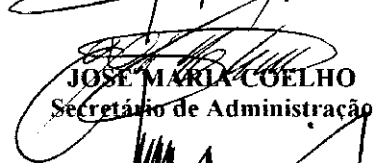
Art. 3º O estabelecimento comercial que descumprir o disposto nesta lei estará sujeito à multa equivalente a 1.000 UFM's (mil Unidades Fiscais do Município), a qual será aplicada em dobro na reincidência.

Parágrafo único. O agente público que exarar o auto de infração deverá representar, contra o infrator, ao representante do Ministério Público, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES 17 de dezembro de 2003, 443º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


J. J. J. ABE
Prefeito Municipal


JOSE MARIA COELHO
Secretário de Administração

EDUARDO AUGUSTO MALTA MOREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

Registrada na Secretaria de Administração - Departamento Administrativo e publicada no Quadro de Editais da Portaria Municipal 17 de dezembro de 2003.

Sma/ale



Município de Mogi das Cruzes

LEI Nº 5.824, DE 31 DE OUTUBRO DE 2005

Acrescenta o artigo 3º-A, à Lei nº 5.565, de 17 de dezembro de 2003, que proíbe a comercialização de tampas de poços de visita e de fios de cobre no Município de Mogi das Cruzes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 5.565, de 17 de dezembro de 2003, passa a vigorar acrescida do artigo 3º-A, com a seguinte redação:

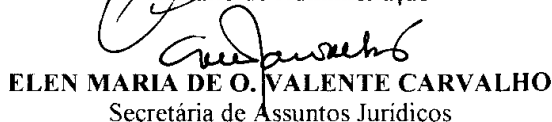
“Art. 3º-A. Aos infratores do disposto nesta lei, além da multa a que se refere o artigo 3º, acarretará o fechamento administrativo do estabelecimento e o impedimento de que o local seja utilizado para os mesmos fins pelo prazo de 12 (doze) meses, independente da alteração do nome do proprietário ou da razão social do estabelecimento (NR).”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, em 31 de outubro de 2005, 445º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


JUNILABE
Prefeito Municipal


JOSE MARIA COELHO
Secretário de Administração


ELEN MARIA DE O. VALENTE CARVALHO
Secretária de Assuntos Jurídicos


ARÓLDO DA COSTA SARAIVA
Secretário de Controle e Estratégias

Registrada na Secretaria de Administração - Departamento de Administração e publicada no Quadro de Editais da Portaria Municipal na mesma data supra

6. Propostas e Apontamentos Para Intervenções Locais

Introdução

O Projeto Mapa da Paz surgiu do interesse da Telefônica em encontrar formas preventivas de minimizar o impacto gerado pelos furtos de cabos telefônicos em Itaquaquetuba. O diagnóstico apresentado é um instrumento útil para a implementação de políticas públicas de prevenção da violência para o município com informações específicas sobre os furtos de cabos e também, sobre a situação da violência e da sensação de insegurança na cidade como um todo.

Com estas informações, foi possível elaborar algumas recomendações gerais de intervenções voltadas para o problema do furto de cabos, além de ações direcionadas para os principais problemas de violência e de vulnerabilidade social identificados no município. Tais propostas podem ser úteis para a própria Telefônica, assim como para a Prefeitura, outras instâncias governamentais e outros atores da iniciativa privada.

Considerando o potencial do município na segurança pública e sua capacidade de desenvolver iniciativas de prevenção, as ações sugeridas seguem os princípios e valores que devem guiar a abordagem municipal na área da segurança pública: o respeito aos Direitos Humanos; o exercício da Democracia Participativa; o foco em ações preventivas, conciliando-as com ações repressivas (sempre dentro do limite da Lei); o planejamento e avaliação; a eficácia das ações; o controle social sobre as ações e a intersetorialidade.

As sugestões buscam promover a articulação social, que é essencial para uma boa política local de prevenção da violência, dado seu caráter multidimensional e intersetorial. Toda estratégia de articulação social se pauta em objetivos que visam incentivar a capacidade de atuação conjunta em torno de metas comuns, a sustentabilidade no tempo, a gestão coletiva de ações e espaços e a efetividade dos canais de participação.

As propostas buscam ainda a reestruturação do espaço urbano. A atuação da Prefeitura em ações de prevenção da violência e promoção da convivência tem ligação direta com a melhoria da infra-estrutura urbana nos locais de maior vulnerabilidade. O investimento em melhorias dessa natureza tem alto potencial preventivo, uma vez que a presença do poder público nos locais em que há maiores problemas de violência demonstra um cuidado com o espaço e com as pessoas, além de garantir a presença do Estado antes do crime. Além disso, é possível realizar no espaço urbano intervenções simples capazes de diminuir a sensação de insegurança e, de fato, tornar os locais mais seguros. A reestruturação desses espaços contribui para promover a vigilância natural, estimular o controle natural de acessos, a confiança e a colaboração, estimular a participação e a responsabilidade da comunidade e reforçar a identidade da população com o espaço público.

Por fim, estas sugestões buscam incentivar o desenvolvimento local, a partir de alguns focos prioritários.

As propostas de intervenções apresentadas aqui estão divididas em três temáticas específicas relacionadas com a violência, seja como problema ou como fator de risco/proteção identificados na realidade de Itaquaquetuba.

I. Furto de cabos

A polícia e a área de segurança da Telefônica vêm trabalhando há algum tempo de forma repressiva no combate ao furto de cabos no município de Itaquaquetuba. Esse trabalho não tem sido suficiente para reduzir de forma satisfatória os índices da região e por isso existe a intenção de realizar uma atuação de cunho preventivo.

O diagnóstico do município possibilitou levantar as principais dinâmicas relacionadas aos furtos de cabos, como: a necessidade de um trabalho articulado entre os atores envolvidos nos furtos de cabos, a precariedade da infra-estrutura local, a presença marcante da clandestinidade do segmento de ferros-velhos, o envolvimento de funcionários terceirizados e a descrença da população no mecanismo de denúncia.

A necessidade de combinar as ações repressivas já existentes com ações de caráter preventivo visa aos seguintes objetivos:

- Integrar o trabalho dos diferentes atores envolvidos com a temática de furtos;
- Criar leis para regulamentação e fiscalização do segmento de ferros-velhos;
- Desenvolver ações voltadas às peculiaridades locais nas regiões que concentram furtos.

Algumas propostas que podem ser desenvolvidas são: criar uma rede técnica de prevenção do furto de cabos; desenvolver uma campanha local para sensibilização e denúncia do furto de cabos; utilizar o CONSEG como canal de sensibilização para o problema; reforma e manutenção das áreas mais atingidas pelo furto de cabos; criar e fiscalizar a lei que proíba a comercialização do cobre e de tampas de poços de origem desconhecida e regularizar, fortalecer e articular o segmento de ferro-velho

II. Violência Doméstica e Intrafamiliar

A incidência de violência doméstica em Itaquaquetuba é alta e o município não dispõe de serviços públicos adequados para enfrentar o problema. O preparo dos serviços e, conseqüentemente, dos funcionários que atuam com essa temática é fundamental para a realização do atendimento às vítimas e para a prevenção deste tipo de violência, trazendo respaldo à população e contribuindo para a queda dos índices.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta a importância do trabalho preventivo em três níveis: A) PRIMÁRIO: ações e programas informativos dirigidos à população em geral, sensibilização de profissionais e combate ao preconceito. São ações direcionadas a um público mais amplo, normalmente desenvolvidas através de estratégias de comunicação e educação. B) SECUNDÁRIO: capacitação de profissionais que lidam diretamente com as populações de risco, visando a identificação precoce do problema. São ações mais específicas e focadas em públicos determinados. C) TERCIÁRIO: ações voltadas à diminuição das conseqüências relacionadas ao fenômeno, promovendo o atendimento integral das vítimas, com a implementação e ampliação de serviços.

Algumas propostas que podem ser desenvolvidas são as seguintes: criar uma rede de erradicação da violência doméstica e intrafamiliar; desenvolver uma campanha de informação e sensibilização sobre o fenômeno; capacitar os profissionais que lidam com o problema da violência doméstica; instaurar um fluxo de atendimento e encaminhamento da vítima de violência doméstica e intrafamiliar; e criar no município um serviço de atendimento à vítima e/ou aperfeiçoar algum serviço já existente como o Centro de Saúde da Mulher.

III. Violência escolar, mobilização comunitária e geração de renda para jovens e adultos.

Foram encontrados problemas no município que se observados isoladamente, nem sempre têm relação direta com as questões de violência e criminalidade. Porém, em uma análise conjunta estes problemas podem ser apontados como fatores de risco, uma vez que estão localizados em áreas que concentram altas taxas de violência e de vulnerabilidade social.

Sendo assim, esta proposta foca em três esferas que podem ser trabalhadas para a promoção do desenvolvimento local e para a prevenção da violência. A primeira delas é o trabalho com as escolas, voltado para a democratização do ambiente escolar, para a formação das equipes técnicas e dos alunos no tema da prevenção da violência e para a abertura do espaço da escola para uso e ocupação comunitária. O segundo foco diz respeito à melhoria de alguns espaços públicos de convivência, como praças e campos de futebol, com o objetivo de incentivar a ocupação e o uso comunitário. E o terceiro foco, procura estimular a oferta de emprego e renda para os jovens e adultos de Itaquaquecetuba.

Algumas propostas que podem ser desenvolvidas são: promover a formação conjunta do corpo técnico de diferentes unidades escolares na temática da prevenção de violência e promoção da convivência pacífica; implantar Grêmios Estudantis como estímulo à resolução pacífica de conflitos na escola; incentivar a abertura do ambiente escolar para uso da comunidade; promover a formação e o fortalecimento das entidades comunitárias; envolver as entidades em atividades realizadas nos espaços públicos; estimular a oferta de cursos profissionalizantes para jovens e adultos nas áreas periféricas do município.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Miriam. (Coord.) “Escolas Inovadoras – experiências bem sucedidas em escolas públicas”. Brasília: Unesco. 2004.

ABRAMOVAY, Miriam. “Escola e Violência”. Brasília: Unesco. 2002.

ABRAMOVAY, Mirian et alii. Violências nas Escolas. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estados dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ÂNTONICO, Claudia. “Deslocamentos Pendulares na Região Metropolitana de São Paulo”. IN: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: F. SEADE, out/dez 2005

ARENDT, Hannah. Between past and future. Nova York: Meridian Books, 1961.

BAENINGER, Rosana (coord). Crescimento das Cidades, Regionalização e Reestruturação Urbana no Eixo da Hidrovia Tietê-Paran. Campinas: NEPO/UNICAMP/CNPq, 2007. Disponível em:
<http://cendoc.nepo.unicamp.br/iah/textos/projetos/em%20andamento/rosana/index.htm>. Acesso em: 28 de outubro de 2007.

BALISTA, Carolina. BASSO, Emiliana. COCCO, Marta. GEIB, Lorena T. C. “Representações sociais dos adolescentes acerca da violência doméstica”. In: Revista Eletrônica de Enfermagem. Goiânia: Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás, v. 06, n. 03, 2004. Disponível em: http://www.fen.ufg.br/revista/revista6_3/index.html. Acesso em: 6 de dezembro de 2007.

CASAROTTO FILHO, Nelson. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local: estratégia para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.

CENSO 2000. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000. Disponível:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm. Acesso em: 28 de outubro de 2007.

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. “Política Nacional de Assistência Social”. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Brasília: MDSCF, Novembro de 2004.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006

EMPLASA. Atlas do Uso e Ocupação do Solo do Município de Itaquaquecetuba. São Paulo: EMLASA, 2006.

FERRAZ, Geralda. “Delegacia da Mulher – 20 anos de existência, 20 anos de luta!”. IN: SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE GOIÁS. Fazendo Gênero. Goiânia: SSP-GO, 16 dezembro de 2005. Disponível em:
http://www.sspj.go.gov.br/genero/busca_pub.php?publicacao=8023. Acesso em: 06 de dezembro de 2007.

GEOCITIES. Aspectos Econômicos. Disponível:
<http://www.geocities.com/historiasite/ITAQUAQUECETUBA.htm#D>. Acesso em : 28 de outubro de 2007.

- HERMANN, Ingo Louis. Empreendedorismo e estratégias. Palhoça: Unisul/Virtual, 2005.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese dos Indicadores Sociais. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicador/minimos/sinteseindicadores2002.shtm>. Acesso em: 28 de outubro de 2007.
- ILANUD, Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente. “Paz nas Escolas”. In: Revista do Ilanud. São Paulo: Ilanud, nº 18, 2001.
- IPEA, Instituto de Pesquisas Aplicadas. Relatório do Desenvolvimento Humano 2002. Brasília: IPEA, 2002
- ITAQUAQUECETUBA, Conselho Tutelar. “Proporção de Abuso Sexual”. In: Apresentação do Conselho Tutelar. Itaquaquecetuba: Conselho Tutelar, 2007.
- KAHN, Túlio. “Indicadores em prevenção municipal de criminalidade”. IN: Prevenção da Violência – o papel das cidades, João Trajano Sento-Sé [org.]. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005
- MAGNANI, José Guilherme C. [I] O lazer na Cidade. [on-line] in: NAU-Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Disponível via WWW no URL <http://www.n-a-u.org/Magnanilazer.html>. Capturado em 21/11/2007.
- MAGNANI, José Guilherme C. [II] O Pedaco das Crianças. [on-line] in: NAU-Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Disponível via WWW no URL <http://www.n-a-u.org/magnaniopedacodascriancas.html>. Capturado em 21/11/2007
- MATTOS, Carolina. CARUSO, Haydee G. C. “Segurança pública: um desafio para os municípios brasileiros”. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo: Secretaria de Segurança Pública do Estado, Ano 1, Edição 1, 2007.
- METRÔ. Aferição: Pesquisa Origem-Disitino. São Paulo: Companhia Metropolitana de São Paulo–Metrô, 2007. Disponível: <http://www.metro.sp.gov.br/empresa/pesquisas/origem/teorigem.shtml>. Acesso em: 28 de outubro de 2007.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Atenção Básica – DAB. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/atencobasica.php>. Acessado em 28 de novembro de 2007.
- NETO, Paulo de Mesquita. “Políticas Municipais de Segurança Cidadã: Problemas e Soluções”. In: Série: Análises e Propostas. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES), nº 33, 2006.
- PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. “Aprendizagem e subjetividade: uma construção a partir do brincar”. In: Revista do Departamento de Psicologia UFF. Niterói: UFF, v.17, n.2, jul./dez. 2005.
- SANTOS, Milton, Por uma outra Globalização do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record,2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse. “Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais”. In: Revista Sociedade e Estado. Brasília: v,21, n1, p. 109-130, jun/abr 2006.

SEADE, Fundação. IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social: Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo. São Paulo: Fundação SEADE/ Assembléia Legislativa de São Paulo/ Governo do Estado de São Paulo, 2007. Disponível em:

<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/mapas/Municipio/itaqua.pdf>. Acessado em: 28 de outubro de 2007.

“Informações dos Municípios Paulistas – IMP”. São Paulo: Fundação SEADE, 2007. Disponível em:

<http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php>. Acessado em: 28 de outubro de 2007.

SECRETARIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO REGIONAL. Mapa da Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo: Secretaria Estadual de Planejamento Regional, 2003.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA. Projeto Governo do Estado de São Paulo - Coordenadoria de Integração da Cidadania. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAQUAQUECETUBA. Dados de Monitoramento dos Nascidos Vivos. Itaquaquecetuba: Secretaria Municipal de Saúde de Itaquaquecetuba, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes. “A Instituição escolar e a violência”. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 104, pp. 56-75, jul. 1998.

TELEFONICA. Índice de Furtos de Cabos do Estado de São Paulo. São Paulo: Telefônica/Segurança, 2007.

VILHAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Estúdio Nobel/ FAPESP/ Lincon Institut, 2º ed., 2005.

WIKIPÉDIA. Itaquaquecetuba. Disponível:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Itaquaquecetuba>. Acesso em: 28 de outubro de 2007.

Lista de contatos da Administração Pública

SECRETARIA / ÓRGÃO	CONTATOS
Chefia de Gabinete	Marcos Aurélio Gonçalves da Silva
Secretaria de Promoção Social	Heroilma Soares e Marina Dela Vedora
Secretaria de Educação	Renato Moreira
Diretoria Regional de Ensino	Regina Silva
Secretaria de Saúde	Rubens Braga do Amaral
Secretaria de Esportes	Laudelino dos Santos
Secretaria de Cultura	Jandir Jorge
Secretaria de Planejamento	Eng. Sunao e Cimara Yamagata
Secretaria de Indústria e Comércio	Adriana Aparecida Félix
Secretaria de Habitação	Rita de Cássia
Secretaria da Receita	José Aparecido Alves
Secretaria de Segurança	Venício Tinoco Sardinha
1º Distrito Policial	Dr. João Carlos de Moraes
Delegacia de Polícia Central	Dr. João Bosco Antunes
Guarda Civil Municipal	Cmt. Antonio Rogério
35º Batalhão da Polícia Militar	Subtenente José Wilson Gonçalves Duque
1ª Companhia da Polícia Militar	Capt. Felício Fumiak Kamyama
Base Comunitária de Segurança do Pq Piratininga	Sgto. Umberto Fernandes Teixeira
Conselho Tutelar	Cláudia Paixão
Casa do Adolescente	Ligia de Fátima Lima Santos
Casa Aberta Para Infância e Juventude	Cássia Spinelli Galvão
CRAS Jd. Odete	Vera Lúcia Curtis de Oliveira
CRAS Recanto Mônica	Airton Parreira Raimundo

Lista de contatos de Entidades, Projetos e Escolas

ENTIDADE	NOME
Ass. de Moradores Jd Odete II	Raílda Prates Santiago
Ass. Maragojipe	João Bicudo
Ass. Amigos Bairro Recanto Monica	Florência dos Santos Beltrão
Casa da Criança Marengo	Maria de Lourdes Borttoti
Centro Comunitário Sagrada Família	Maria de Fátima Leite
Núcleo Sol Nascente	Helton Felix dos Santos
Clube das Mães Jardim Odete II	Olinda Gomes da Silva Vasconcelos
Ass. Amigos Parque Piratininga - AMPAPI	Domingos Carvalho Costa
Ass. Mulheres Babinas Marengo	Maria do Socorro Silva
Ass. Benef. Esperança Recanto Mônica	Regina Célia Pereira Dias
Ass. Beneficente Nova Vida	José Lindomar Paiva Silva
Consab Rcto Monica	Dogimar Barbosa Silva
Chácara Água das Pedras	Maria Inês Ferreira da Silva
E.E. Pq Piratininga I	Eliana Novo Afonso
E.E. Pq Piratininga II	Raimundo Rodrigues da Silva
E.E. Pq Piratininga III	Paulo Sérgio Furtado
E.E. Mario Martins Pereira	Valquíria Potenza da Silva
E. E. Prof. Dulce Maria Sampaio Pq Marengo	Lení da Mota Sales



Rua Luis Murat, 260
Cep: 05436-040
São Paulo - SP
Tel: 11 3812-1333

www.soudaopaz.org
soudapaz@soudapaz.org

INSTITUTO SOU DA PAZ

DIRETORIA

Diretor Executivo

Denis Mizne

Diretora de Desenvolvimento Institucional

Melina Risso

Coordenadora da Área de Gestão Local de Segurança Pública:

Carolina de Mattos Ricardo

Coordenadora do Projeto:

Dominique Lara Nacht

Assistente do Projeto:

Carolina Teixeira Nakagawa

Coordenadora da Área de Sistematização, Informação e Referência:

Ligia Rechenberg

Coordenadora de Comunicação

Daniela Caldeirinha

Diagnóstico da Violência e Criminalidade no Município de Itaquaquetuba

Revisão: Daniela Caldeirinha, Gil Alessi e Ligia Rechenberg

Projeto Gráfico e Diagramação: Rodrigo Longo

Mapas: Eliana Monteiro Rodrigues



Ficha técnica Telefônica



Telefonica



INSTITUTO
SOU DA PAZ
10 anos

